

Relato Integrado 2021

Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão

SUMÁRIO



1 MENSAGEM DO PRESIDENTE CONSTITUIÇÃO DO PLENO

Mensagem do Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, Presidente do TRE-MA



2 VISÃO GERAL DO TRE-MA

Identificação - Missão, Visão e Valores - Estrutura organizacional - Sistema de Governança e Gestão - Eleições - Modelo de Negócios - Cadeia de valor - Materialidade das Informações



3 GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

Estratégia e Alocação de Recursos - Apoio da estrutura de Governança à Capacidade de Gerar Valor - Valor Público - Resultado da Estratégia 2021- Mapa Estratégico 2021-2026 - Alcance dos Objetivos Estratégicos - Desempenho dos Indicadores e Projetos - Ações e projetos concluídos em 2021 por Objetivo Estratégico - Prestação Jurisdicional - 2º Grau - 1º Grau



4 RISCOS OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

Gestão de Riscos - Riscos Eleições 2022



5 CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA DA GESTÃO

Pessoas - Tecnologia da Informação - Licitações e contratos - Gestão Patrimonial - Gestão orçamentária e financeira - Gestão de Custos - Auditorias Internas



6 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Principais canais de comunicação - Ouvidoria - Educação política - Audiências e Consultas Públicas - Cultura e memória



1

Mensagem do Presidente Constituição do Pleno

Mensagem do Presidente



Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos

O Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), em consonância com o disposto no parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal e em observância às disposições normativas do Tribunal de Contas da União (TCU), apresenta seu Relato Integrado referente ao exercício de 2021.

Dessa forma, em cumprimento ao dever constitucional de prestar contas, apresenta aos Órgãos de Controle Interno e à Sociedade, o Relatório de Gestão, registrando as principais atividades desenvolvidas durante o exercício de 2021, com o propósito de dar ampla publicidade e transparência aos atos e fatos praticados pela Administração e, em especial, os valores institucionais da Justiça Eleitoral, as estratégias de governança e de alocação de recursos, com base nos princípios de eficiência, economicidade e sustentabilidade econômica e ambiental. Na mesma medida, o compromisso com a ética e o profissionalismo em suas relações institucionais e, principalmente, o respeito e acatamento aos cidadãos e cidadãs que tem nesta Justiça Especializada, um centro de credibilidade.

As informações constantes do Relatório de Gestão foram elaboradas de acordo com as disposições contidas nas Instruções Normativas n.ºs 63/2010 e 84/2020 e Decisão Normativa n.º 187/2020, emanadas do Tribunal de Contas da União - TCU.

O documento é composto por um conjunto de demonstrativos e apontamentos de natureza contábil, financeira, patrimonial, orçamentária e operacional, além da análise da gestão estratégica da instituição. A previsão constitucional do instituto de prestação de contas dá a exata dimensão de sua importância, representando um dos principais instrumentos de "accountability" do uso de recursos públicos junto à sociedade.

O ano de 2021 foi marcado por uma série de desafios, com restrições orçamentárias e a redução da força de trabalho. Além da pandemia do Coronavírus que ainda se impõe ao mundo. Da mesma forma, a ameaça das "fakenews" recebeu a devida atenção e mereceu medidas enérgicas por esta Justiça Especializada.

Neste contexto, foram realizadas as ações de preparação das Eleições Gerais de 2022, dando cumprimento às etapas de regulamentação e logística eleitoral, bem assim à regular prestação jurisdicional, a fim de garantir a normalidade e a legitimidade do processo eleitoral, em atuação integrada de todos os órgãos que compõem a Justiça Eleitoral.

Mesmo diante das adversidades, este Regional não se esquivou de seu

dever institucional de defender o bem maior que é a vida, além da continuidade de seus trabalhos, os quais, certamente, terão êxito ao realizar as eleições de 2022 com a eficiência, qualidade e transparência que se tornaram as marcas da Justiça Eleitoral.

Neste cenário, até onde foi possível ante o cenário de limitações e distanciamento social imposto pela pandemia COVID-19, buscamos manter os programas de aproximação da Justiça Eleitoral com a sociedade, tendo a Justiça Eleitoral se reinventou em diversos aspectos diante do quadro de crise sanitária, com o atendimento remoto/eletrônico (título net), entre outros.

Outro marco significativo de modernidade e capacidade de adaptação em meio a um ambiente de crise foi a preparação das redes informacionais da Justiça Eleitoral para permitir que seus servidores acessassem o ambiente de trabalho do Tribunal a partir de suas próprias casas por meio do regime de trabalho remoto. No âmbito interno, este Regional promoveu uma reestruturação de seus órgãos e servidores, atualizando o Regimento Interno e o Regulamento de seus setores, adequando-se a novos desafios.

Assim, é com imensa satisfação que esta Presidência apresenta o relato integrado de gestão, sendo que transparência e conectividade das informações continuam a ser a matéria prima de sua construção, cuja finalidade é demonstrar ao leitor a produção deste órgão durante o ano de 2021.

Elaborado na forma de relato integrado, o relatório permite melhor compreensão e propicia uma visão ampla e coesa dos atos praticados e os principais resultados obtidos pelo Tribunal no ano passado, tendo se baseado no modelo de negócio do órgão e na sua cadeia de valor. Assim, os temas priorizados foram aqueles considerados significativos para o cidadão, tendo em vista a capacidade de afetar a geração de valor pela instituição.

Nessa perspectiva, relatar conquistas e aprimoramentos obtidos pela instituição é motivo de orgulho para todos os que, de certa forma, contribuíram para a execução dos objetivos estratégicos do Tribunal.

O Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão tem o compromisso de defender a ordem democrática como valor fundamental à nossa sociedade e assegurar o livre exercício de votar e ser votado, promovendo com dedicação um processo eleitoral transparente e seguro.

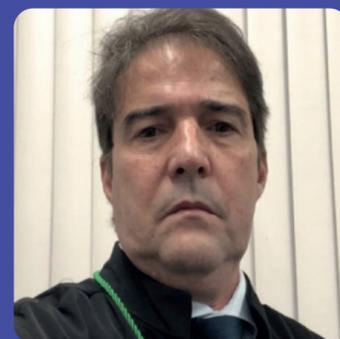
Constituição atual do pleno do tribunal



Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos
Presidente



Desª. Angela Maria Moraes Salazar
Vice-Presidente e Corregedora



Ronaldo Castro Desterro e Silva
Juiz Federal



Cristiano Simas de Sousa
Juiz de Direito



André Bogéa Pereira Santos
Juiz de Direito



Anna Graziella Santana Neiva Costa
Jurista



Camilla Rose Ewerton Ferro Ramos
Jurista



2

Visão Geral do TRE-MA



Identificação

O Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA) é um órgão do Poder Judiciário Federal e tem como principais atividades condução do processo eleitoral, desde o alistamento dos eleitores, operacionalização das eleições até o julgamento das matérias referentes à legislação eleitoral.

As competências do TRE-MA estão fixadas nos artigos 29 e 30 da Lei n. 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral) e nos artigos 16 a 21 de seu Regimento Interno (Resolução TRE-MA n. 9.030, de 24 de janeiro de 2017). Considerado pelo Conselho Nacional de Justiça como um Tribunal de meio porte.

Como foi criado

O TRE-MA é um órgão da Justiça Eleitoral (art. 118, inciso II, e art. 120, caput, da Constituição Federal) ao qual cumpre assegurar a organização das eleições nacionais, estaduais e municipais no âmbito do Estado e a realização do planejamento, da execução e do acompanhamento de todas as etapas do processo eleitoral, garantindo a legitimidade e a lisura no exercício dos direitos políticos dos cidadãos.

Sua existência e estrutura possuem previsão legal nos artigos 118 a 121 da Constituição Federal de 1988, os quais, dentre outras determinações, instituem o Tribunal Superior Eleitoral como seu órgão máximo, de última instância, e impõem a existência de um Tribunal Regional Eleitoral na capital de cada Estado e no Distrito Federal.



A sede do TRE-MA está localizada na Av. Senador Vitorino Freire, Areinha, São Luís - MA, CEP: 65.010-917. Visão Geral do TRE-MA



Missão, Visão e Valores

Um dos maiores riscos para uma organização, seja pública ou privada, é a obsolescência de seus resultados e processos, pois ao não acompanhar as mudanças da sociedade em relação ao seu tema de atuação causará, ao longo do tempo, diversos questionamentos da sociedade, inclusive quanto à razão de existência daquela instituição.

Nesse sentido, o TRE-MA revisou, de forma participativa, os elementos que sustentam a construção da estratégia organizacional, como análise de ambiente, resultados institucionais, diretrizes hierárquicas dentre outros que indicam o nível de ajuste da estratégia, visando assegurar que os recursos e esforços que a organização está despendendo estejam realmente sendo utilizados para a finalidade principal de sua existência.

Notícias

[clique aqui](#)

Notícias

[clique aqui](#)

Notícias

[clique aqui](#)

Notícias

[clique aqui](#)



MISSÃO

Fortalecer a democracia por meio do processo eleitoral.



VISÃO

Ser reconhecido pela excelência do processo eleitoral



VALORES

ÉTICA: Primar pelo respeito aos valores e princípios constitucionais.

TRANSPARÊNCIA: Assegurar a publicidade como regra, disponibilizando aos públicos interno e externo, de forma ampla e transparente, as informações institucionais.

EFETIVIDADE: Compatibilizar a eficiência e a eficácia de sua atuação em prol dos melhores resultados para a sociedade.

INOVAÇÃO: Aprimorar constantemente o processo eleitoral, apoiando na busca de novas tecnologias, primando pela segurança.

DIVERSIDADE E INCLUSÃO: Valorizar a pluralidade da sociedade e assegurar inclusão a todos os cidadãos.

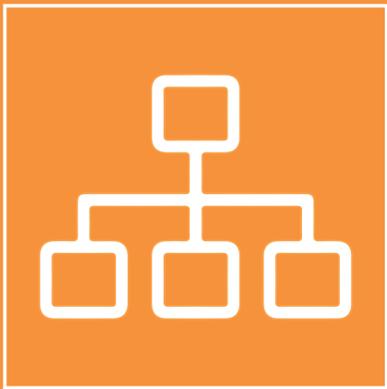
RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: Buscar uma atuação preocupada com a sustentabilidade socioambiental.

Plano Estratégico 2021-2026

[clique aqui](#)

Plano de Diretrizes 2021-2022

[clique aqui](#)



Estrutura organizacional

As contínuas mudanças e demandas não apenas nas organizações, mas na vida cotidiana, requerem uma constante adequação da estrutura e dos processos (rotinas de trabalho) e, por conseguinte da alocação das pessoas (ativo principal e mais importante), primando pela efetividade operacional e satisfação da sociedade com os serviços prestados.

Nesse contexto, de março a outubro de 2021, este Tribunal, reformulou sua estrutura orgânica e Regulamento Interno (atribuições das unidades administrativas), primando pela modernização e atendimento das contínuas demandas, visando:

I - Maior equilíbrio e adequação das atribuições;

II - Melhora significativa da qualidade operacional;

III - Otimização do uso de recursos;

IV - Ampliação e eficiência dos controles internos;

V - Transparência e padronização de processos.

Organograma

[clique aqui](#)

Notícias

[clique aqui](#)

Notícias

[clique aqui](#)



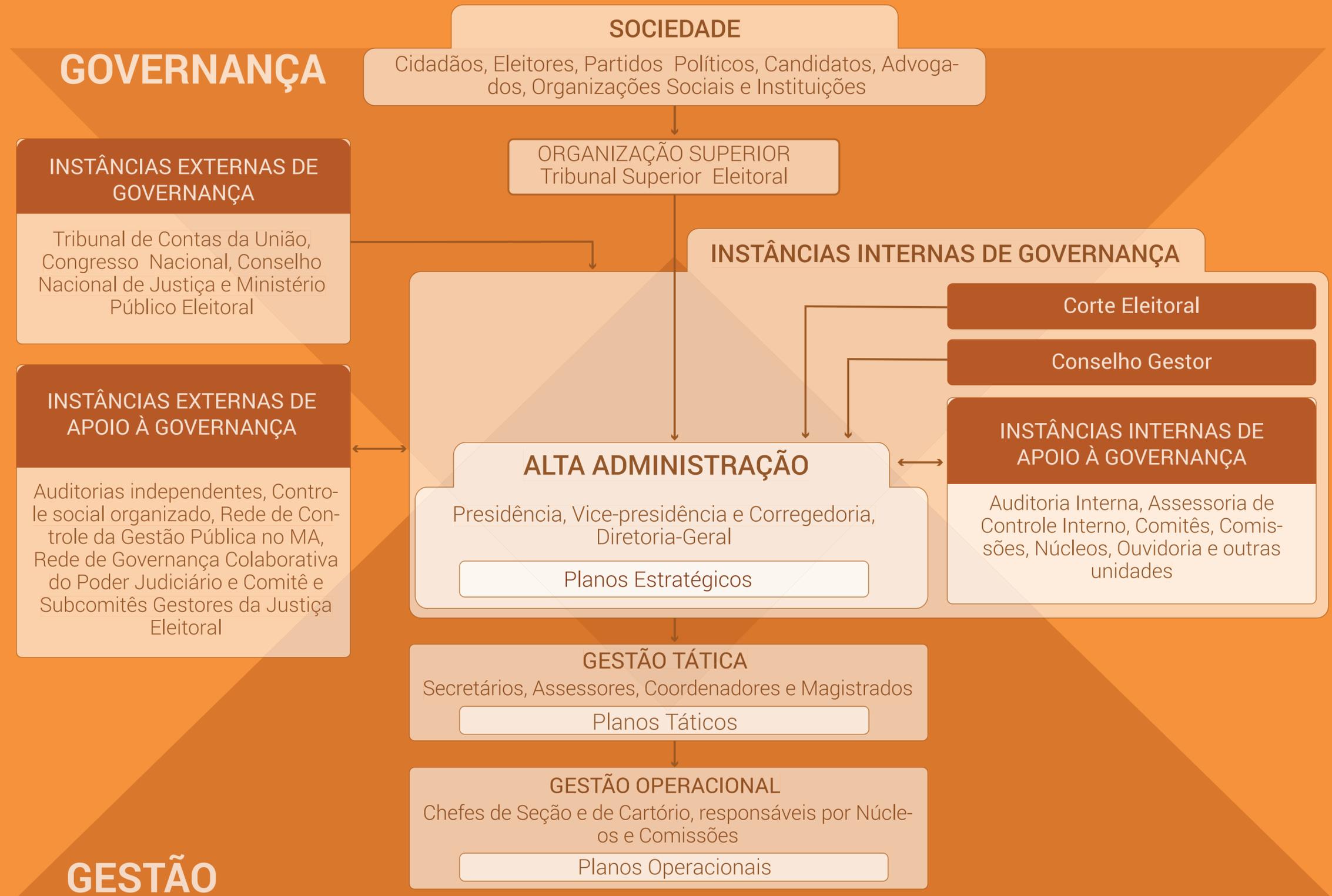
Sistema de Governança e Gestão

O sistema de governança e gestão do TRE-MA (Resolução nº 9.883/2021) consiste em um conjunto de princípios, instâncias, práticas e planos institucionais voltados para a obtenção de resultados e a promoção da gestão de riscos, com base no estabelecimento, na execução e no acompanhamento do desempenho de indicadores, metas e iniciativas que impulsionam o cumprimento da missão e o alcance da visão de futuro do Tribunal, a fim de viabilizar a melhoria contínua.

Para que esse tema seja melhor compreendido por todos, elaborou-se cartilha, em forma de gibi.

Cartilha do Sistema de Governança e Gestão

[clique aqui](#)





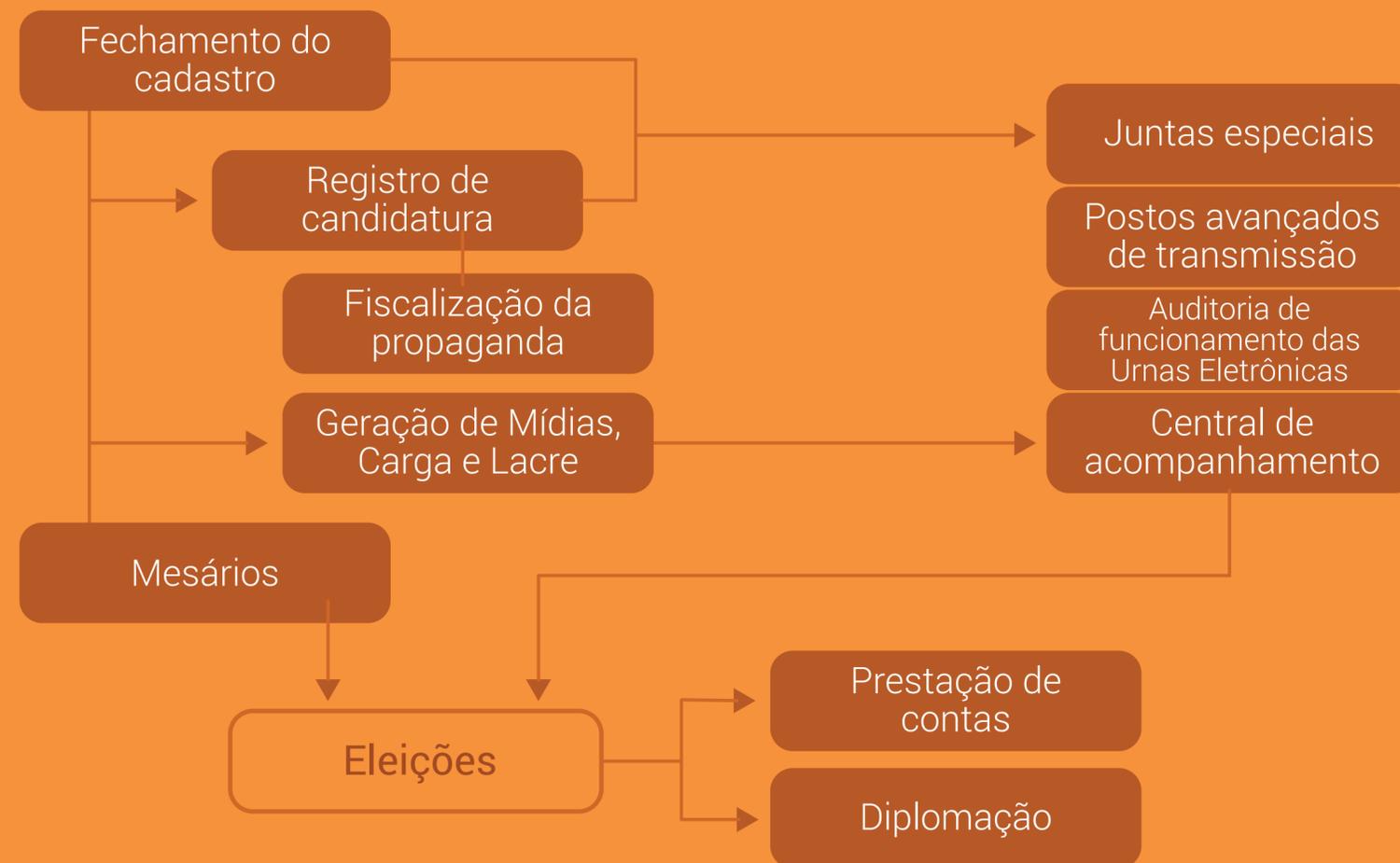
Eleições

Em 2021 o planejamento das Eleições 2022 começou com o Planejamento do Orçamento Pleitos 2022 e depois com o detalhamento do Plano Integrado de Eleições 2022, elaborado segundo o projeto aprovado pela Alta Administração e pelos Gerentes de Processos de Eleição.

A concepção deste Plano começou muito antes, na avaliação das Eleições 2018 e 2020, onde servidores da sede do Tribunal e dos Cartórios Eleitorais, bem como os Magistrados, tiveram a oportunidade de avaliar a atuação de cada processo eleitoral e sugerir inovações, que foram avaliadas pelos gerentes e, na medida do possível, incorporadas ao Plano Integrado das Eleições 2022.

Plano Integrado das Eleições 2022
[clique aqui](#)

Processos de Eleições



Processos de Apoio



Um verdadeiro trabalho colaborativo, que contou com a participação de 40 unidades administrativas do Tribunal, 26 gerentes de processos (e seus substitutos), 4 Secretários, 1 Assessora Chefe da Corregedoria, 1 Assessor Especial da Presidência e do próprio Diretor Geral, que, contando com a coordenação da Assessora de Gestão de Eleições (ASGEL), realizaram o planejamento orçamentário e de atividades dos processos, bem como a análise de riscos e o levantamento de ações de enfrentamento aos riscos identificados, os quais, em seguida, foram examinados pelo Núcleo de Apoio à Gestão de Riscos, Conselho Gestor e Comitê de Atenção Prioritária ao 1º Grau.

40

Unidades envolvidas

26

Processos de Eleições

4

Revisoras

26 - Gerentes

26 - Substitutos de Gerentes

4 - Secretários

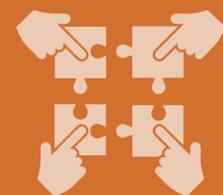
1 - Assessora Chefe da CRE

Núcleo de Apoio à Gestão de Riscos

Conselho Gestor

Comitê de Atenção Prioritário ao 1º Grau

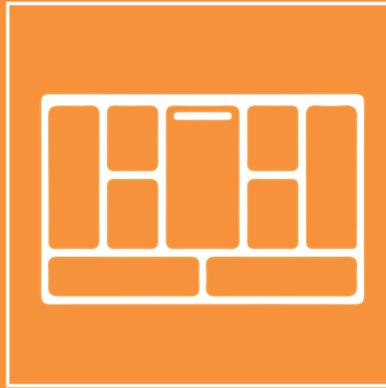
Sessão Plenária



Trabalho Colaborativo

Como se vê, tal documento é fruto da colaboração, do comprometimento e da dedicação dos gerentes de processos de eleição, de servidores diretamente envolvidos com o planejamento e de vários outros servidores que com suas ideias e críticas fazem o processo avançar. O objetivo é que este plano sirva de guia para o pleito 2022, com a finalidade precípua de orientar todas as atividades relativas às eleições, buscando sempre a integração dos processos com foco na melhoria contínua dos serviços prestados ao cidadão.

Por fim, vale ressaltar que este documento poderá ser atualizado, tendo em vista a aprovação pelo Tribunal Superior Eleitoral das Resoluções relativas às Eleições 2022.



Modelo de negócios

Parcerias-chave

- Estado
- Prefeituras
- Polícia Militar
- Ministério Público
- Tribunal de Justiça
- Tribunal Superior Eleitoral
- Imprensa

Atividades-chave

- Prestação jurisdicional
- Relacionamento com a sociedade
- Eleições
- Cadastro eleitoral

Recursos-chave

- Colaboradores (mesários, apoios logísticos, membros das juntas apuradoras, servidores requisitados, estagiários)
- Magistrados
- Servidores
- Recursos orçamentários
- Recursos de Tic
- Infrestutura

Proposta de valor

- Garantir o exercício da cidadania
- Garantir a lisura do processo de votação e apuração da votação
- Garantir o direito de votar e ser votado

Relações com clientes

- Transparência
- Prestação de contas
- Interatividade
- Atendimento presencial descentralizado

Segmentos de mercado

- Sociedade
- Eleitores
- Partidos
- Candidatos
- Advogados
- Jornalistas

Canais

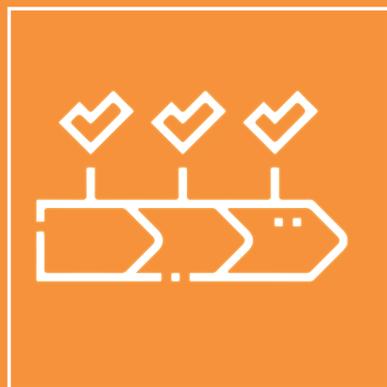
- Portal (site)
- Redes sociais
- Serviços digitais
- Ouvidoria
- Atendimento presencial

Estrutura de custos

- Recursos humanos
- Infraestrutura de Tic

Estrutura de receitas

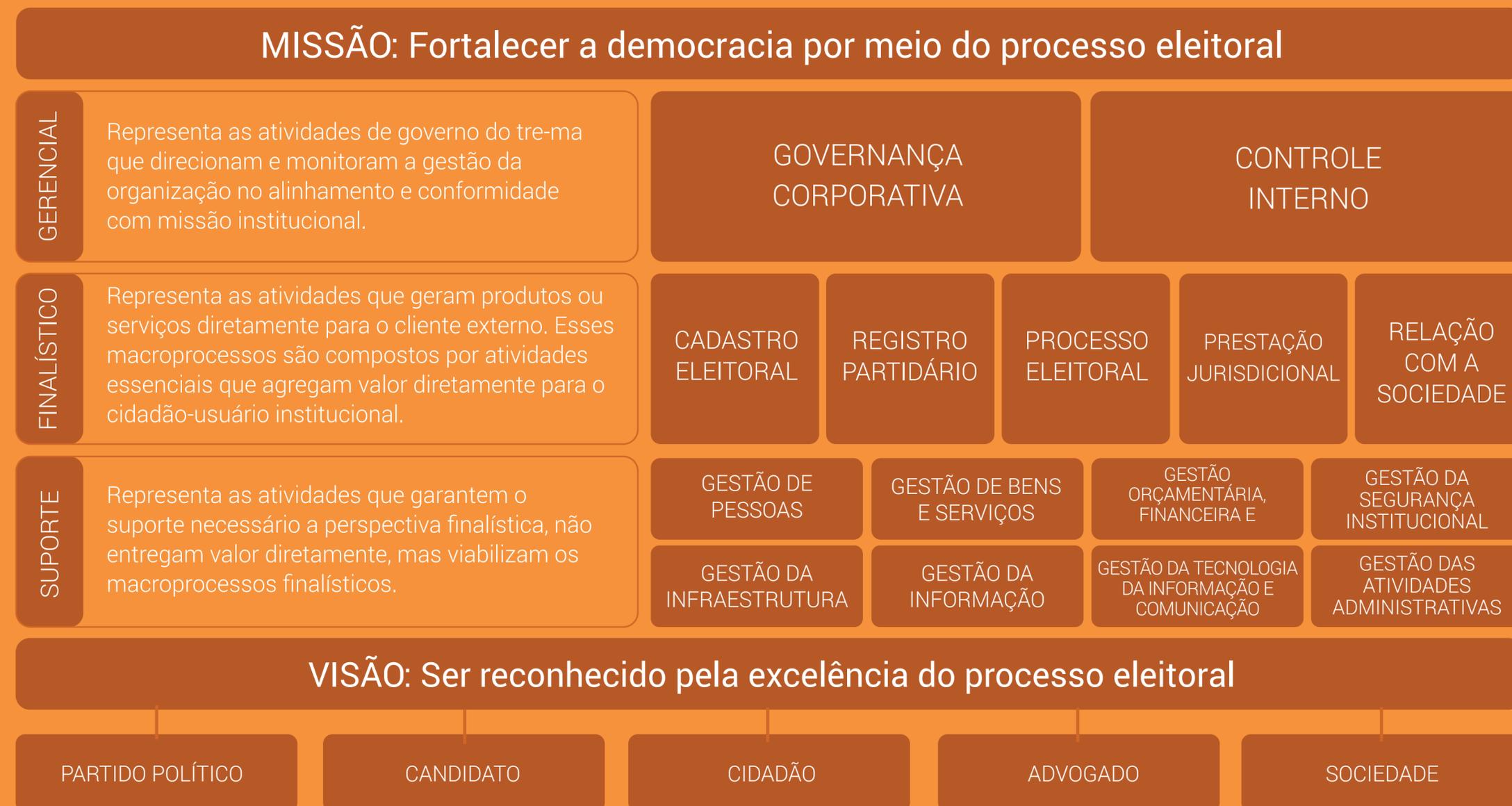
- Orçamento público



Cadeia de valor

A cadeia de valor representa o conjunto de atividades e ações realizadas pelo Tribunal, agregadas em macroprocessos e processos, cujo o objetivo principal é gerar, manter e entregar valor à sociedade.

A estruturação da Cadeia de Valor do TRE-MA está organizada com as seguintes perspectivas:

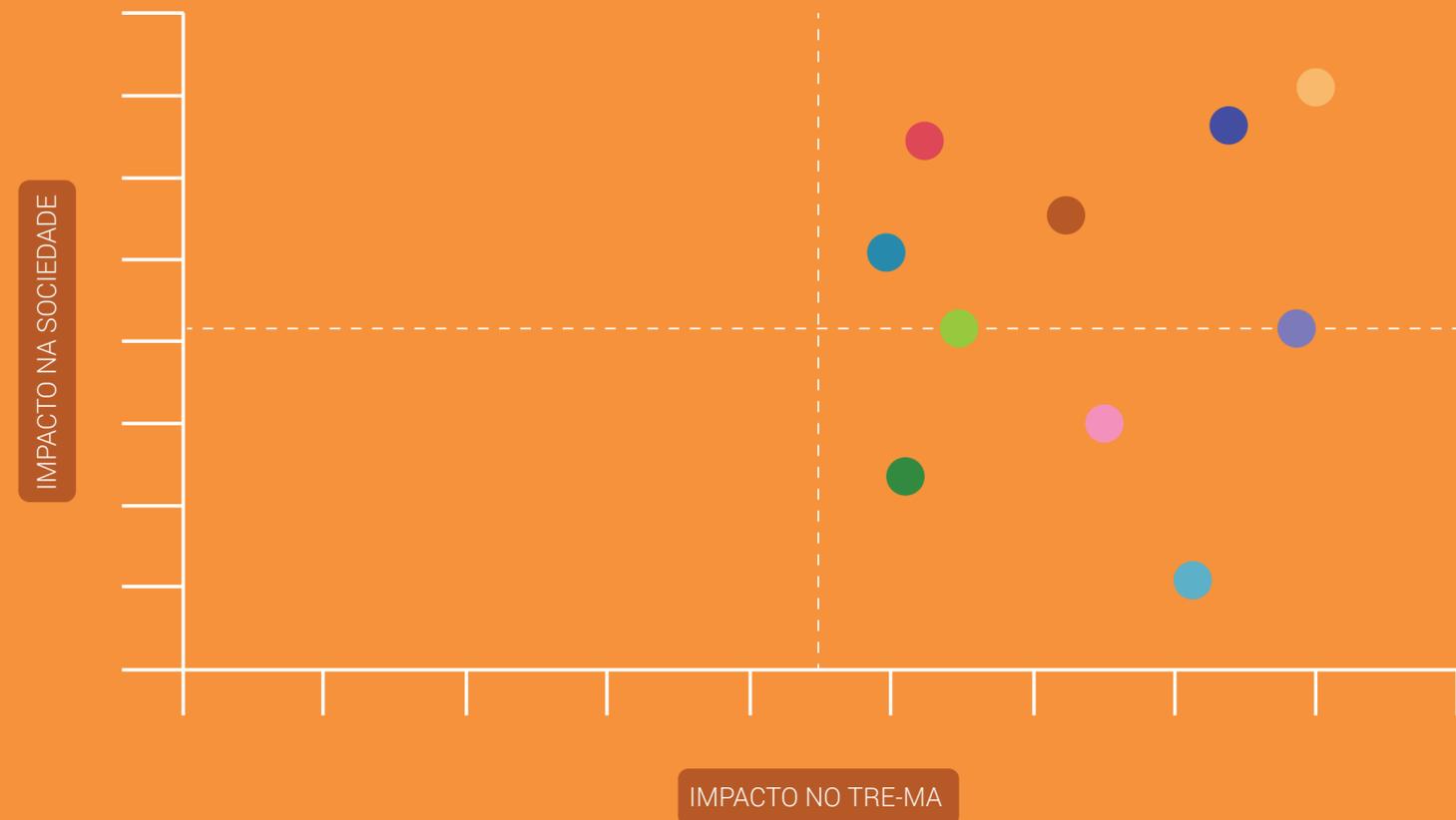




Materialidade das informações



Matriz de materialidade



Legenda





3

**Governança,
estratégia e
desempenho**



Estratégia e Alocação de Recursos

O TRE-MA desenvolveu seu Plano Estratégico 2021-2026 (Resolução nº 9846/2021) e Plano Diretrizes 2021-2022 (Resolução nº 9846/2021) durante o 1º semestre de 2021. Diante disso, segue a demonstração da execução dos contratos por objetivos estratégicos, assim como a correlação de alguns projetos concluídos que contribuíram para o propósito almejado.

Objetivo	Promover a gestão do conhecimento	Implementar mecanismos de integridade institucional	Assegurar efetividade e integridade da prestação jurisdicional	Evidenciar à sociedade a celeridade, segurança e transparência do processo eleitoral	Implementar política de gestão de pessoas	Aprimorar a gestão orçamentária e financeira	Fortalecer a governança institucional	Aprimorar a infraestrutura e governança de TIC
Execução Contratos (R\$)	-	-	-	1.800.286,34	953.661,15	11.462.709,69	-	5.244.195,10
Ações/projetos concluídos	5	3	7	2	8	2	18	3
Destaques	Gestão Documental Gestão da Memória	Instituir canal de denúncias e esclarecimentos de dúvidas sobre ética, conduta e integridade Atualização Código Ética Instituir Comissão de combate ao assédio moral e sexual	Pós-Graduação em Direito Eleitoral Monitoramento dos processos pendentes de julgamento Saneamento dos dados judiciais para o sistema DATAJUD	Esclarecer os futuros eleitores sobre o exercício da cidadania e o combate às notícias falsas Monitorar o cumprimento das normas do TSE e TRE	Programa de Recompensas aos servidores Teletrabalho em regime especial	Plano de Logística Sustentável Política de Governança de Contratações	Reestruturação organizacional Novos Regulamento e Regimento Interno Sistema de Governança e Gestão	Catálogo de Serviços de TI Processo de gestão de mudanças Aprimorar infraestrutura tecnológica nas Zonas Eleitorais: velocidade do backbone



Apoio da estrutura de Governança à Capacidade de Gerar Valor

Veja como a governança contribuiu para a geração de valor em 2021.



Comissões

Comissão de ética

Tramitaram 02 (dois) processos com as seguintes conclusões: um foi arquivado por insuficiência de elementos e o outro foi remetido para processamento no órgão competente. Além disso, instituiu canal de denúncia.

Mais informações

Comissão de Gestão da Memória

Elaborou e instituiu o Programa, o Regimento e a Carta de Serviços da Gestão da Memória.

Mais informações

Comissão de Gestão Documental

Desenvolveu todo o instrumental necessário à gestão documental.

Mais informações

Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual

Disponibilizou cartilhas sobre a temática e instituiu canal de denúncia.

Mais informações

Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar

Tramita neste Tribunal 1 (um) procedimento de averiguação prévia, com instrução finalizada, devidamente relatados e submetidos à decisão das autoridades competentes para julgamento.

Mais informações

Comissão Permanente de Licitação

Contratações diretas: 87; Pregões eletrônicos: 50 e Tomada de preço: 01.

Mais informações

Comissão Interna de Conservação de Energia Elétrica

Instituiu normas de redução do consumo de energia elétrica e publicou o ranking mensal.

Mais informações

Comissão de Tomada de Contas Especial

Tramita 01 (um) processo de tomada de contas especial, devidamente cadastrado no sistema e-TCE do TCU, que já foi submetido à decisão das autoridades competentes para julgamento. Importante ressaltar que no sistema e-TCE, há 2 (dois) processos cadastrados, porém, ambos se referem ao mesmo dano (irregularidades na construção do Fórum Eleitoral de São Luís - MA). O segundo se refere tão somente à atualização deste dano.

Mais informações

Comissão Permanente de Apoio à Gestão de Contratação

Houve reuniões para tratar sobre atualização de normativo interno, que trata da gestão e fiscalização de contratos, além do monitoramento dos trabalhos desenvolvidos por cada membro, visando apoiar suas dificuldades e ajustar eventuais necessidades

Mais informações

Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável

Ações concluídas

- Elaboração do Plano Logística Sustentável 2021-2026;
- Adoção do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União, atualizado na 3ª edição;
- Campanha Conecte-me: objetivo arrecadar equipamentos de informática como smartphones, tablets e notebooks em condições de uso para ajudar estudantes da rede pública de ensino a darem continuidade aos estudos durante a paralisação das aulas presenciais ocasionada pela pandemia do Covid-19;
- Capacitar 15 servidores envolvidos no processo de contratações no tema “Contratações Sustentáveis”;
- Redução de despesas realizadas com pagamento das faturas de telefonia móvel em relação à quantidade de linhas móveis;
- Usinas Solares: redução em 4,53% das despesas com energia elétrica em 2021.

Ações contínuas

- Atendimento parcial das solicitações de papel A4 enviando 50% dos pedidos com base na série histórica dos setores;
- Destinação adequada de parte dos resíduos da manutenção predial;
- Reciclagem: destinação dos resíduos recicláveis gerados, pela Secretaria e Zonas Eleitorais deste Tribunal, à cooperativa que possui Termo de Parceria com o TRE-MA.

Mais informações

Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

Ações concluídas:

- Acessibilidade Arquitetônica dos imóveis do TRE e Zonas Eleitorais;
- Acessibilidade relativa aos critérios de acesso digital, exigidos pelos órgãos de controle: Interpretação em linguagem brasileira de sinais, legenda e audiodescrição para as manifestações públicas veiculadas no sítio da internet;
- Ampliação do número de seções com acessibilidade por local de votação;
- Aquisição de cadeiras de rodas manuais para a Sede do TRE-MA e Zonas Eleitorais e uma motorizada para a Sede em resultado de indicação no cadastro de pcd;
- Contratação de interpretes de LIBRAS para as sessões plenárias;
- Fomentação adequada dos locais de votação, para melhor acesso dos eleitores com deficiência;
- Implementação de ações de capacitação e conscientização;
- Regulamentação de nova Comissão de Acessibilidade, em face da revogação da Res. 230/2016 e substituição pela 401/2021;
- Regulamentação no âmbito interno a Condição Especial de Trabalho.

Mais informações

Comissão Permanente de Política de Gênero e Cidadania (TRE Mulheres)

Foram disponibilizados no site do TRE jurisprudência, publicações e trabalhos acadêmicos sobre a igualdade de gênero.

Em acompanhamento aos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030 da ONU, no que concerne à igualdade de gênero e a questão da representatividade feminina, foram desenvolvidos trabalhos de apoio à atuação da Justiça Eleitoral Maranhense em conjunto com a Escola Judiciária Eleitoral para promoção da Meta 9 do CNJ, cumprida integralmente. Dentre as ações que compuseram a política de fomento estiveram: a criação de novas funcionalidades para pesquisa no sítio institucional do Tribunal contendo jurisprudências e artigos acadêmicos, bem como a realização de webinar temático, com a parceria da SEDUC-MA, que teve por público alvo estudantes da rede pública de ensino.

Com o escopo de oferecer subsídios aos Juízes e Juízas Eleitorais do Estado do Maranhão ao enfrentarem a análise da matéria em sua jurisdição fora informada à Corregedoria Regional Eleitoral, que por sua vez noticiou aos citados operadores, os dados disponíveis para consulta, e, ainda, a existência de Protocolo, desenvolvido pela Juíza Lavínia Coelho, Coordenadora da Comissão e Diretora da EJE, junto ao Grupo de Trabalho do CNJ, para balizar julgamentos eleitorais, sob a perspectiva de gênero.

Mais informações



Comitês

Comitê de Apoio a Gestão Orçamentária e de Aquisições

Houve 3 reuniões para tratar sobre proposta Orçamentária 2022.

[Mais informações](#)

Comitê de Segurança da Informação

Na recente reestruturação realizada por este TRE, foram criadas a Seção de Segurança Cibernética vinculada à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, e a nível estratégico, criou a Seção de Segurança da Informação, ligada diretamente à Diretoria Geral do Tribunal. Outro fato importante foi a realização de eventos com Juízes e servidores para tratar exclusivamente de assuntos relacionados à temática da segurança da Informação, bem como, a criação do portal de Segurança da Informação.

[Mais informações](#)

Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação

Realizou 16 reuniões, cujas pautas e atas estão disponíveis na internet do Tribunal.

[Mais informações](#)

Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação

Anteriormente, o Conselho Gestor exercia esse papel. Em 2021, foi instituído esse comitê de Governança.

[Mais informações](#)

Conselho Gestor com o Comitê de Atenção Prioritária ao 1º Grau

Houve 5 reuniões para tratar de assuntos pertinentes às Eleições e ao 1º Grau de Jurisdição. Foram ainda realizadas 3 reuniões para apreciar a minuta do Plano Estratégico 2021-2026 e analisar o seu desempenho.

[Mais informações](#)

Comitê de Gestão de Pessoas

Houve 2 reuniões que apreciaram normativos de teletrabalho e os demais projetos/ações de 2021.

[Mais informações](#)

Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores

Realizou 2 reuniões para tratar sobre as condições de retorno às atividades presenciais.

[Mais informações](#)

Comitê de Retomada ao Trabalho Presencial

Foram expedidos informativos aos servidores esclarecendo acerca da pandemia e ainda emitido relatório de 2021. Houve ainda a regulamentação da retomada progressiva dos trabalhos presenciais.

Mais informações



Núcleos

Núcleo de Apoio à Gestão de Riscos

Houve 05 reuniões para analisar os riscos dos processos de eleições e foi realizada a avaliação de maturidade em gestão de riscos da instituição.

Mais informações

Núcleo de Apoio à Gestão da Integridade

Duas servidoras da Coordenadoria de Gestão Estratégica e Modernização (COGEM) participaram da Maratona de Integridade, promovida pela rede Conexão Inovação Pública RJ, em novembro, com o objetivo de iniciar o desenvolvimento da

minuta do Plano de Integridade do TRE-MA.

O Núcleo realizou reunião para partilhar considerações iniciais sobre a temática e acertou que seria solicitado aos responsáveis as ações necessárias para compor o referido plano, observando os itens ainda não atendidos das seguintes fontes:

- 1) IGG - Índice de Governança e Gestão (TCU),
- 2) PNPC - Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (TCU) e
- 3) Pesquisa Preliminar de Integridade e Compliance na Justiça Eleitoral (TSE).

Mais informações



Redes

Rede de Governança Colaborativa da Justiça

Realizou o processo participativo para elaboração de propostas de Metas 2022 para a Justiça Eleitoral (nacionais e específicas)

Mais informações

Rede de Controle da Gestão Pública

O presidente do TRE participou da cerimônia de lançamento do PNPC - Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (TCU) no Maranhão. Ademais, este Tribunal participou dos testes de dois sistemas do TCU: IGG - Índice de Governança e Gestão e do PNPC - Programa Nacional de Prevenção à Corrupção

Mais informações



Valor Público

Eleitores

Quantidade de eleitores	4.556.857
Eleitores com biometria	4.419.302 (97,3%)
Eleitores sem biometria	137.555 (2,7%)
Cartórios eleitorais da capital	6
Cartórios eleitorais no interior	99
Alistamentos	82.301
Revisões	56.136
Transferências	58.545
Segundas vias	20.527
Cancelamentos por óbitos	26.527
Regularizações por pagamento de multa	64.993
Notícias de irregularidade em propaganda eleitoral autuadas	410
Quantidade de Recurso Eleitoral em processos de Propaganda	428

Diplomação

Prefeitos e Vice-Prefeitos	217
Vereadores	2.425

Eleição

Candidatos aptos	19.880
Candidatos inaptos	910
Candidatos a Prefeitos	789
Candidatos a Vereador	19.197
Mesários (1º turno)	56.140
Mesários (2º turno)	7.276
Urnas preparadas (1º turno)	16.492
Urnas preparadas (2º turno)	2.250
Urnas substituídas (1º turno)	272
Urnas substituídas (2º turno)	35
Seções eleitorais (1º turno)	14.035
Seções eleitorais (2º turno)	1.826

1º Grau

Casos novos	5.521
Casos pendentes	2.510
Casos baixados	2.782

2º Grau

Casos novos	2.107
Casos pendentes	361
Casos baixados	1.742

Eleição parametrizada

1 (uma) da Empresa Moinhos Cruzeiro do Sul, nos dias 25 e 26 de novembro. Foram utilizadas 1 (uma) urna de sessão e 1 (uma) urna de contingência.

Balcão virtual

Casos novos	2.107
Casos pendentes	361
Casos baixados	1.742

Processos físicos x digitais

2º Grau

Processos físicos convertidos em autos eletrônicos	147
Acervo ativo no 2º grau	100%

1º Grau

Processos físicos convertidos em autos eletrônicos	836
Processos físicos pendentes tramitando	15

Resultados Institucionais

Ano	Ranking Transparência	Prêmio CNJ de Qualidade	Índice de Governança e Gestão do TCU-IGG	
			Percentual	Nível
2017	-	Ouro	36%	Inicial
2018	74,45%	Ouro	56%	Intermediário
2019	76,23%	Prata	*	*
2020	84,21%	-	*	*
2021	93,30%	Ouro	65,3%	Intermediário

Variáveis de Litigiosidade

	1º Grau	2º Grau
Casos Novos	1.207	1.094
Casos Pendentes	6.988	1.001
Processos Baixados	23.874	1.213
Decisões terminativas no 2º grau	-	1.356
Setenças no 1º Grau	22.389	-

Metas Nacionais 2021

Meta 1 - Julgar mais processos que os distribuídos.

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Resultado: **134,85%**

Meta 2 - Julgar processos mais antigos.

Identificar e julgar, até 31/12/2021, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2019.

Resultado: **100,28%**

Meta 4 - Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.

Identificar e julgar, até 31/12/2021, 90% dos processos referentes às eleições de 2018, e 50% dos processos referentes às eleições de 2020, distribuídos até 31/12/2020, que possam importar na perda de mandato eletivo ou inelegibilidade.

Resultado: **161,21%**

Meta 9 - Realizar Ações de Prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030.

Resultado: **100%**

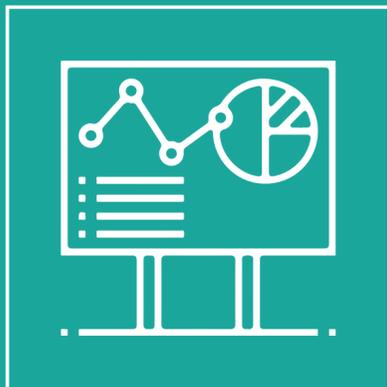
Meta 10 - Realizar Exames periódicos de Saúde em 25% dos Servidores e Promover, pelo menos, uma ação com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmos do ano anterior.

Resultado: **100%**

Meta Específica 2021

Promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre funcionamento do processo eleitoral.

Resultado: **Cumprida**



Resultado da Estratégia 2021

Mapa Estratégico 2021-2026

Legenda

- CUMPRIDO
- CUMPRIDO PARCIALMENTE
- NÃO CUMPRIDO
- NÃO MENSURADO NO PERÍODO

Mais informações
clique aqui

Mapa Estratégico

2021 - 2026

VALORES

- Ética
- Inovação
- Efetividade
- Transparência
- Diversidade e Inclusão
- Responsabilidade socioambiental



Alcance dos Objetivos Estratégicos

Legenda

-  CUMPRIDO
-  CUMPRIDO PARCIALMENTE
-  NÃO CUMPRIDO
-  NÃO MENSURADO NO PERÍODO

[Mais informações](#)
clique aqui

PERSPECTIVA DE RESULTADOS	PERCENTUAL	SITUAÇÃO
Assegurar o atendimento de excelência	107.79%	
Garantir a efetiva participação popular no processo eleitoral	-	
Garantir a legitimidade do processo eleitoral	121.34%	

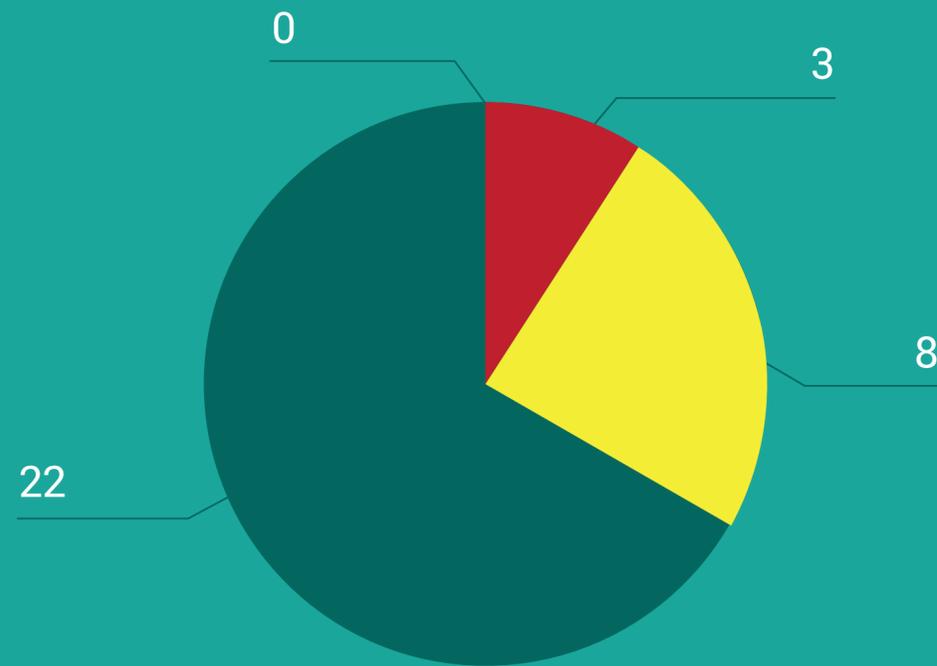
PERSPECTIVA DE PROCESSOS INTERNOS	PERCENTUAL	SITUAÇÃO
Assegurar efetividade e integridade da prestação jurisdicional	332.72%	
Evidenciar à sociedade a celeridade, segurança e transparência do processo eleitoral	740.00%	
Fortalecer o combate à fraude e corrupção no processo eleitoral	161.01%	
Implementar mecanismos de integridade institucional	88.75%	
Realizar eleições céleres, seguras e transparentes	-	

PERSPECTIVA DE GESTÃO E INOVAÇÃO	PERCENTUAL	SITUAÇÃO
Aprimorar a gestão orçamentária e financeira	94.85%	
Aprimorar a infraestrutura e governança de TIC	116.29%	
Fortalecer a governança institucional	64.51%	
Promover a proteção de dados e segurança cibernética	44.17%	
Promover transformação digital e inovações tecnológicas	133.33%	
Implementar política de gestão de pessoas	-	
Promover a gestão do conhecimento	-	

Desempenho dos Indicadores e Projetos

Mais informações
[clique aqui](#)

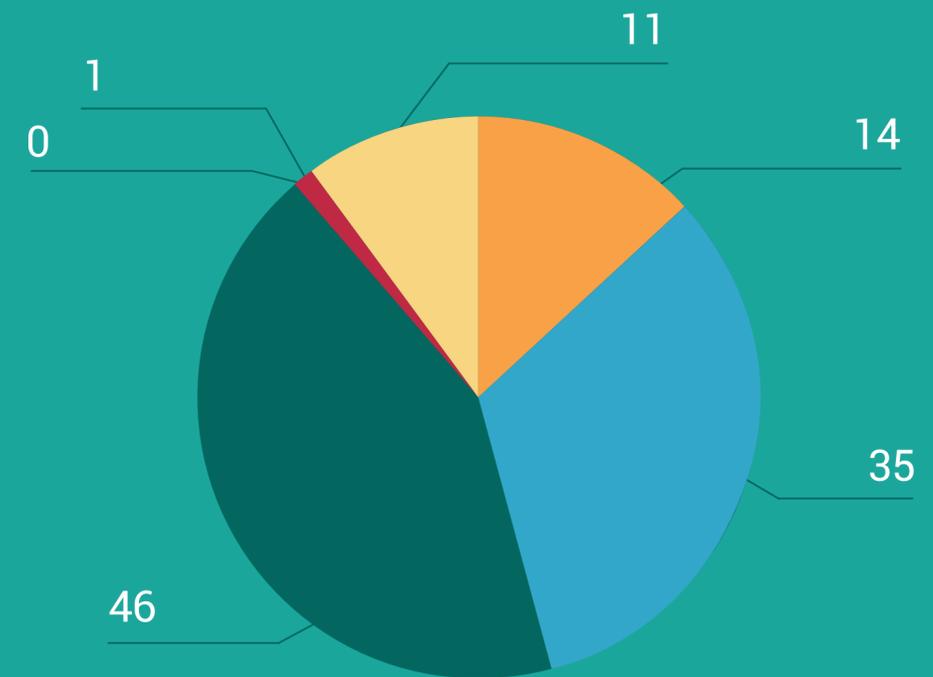
Panorama dos Indicadores



Legenda

- CUMPRIDO
- CUMPRIDO PARCIALMENTE
- NÃO CUMPRIDO
- NÃO MENSURADO NO PERÍODO

Panorama das Ações e Projetos



Legenda

- CONCLUÍDO
- INICIADO
- NÃO INICIADO
- REPACTUADO
- SUSPENSO
- CANCELADO

Ações e projetos concluídos em 2021 por Objetivo Estratégico

PROJETO	Aprimorar a gestão orçamentária e financeira	Aprimorar a infraestrutura e governança de TIC	Assegurar efetividade e integridade da prestação jurisdicional	Efetivar política de gestão de pessoas	Evidenciar à sociedade a celeridade, segurança e transparência do processo eleitoral	Fortalecer a governança institucional	Implementar mecanismos de integridade institucional	Promover a gestão do conhecimento
Acessibilidade relativa aos critérios de acesso digital, exigidos pelos órgãos de controle: Interpretação em linguagem brasileira de sinais, legenda e audiodescrição para as manifestações públicas veiculadas no sítio da internet.						✓		
Adotar métricas objetivas de resultados nos contratos e vinculação da remuneração da contratada ao desempenho apresentado.						✓		
Adotar política de capacitação para os servidores da área de aquisições.						✓		
Ampliação do número de seções com acessibilidade por local de votação.						✓		
Aprimorar infraestrutura tecnológica nas Zonas Eleitorais: velocidade do <i>backbone</i> .			✓					
Aquisição de livros 2021				✓				

Ações e projetos concluídos em 2021 por Objetivo Estratégico

PROJETO	Aprimorar a gestão orçamentária e financeira	Aprimorar a infraestrutura e governança de TIC	Assegurar efetividade e integridade da prestação jurisdicional	Efetivar política de gestão de pessoas	Evidenciar à sociedade a celeridade, segurança e transparência do processo eleitoral	Fortalecer a governança institucional	Implementar mecanismos de integridade institucional	Promover a gestão do conhecimento
Atualizar Código de Ética e Conduta para que contemple os membros da Corte e a alta administração.								
Avaliar o processo de recrutamento de servidores para as eleições.								
Coordenar a reestruturação do Tribunal.								
Coordenar as ações de saneamento dos dados judiciais do 2º Grau para o sistema DATAJUD.								
Criar e divulgar metas aos gestores, monitorar e incentivar para alcançar os resultados almejados.								
Criar mecanismos de avaliação nas prorrogações dos contratos de prestação de serviços de forma continuada.								
Criar programa de recompensas aos servidores.								

Ações e projetos concluídos em 2021 por Objetivo Estratégico

PROJETO	Aprimorar a gestão orçamentária e financeira	Aprimorar a infraestrutura e governança de TIC	Assegurar efetividade e integridade da prestação jurisdicional	Efetivar política de gestão de pessoas	Evidenciar à sociedade a celeridade, segurança e transparência do processo eleitoral	Fortalecer a governança institucional	Implementar mecanismos de integridade institucional	Promover a gestão do conhecimento
Definir e documentar os perfis profissionais desejados para cada ocupação ou grupo de ocupações de gestão.								
Definir método para impulsionar a gestão da inovação.								
Desenvolver capacidade dos gestores da área de aquisições (perfis, escolha, avaliação de desempenho e critérios de sucessão).								
Desenvolver projetos voltados aos jovens e futuros eleitores de esclarecimento social para o exercício da cidadania, do voto livre e consciente e de combate às notícias falsas.								
Elaborar processo de gestão de mudanças.								
Elaborar um catálogo de serviços de tecnologia da informação.								

Ações e projetos concluídos em 2021 por Objetivo Estratégico

PROJETO	Aprimorar a gestão orçamentária e financeira	Aprimorar a infraestrutura e governança de TIC	Assegurar efetividade e integridade da prestação jurisdicional	Efetivar política de gestão de pessoas	Evidenciar à sociedade a celeridade, segurança e transparência do processo eleitoral	Fortalecer a governança institucional	Implementar mecanismos de integridade institucional	Promover a gestão do conhecimento
Estabelecer meios de controle para o cumprimento dos atos previstos nas normas do TRE e TSE.					✓			
Estabelecer metas de economia com clareza de onde será utilizado o valor economizado.	✓							
Formalizar a estrutura de governança do Tribunal.						✓		
Garantir que as unidades possam alimentar e atualizar suas páginas na internet.								✓
Gestão Documental do TRE/MA.								✓
Gestão da Memória.								✓
Implementação de ações de capacitação e conscientização.				✓				
Impulsionar a adequação dos locais de votação, para melhor acesso dos eleitores com deficiência.						✓		

Ações e projetos concluídos em 2021 por Objetivo Estratégico

PROJETO	Aprimorar a gestão orçamentária e financeira	Aprimorar a infraestrutura e governança de TIC	Assegurar efetividade e integridade da prestação jurisdicional	Efetivar política de gestão de pessoas	Evidenciar à sociedade a celeridade, segurança e transparência do processo eleitoral	Fortalecer a governança institucional	Implementar mecanismos de integridade institucional	Promover a gestão do conhecimento
Incentivar a propositura de ideias e, em sendo adotada, dar os créditos à autoria.						✓		
Instituir Comissão de Combate ao Assédio Moral e Sexual.							✓	
Instituir a nova Política de Governança das Contratações.						✓		
Instituir canal de compartilhamento de práticas e ideias.						✓		
Instituir canal de denúncias e esclarecimentos de dúvidas sobre ética, conduta e integridade.						✓		
Instituir o teletrabalho em regime especial.				✓				
Organizar a buscas por documentos e informações na intranet.								✓

Ações e projetos concluídos em 2021 por Objetivo Estratégico

PROJETO	Aprimorar a gestão orçamentária e financeira	Aprimorar a infraestrutura e governança de TIC	Assegurar efetividade e integridade da prestação jurisdicional	Efetivar política de gestão de pessoas	Evidenciar à sociedade a celeridade, segurança e transparência do processo eleitoral	Fortalecer a governança institucional	Implementar mecanismos de integridade institucional	Promover a gestão do conhecimento
Promover capacitação de Pós-Graduação em Direito Eleitoral aos magistrados e servidores da Justiça Eleitoral, extensivo aos demais operadores do direito.								
Promover capacitação de gestão da inovação.								
Promover e divulgar cursos e eventos jurídicos de atualização e aprimoramento sobre o processo eleitoral, tendo por público alvo os juízes eleitorais, com vistas ao aprimoramento das competências laborais e ao atendimento de excelência.								
Realizar a autoavaliação do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC).								
Realizar monitoramento mensal dos processos pendentes de julgamento, dando destaque aos feitos prioritários.								
Realizar monitoramento mensal, verificando a causa de atrasos nos julgamentos no 1º Grau.								

Ações e projetos concluídos em 2021 por Objetivo Estratégico

PROJETO	Aprimorar a gestão orçamentária e financeira	Aprimorar a infraestrutura e governança de TIC	Assegurar efetividade e integridade da prestação jurisdicional	Efetivar política de gestão de pessoas	Evidenciar à sociedade a celeridade, segurança e transparência do processo eleitoral	Fortalecer a governança institucional	Implementar mecanismos de integridade institucional	Promover a gestão do conhecimento
Realizar monitoramento mensal dos requisitos do eixo produtividade, com o objetivo de obtenção do prêmio de qualidade do CNJ, consistente principalmente em medidas para o atingimento de metas nacionais e a redução de taxa de congestionamento líquida e tempo médio de duração de processos, nos termos do glossário do prêmio, mediante ações de monitoramento e impulsionamento.								
Realizar reuniões de Comitês e Conselhos públicas, para que todos possam assistir, mesmo que sem voz.								
Redução das barreiras comunicacionais com o aprimoramento da acessibilidade no portal de internet do TRE-MA.								
Regulamentar no âmbito interno a Condição Especial de Trabalho.								
Resguardar a divulgação ao público externo, dos planos de enfrentamento aos riscos.								
Sistema de Gerenciamento de Biblioteca.								



Prestação Jurisdicional

2º Grau

A Secretaria Judiciária executa a movimentação processual de forma transparente e segura, fazendo com que a Justiça Eleitoral execute seu papel na preservação da representatividade democrática.

O cumprimento desse trabalho, com a garantia de acesso público aos serviços da Secretaria Judiciária em tempo de isolamento social, foi assegurado com o respeito às normativas ao lado:

Resolução TRE-MA

9810, de 18.03.2021 -	Dispõe sobre o regime especial de teletrabalho
9815, de 12.04.2021 -	Que instituiu e regulamenta o atendimento ao público externo por meio do Balcão Virtual
9871, de 24.08.2021 -	Instituiu o Programa de Gestão de Memória
9873, de 26.08.2021 -	Regulamentou o serviço de emissão e validação eletrônica de diplomas, pela internet, para os(as) candidatos(as) eleitos(as) e suplentes nas eleições gerais
9849, de 28.06.2021 -	Projeto "Juízo 100% Digital
9850, de 08.07.2021 -	Aprovou o Regimento Interno

Portaria Conjunta TRE-MA

16, de 30.04.2021 -	Dispõe sobre o retorno presencial das atividades administrativas e regulamenta o atendimento ao público externo por meio do Balcão Virtual no âmbito da Justiça Eleitoral do Maranhão.
---------------------	--

2º Grau

Como ampliação do acesso remoto já previsto por intermédio da plataforma de videoconferência denominada Balcão Virtual, instituída pela Resolução do Conselho Nacional de Justiça n. 372/2021, a Secretaria Judiciária disponibilizou serviço de atendimento via WhatsApp Business, com troca de mensagens assíncronas entre os usuários, além de oferecer o atendimento presencial, por telefone e e-mail.

Coube à SEDIS desde o ano de 2020 a coordenação dos trabalhos de conversão dos processos físicos ativos em autos eletrônicos. Em 2021, o 2º Grau converteu 147 (cento e quarenta e sete) processos físicos em autos eletrônicos que somados aos convertidos em 2020 totalizaram 186 (cento e oitenta e seis) processos migrados do Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos - SADP para o Processo Judicial Eletrônico - PJe e, com isso, concluiu o trabalho de conversão em autos digitais de todo acervo ativo.

Durante 2021 a Seção de Análise de Contas Eleitorais e Partidárias - SECEP realizou diversas atividades correlatas à análise de prestação de contas para saneamento da taxa de congestionamento dos referidos processos.

Como medidas de saneamento foi efetuada uma parceria com Secretaria de Gestão de Pessoas com a implantação do teletrabalho para exame de processos de prestação de contas. Essa ação permitiu um incremento no número de processos de contas partidárias anuais analisadas, que subiu de 30 para uma média de 44 processos de contas ao longo do ano.

No ano de 2021 foram realizadas um total de 138 Sessões Ordinárias, sendo 96 Jurisdicionais e 42 Administrativas.

Estatística Processual do 2º Grau

Ato	Quantitativo
Autuações	1.299
Decisões	398
Acórdãos	965
Despachos	6.370
Citações	160
Intimações	15.222
Editais	463
Certidões	13.131

Prestação Jurisdicional

2º Grau

No ano de 2021 foram autuados 1.299 processos eleitorais, sendo em sua grande maioria da classe de Recurso Eleitoral, conforme relatório abaixo:

Classe

Agravo de Instrumento	4	Pedido de providências	1
Ação de impugnação de mandato eletivo	1	Petição cível	13
Ação de investigação judicial eleitoral	1	Prestação de contas anual	51
Ação de justificação de desfiliação partidária/perda de cargo eletivo	1	Prestação de contas eleitorais	7
Conflito de competência cível	2	Processo administrativo	2
Correição extraordinária	4	Produção antecipada de provas criminal	2
Cumprimento de sentença	1	Recurso contra expedição de diploma	8
Cumprimento provisório de decisão	1	Recurso criminal eleitoral	4
Direitos políticos	71	Recurso eleitoral	973
Duplicidade/Pluralidade de Inscrições - Coincidências	65	Regularização de situação de eleitor	31
Exceção	2	Representação	12
Habeas corpus criminal	1	Requerimento de regularização de omissão de prestação de contas eleitorais	10
Inquérito policial	7	Revisão de eleitorado	6
Mandado de segurança cível	18	Total geral	1299

2º Grau

Apesar das dificuldades da Pandemia, os membros da Corte deste Tribunal com empenho conseguiram julgar com celeridade os processos eleitorais, conforme relatório abaixo:

Decisões Monocráticas

Agravo de execução penal	1
Agravo de Instrumento	2
Ação de justificação de desfiliação partidária/perda de cargo eletivo	1
Ação de investigação judicial eleitoral	4
Conflito de competência cível	5
Correição extraordinária	4
Cumprimento de sentença	2
Cumprimento Provisório de decisão	1
Direitos Políticos	15
Duplicidade/pluralidade de inscrições - coincidências	28
Exceção	1
Habeas corpus criminal	5
Inquérito policial	9
Mandado de segurança cível	155

Pedido de busca e apreensão criminal	1
Pedido de providências	2
Petição	3
Petição criminal	4
Petição cível	10
Prestação de contas anual	74
Prestação de contas	33
Prestação de contas eleitorais	29
Produção antecipada de provas criminal	3
Reclamação	4
Recurso contra expedição de diploma	10
Recurso criminal eleitoral	31
Recurso eleitoral	206
Regularização de situação de eleitor	1
Regularização de Situação do eleitor	8
Representação	19
Requerimento de regularização de omissão de prestação de contas anual	3
Requerimento de regularização de omissão de prestação de contas eleitorais	15
Revisão de eleitorado	1
Tutela cautelar antecedente	12
TOTAL	702

2º Grau

Acórdão

Agravo de execução penal	1
Agravo de instrumento	3
Ação de investigação judicial eleitoral	3
Conflito de competência cível	1
Consulta	1
Cumprimento de sentença	1
Exceção	3
Habeas corpus criminal	2
Mandado de segurança cível	16
Petição	2
Petição cível	8
Prestação de contas anual	43
Prestação de contas	47
Prestação de contas eleitorais	36

Reclamação	1
Recurso contra expedição de diploma	3
Recurso criminal	1
Recurso criminal eleitoral	5
Recurso eleitoral	752
Representação	7
Requerimento de regularização de omissão de prestação de contas eleitorais	2
Revisão de eleitorado	26
Tutela cautelar antecedente	1
TOTAL	965

1º Grau

Classe

Execução fiscal	12
Ação de impugnação de mandato eletivo	63
Ação de investigação judicial eleitoral	8
Ação penal eleitoral	55
Apuração de eleição	1
Registro de candidatura	2
Representação	61
Revisão de eleitorado	8
Exibição de documento ou coisa criminal	1
Cautelar inominada criminal	3
Mandado de segurança cível	1
Exceção	3
Comunicado de mandado de prisão	3
Tutela cautelar antecedente	2
Tutela antecipada antecedente	1
Prestação de contas eleitorais	367
Prestação de contas anual	2690
Cancelamento de inscrição eleitoral (cie)	5

Composição de mesa receptora	511
Direitos políticos	105
Duplicidade/pluralidade de inscrições - coincidências	287
Filiação partidária	8
Recurso/impugnação de alistamento eleitoral	1
Regularização de situação do eleitor	57
Lista de apoio para criação de partido político	452
Notícia de irregularidade em propaganda eleitoral	1
Representação especial	10
Requerimento de regularização de omissão de prestação de contas anual	25
Requerimento de regularização de omissão de prestação de contas eleitorais	70
Processo administrativo	7
Correição extraordinária	2
Cumprimento de sentença	6
Petição criminal	5
Procedimento investigatório criminal (pic-mp)	4
Produção antecipada da prova	39
Petição cível	81

1º Grau

Carta de ordem cível	12
Carta precatória cível	63
Representação criminal/notícia de crime	8
Termo circunstanciado	55
Inquérito policial	1
Pedido de busca e apreensão criminal	2
Pedido de quebra de sigilo de dados e/ou telefônico	61
Restituição de coisas apreendidas	8
Incidente de falsidade	1
Carta precatória criminal	3
Execução da pena	1

Assunto

Condicional do processo	41
Abolitio Criminis	2
Transação	2
Criação do Partido Político	451

Inscrição fraudulenta	11
Calúnia	7
Difamação	10
Injúria	3
Captação ilícita de votos ou corrupção eleitoral	21
Aliciamento eleitoral	4
Falso eleitoral	3
Desobediência à determinações da Justiça Eleitoral	2
Boca de urna	5
Falsificação de documento público para fins eleitorais	3
Uso de documento falso	1
Aliciamento de eleitores	1
Coação eleitoral	5
Aliciamento comercial de eleitores	1
Falsidade ideológica praticada por Funcionário Público	1
Votação de Eleitor na Seção Eleitoral na qual Não Está Inscrito ou Autorizado a Votar	1
Inscrição Fraudulenta	90
Inscrição Fraudulenta Efetivada pelo Juiz	3
Promoção de Desordem nos Trabalhos Eleitorais	2
Não Cumprimento dos Deveres Impostos pelo Código Eleitoral à Autoridade Judiciária e aos Funcionários da Justiça Eleitoral	1
Desobediência a Ordens ou Instruções da Justiça Eleitoral	4
Descumprimento da Proibição de Fornecimento de Transporte ou Refeições a Eleitores	14
Alteração do Resultado de Votação nos Mapas ou Boletins de Apuração	2

1º Grau

<u>Falsificação ou Alteração de Documento Público para Fins Eleitorais</u>	11
<u>Falsidade Ideológica</u>	33
<u>Uso de Documento Falso para Fins Eleitorais</u>	7
<u>Divulgação de Fatos Inverídicos na Propaganda Eleitoral</u>	1
<u>Calúnia na Propaganda Eleitoral</u>	8
<u>Divulgação de Falsa Imputação</u>	1
<u>Difamação na Propaganda Eleitoral</u>	6
<u>Injúria na Propaganda Eleitoral</u>	1
<u>Injúria Eleitoral Violenta</u>	3
<u>Impedimento do Exercício da Propaganda</u>	1
<u>Impedimento ou Embaraço ao Exercício do Sufrágio</u>	1
<u>Corrupção Eleitoral</u>	27
<u>Coação Visando a Obtenção de Voto ou a sua Abstenção</u>	4
<u>Votação Múltipla ou Realizada em Lugar de Outrem</u>	1
<u>Violação do Sigilo do Voto</u>	3
<u>Arregimentação de Eleitor ou Boca de Urna</u>	27
<u>Divulgação de Propaganda Eleitoral no Dia da Eleição</u>	7
<u>Retenção de Título ou Comprovante de Alistamento Eleitoral</u>	1
<u>Subscrição de Mais de Uma Ficha de Filiação Partidária</u>	4
<u>Arguição de Ineligibilidade Temerária ou de Má-Fé</u>	1

<u>Improbidade Administrativa</u>	2
<u>Alistamento Eleitoral - Cancelamento</u>	4
<u>Alistamento Eleitoral - Duplicidade/Pluralidade</u>	258
<u>Alistamento Eleitoral - Inscrição Eleitoral</u>	6
<u>Condição de Elegibilidade - Domicílio Eleitoral na Circunscrição</u>	1
<u>Condição de Elegibilidade - Filiação Partidária</u>	1
<u>Condição de Elegibilidade - Quitação Eleitoral</u>	1
<u>Inelegibilidade - Abuso do Poder Econômico ou Político</u>	6
<u>Inelegibilidade - Analfabetismo</u>	1
<u>Impugnação ao Registro de Candidatura</u>	2
<u>Registro de Candidatura - RRC - Candidato</u>	2
<u>Registro de Candidatura - Substituição de Candidato - Por Renúncia</u>	1
<u>Cargo - Prefeito</u>	26
<u>Cargo - Vereador</u>	86
<u>Cargo - Vice-Prefeito</u>	6
<u>Eleições - 1º Turno</u>	235
<u>Eleições - 2º Turno</u>	2
<u>Eleições - Eleição Proporcional</u>	5
<u>Pesquisa Eleitoral - Divulgação de Pesquisa Eleitoral Fraudulenta</u>	2
<u>Pesquisa Eleitoral - Divulgação de Pesquisa Eleitoral Sem Prévio Registro</u>	1
<u>Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Adesivo</u>	1
<u>Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Bem Particular de Uso Comum</u>	1
<u>Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Bem Público</u>	1

1º Grau

Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Conduta Vedada a Emissora de Rádio/Televisão na Programação Normal	4
Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Extemporânea/Antecipada	2
Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Televisão	1
Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Inobservância do Limite Legal	1
Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Outdoors	2
Contas	2
Contas - Aprovação das Contas	14
Contas - Aprovação das Contas com Ressalvas	1
Contas - Não Apresentação das Contas	12
Doação de Recursos Acima do Limite Legal - Pessoa Física	5
Quociente Eleitoral/Partidário	1
Abuso - De Poder Econômico	31
Abuso - De Poder Político/Autoridade	11
Abuso - Uso Indevido de Meio de Comunicação Social	1
Propaganda Política - Propaganda Institucional	1
Direitos Políticos - Restabelecimento dos Direitos Políticos	15
Execução - De Multa Eleitoral	14
Execução de Julgado	4
Cautelar Inominada - De Produção Antecipada de Provas	11

Cautelar Inominada - Incidental	1
Exceção - De Suspeição	3
Filiação Partidária - Cancelamento	4
Filiação Partidária - Exclusão	3
Partido Político - Órgão de Direção Municipal	251
Partido Político - Comissão Provisória	1
Requerimento	484
Intimação	62
Citação	26
Oitiva	2
Diligências	3
Atos executórios	3
Prestação de Contas - De Candidato	130
Prestação de Contas - De Comitê Financeiro	2
Prestação de Contas - De Exercício Financeiro	2681
Impugnação - Transferência de Domicílio Eleitoral	1
Captação ou Gasto Ilícito de Recursos Financeiros de Campanha Eleitoral	30
Prestação de Contas - de Partido Político	257
Matéria Administrativa	4
Cancelamento de Registro de Candidatura	1
Execução - Cumprimento de Sentença	6
Inelegibilidade - Renúncia a cargo político na pendência de representação ou petição que possa levar a outra causa de inelegibilidade	2

1º Grau

Nulidade - Ausência de Identificação de Advogado ou de Sociedade de Advogados	1
Correição extraordinária	2
Providência	4
Simplex	1
Coincidência Biométrica	31
Ausência ou Abandono aos Trabalhos Eleitorais	511
Regularização de Histórico - Exclusão de Códigos de ASE	32
Regularização de Histórico - Retificação de Data de Ocorrência, Motivo/Forma, Complemento e Situação	90
Regularização de Histórico - Lançamento de Códigos de ASE	14
Regularização de Histórico - Retificação de Dados Pessoais	3
Regularização de Histórico - Cancelamento por Equívoco	10
Reversão de Operação - Revisão Equivocada	3
Reversão de Operação - Transferência Equivocada	6
Filiação Partidária - Lista Especial	3
Crimes Conexos	4
Direito Líquido e Certo	1
Percentual de Gênero - Candidatura Fictícia	15
Requerimento de Regularização da Situação de Inadimplência de Prestação de Contas	102
Candidato Eleito	3

Candidato Não-Eleito	2
Prestação de Contas - de Partido Político	3
Revisão de Eleitorado - Cadastramento Biométrico	8
COVID-19	1
Apropriação Indébita Eleitoral	2
Arquivamento de Procedimento Investigatório Criminal - PIC-MP	2
Processamento de Recurso Contra Expedição de Diploma	1
Acordo de Não Persecução Penal	1
Transação Penal	1
Privacidade	1
Contas- Simplificada	1
Falsificação ou Alteração de Documento Particular para Fins Eleitorais	4
Apuração de indícios de irregularidades informados pela Administração Pública	2
Homicídio Qualificado	1
Calúnia	2
Difamação	1
Falsificação de documento particular	1
Certidão ou atestado ideologicamente falso	1
Falsa identidade	2
Comunicação falsa de crime ou de contravenção	1
Falso testemunho ou falsa perícia	1
Crimes de Responsabilidade	1
Associação para a Produção e Tráfico e Condutas Afins	1



4

Riscos, oportunidades e perspectivas



Gestão de Riscos

A Gestão de Riscos no Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão começou em 2017 com a Política de Gestão de Riscos (PGR) - Resolução nº 9175/2017, seguindo orientações da Norma ABNT ISO 31000:2009 e do Manual de Gestão de Riscos do TCU, observando os seguintes princípios:

1

Transparência, objetividade e dinamismo

2

Alinhamento aos contextos interno e externo da organização

3

Fomento à integração dos projetos e processos de trabalho

4

Estímulo ao aperfeiçoamento dos controles internos

5

Observância do grau de maturidade de gestão e governança do TRE-MA

6

Aferição da efetividade dos instrumentos de controle de riscos da organização.

Mais informações
[clique aqui](#)

Riscos e Responsabilidades

Adotamos o modelo das 3 linhas de defesa do Instituto de Auditores Internos (IIA), estabelecendo uma estrutura de governança de riscos alinhada à estratégia organizacional, com ênfase na integração de processos, pessoas e sistemas operacionais.

A rede de governança estabelecida pela Política de Gestão de Riscos contempla as unidades organizacionais que detêm a atribuição de atuar nos controles internos e gerenciar riscos, posto que todos os gestores e demais servidores responsáveis por iniciativas estratégicas, táticas, operacionais, processos de trabalho e projetos são responsáveis por gerir os riscos das suas unidades administrativas.

1ª Linha de Defesa

Gestores de Riscos

(Gestores das Unidades Administrativas, Gerentes de Processos e Projetos)

■ GESTORES DE RISCOS



Atribuições

- Selecionar os processos de trabalho e as atividades da sua área de atuação que terão os riscos gerenciados e tratados prioritariamente;
- Identificar, medir, priorizar, tratar, monitorar e controlar os riscos dos processos, projetos e atividades sob a sua responsabilidade, comunicando os planos de gestão de riscos a todos os envolvidos e ao Núcleo de Apoio à Gestão de Riscos;
- Encaminhar ao Núcleo de Apoio à Gestão de Riscos as demandas e relatórios relativos à sua unidade.

Conselho Gestor (Secretários e Diretor-Geral)
Corregedoria Regional Eleitoral
Coordenadores e Secretários
Núcleo de Apoio à Gestão de Riscos

■ CONSELHO GESTOR



Atribuições

- Deliberar sobre as principais diretrizes da política de gestão de riscos e sistemas de controles internos;
- fomentar a disseminação das diretrizes da Gestão de Riscos;
- aprovar o apetite aos riscos;
- deliberar sobre os riscos estratégicos;
- intervir nos processos decisórios relacionados aos riscos operacionais, de conformidade e de imagem.

■ CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

Disseminar as diretrizes do processo de gestão de riscos no âmbito do 1º grau de jurisdição e acompanhar a aderência dos Juízes Eleitorais ao processo de gerenciamento de riscos.

■ COORDENADORES E SECRETÁRIOS

exercer o controle, revisão e orientação dos atos praticados pela 1ª linha de defesa.

■ NÚCLEO DE APOIO À GESTÃO DE RISCOS (NAGR):



Atribuições

- Gerenciar e apoiar a implantação da política de Gestão de Riscos;
- Monitorar, sistematicamente, o cumprimento da política, com vistas a assegurar a sua eficácia e o cumprimento dos objetivos, sugerindo melhorias para os procedimentos adotados;
- Consolidar e submeter à apreciação do Conselho Gestor os relatórios de gestão dos riscos estratégicos, identificando os que possam impactar os objetivos do Tribunal;
- Monitorar a efetividade da gestão dos riscos estratégicos, operacionais, de imagem e de conformidade;
- Atuar como órgão consultivo, auxiliando os gestores na identificação, análise, avaliação dos riscos e na elaboração dos planos de gestão a serem adotados nas suas atividades.

Como parte integrante da rede de Gestão de Riscos, o NAGR foi implantado em 2018 e, desde então, tem tratado dos seguintes temas:

- Manual de Gestão de Risco
- Níveis de Risco
- Apetite ao Risco
- Formas de Análise
- Método para Análise
- Monitoramento
- Tratamento de Risco de acordo com o nível
- Agenda de Reuniões
- Planilha Documentadora
- Ausência de Integrantes
- Categorias de Risco

O NAGR é intersetorial e auxilia a alta administração na execução da gestão de riscos ao analisar os planos de gestão elaborados pelos gestores das unidades administrativas e sobre eles lançar um olhar mais amplo.

Auditoria Interna

■ AUDITORIA INTERNA

Unidade administrativa que exerce atividade autônoma e independente de avaliação e consultoria com o objetivo de agregar valor às operações do Tribunal, de modo a auxiliar na concretização dos objetivos organizacionais, mediante avaliação da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controles internos, de integridade e de governança, devendo:

- Atuar na 3ª linha de defesa na gestão de riscos do Tribunal;
- Exercer atividade de auditoria e de consultoria;
- Atuar de forma a agregar valor, melhorar as operações e auxiliar o Tribunal a alcançar seus objetivos.



Atribuições

- Planejar, orientar, coordenar e supervisionar as atividades de auditoria e fiscalização dos atos de gestão praticados pelos responsáveis pela execução orçamentária, financeira, patrimonial, pela gestão de pessoas e de tecnologia da informação e comunicação;
- Avaliar os resultados dos atos de gestão quanto à economicidade, eficiência e eficácia;
- Apoiar o órgão de controle externo no exercício de sua missão institucional, na Governança, e, dentre outras funções, avaliar as atividades da 1ª e 2ª linhas de defesa no que tange à eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos, mediante a prestação de serviços de avaliação e de consultoria com base nos pressupostos de autonomia técnica e de objetividade.

Assessoramento

COGEM- Coordenadoria de Gestão Estratégica e Modernização
SEMOG - Seção de Modernização da Gestão

Assessoramento das unidades administrativas no mapeamento dos processos e na gestão de riscos através da Seção de Modernização da Gestão

Propor a metodologia de gerenciamento de riscos do TRE-MA

Assessorar a Diretoria-Geral na tomada de decisões relativas aos riscos estratégicos

Acompanhar as ações de tratamento e controle dos riscos estratégicos, a partir dos relatórios consolidados das unidades de governança

Acompanhar a evolução da maturidade organizacional em gerenciamento de riscos

Processo de gestão de riscos

Análise do ambiente

Entendimento do contexto organizacional interno e externo e identificação dos fatores que impactam positiva ou negativamente.

Identificação dos riscos

Reconhecimento e a descrição dos riscos que podem afetar os objetivos do processo ou do Tribunal.

Medição dos riscos

Medida de probabilidade e impacto dos riscos, que combinados definirão o nível de risco

Priorização dos riscos

Análises dos níveis de riscos para priorizar e tratar

Tratamento dos riscos

Abordagem selecionada para tratar os riscos identificados, seja pela minimização das ameaças ou pela maximização das oportunidades

Comunicação e integração

Comunicação fluida entre todos os responsáveis pelo gerenciamento de riscos, em diversos níveis organizacionais

Monitoramento, controle e análise crítica

Consiste na verificação da efetividade dos tratamentos dos riscos e do nível de aderência da gestão de riscos, com vistas ao aperfeiçoamento do modelo e à consolidação da rede de controles internos.

Instrumentos

MANUAL - PLANILHA - CARTILHA

O Manual da Gestão de Risco e a planilha documentadora são instrumentos que orientam e documentam a análise e as ações de enfrentamento de quaisquer riscos sejam ameaças ou oportunidades, leves ou críticos, com impactos operacionais ou na estratégia. Já a cartilha visa dar uma visão geral, mais simples e com indicações de o que é a gestão de riscos, como fazê-la e onde encontrar ajuda, ressaltando a importância de se fazer previamente o mapeamento do processo a ser analisado.

Evolução da gestão de riscos

2018 a política de gestão de riscos foi integralmente implantada no âmbito do macroprocesso Eleição, focando os 27 processos finalísticos e de apoio, que existiam à época.

2019 considerando as informações obtidas em avaliações de pleitos anteriores, reanalisou-se os riscos de todos os processos, como etapa integrante do Planejamento Integrado das Eleições (PIE) 2020. Além disso, em 2019, a gestão de riscos foi contemplada como etapa final do mapeamento dos processos de trabalhos das demais unidades, prática que vem evoluindo a cada ano.

2020 houve a revisão e adequação do PIE em relação às novas diretrizes, devido à pandemia.

2021 identificou-se 249 riscos nos processos de Eleição, sendo 84 classificados como altos e críticos e 6 da categoria estratégico.

Como acontece a gestão de riscos

Os riscos são identificados como ameaças (riscos que podem prejudicar – riscos negativos) e/ou oportunidades (riscos que podem ajudar – riscos positivos), com suas causas e efeitos, classificados em categorias, a depender do impacto diretamente causado, podendo ser:



Assim, classificam-se os riscos que afetam a capacidade de a organização gerar valor em curto, médio e longo prazo, tratando-os de forma a prevenir ou mitigar os impactos de ameaças, bem como aplicando meios para aproveitar oportunidades.

Em seguida, verifica-se a probabilidade de o evento de risco ocorrer e o impacto que poderá causar na categoria e no objetivo do processo. Em continuidade, o nível de risco então é encontrado, considerando três variáveis:

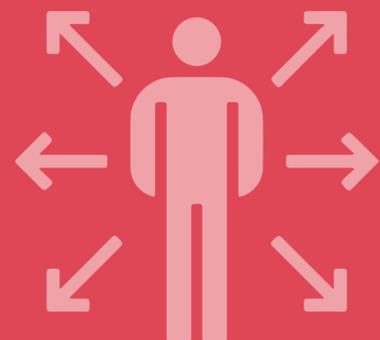


Todos os riscos altos, críticos ou com impacto na estratégia, são submetidos à reanálise pelo Núcleo de Apoio à Gestão de Riscos e, em seguida, são encaminhados ao conhecimento da administração superior, do Conselho Gestor e do Comitê de Atenção Prioritária ao 1º Grau, os quais, tecem considerações, sugerem melhorias e validam as ações de tratamento a serem tomadas, tanto no enfrentamento às ameaças, como no aproveitamento de oportunidades.

Vale mencionar que riscos e seus tratamentos não são disponibilizados na internet do Tribunal, por uma questão de segurança da informação, visando não expor as vulnerabilidades da instituição.

Mais informações
clique aqui

Principais Oportunidades em 2021



Foi implantada a reestruturação administrativa do TRE-MA, com a reformulação da sua estrutura orgânica levando-se em conta as atribuições das unidades administrativas, a quantificação dos cargos e a alocação das pessoas de acordo com o volume de trabalho e a natureza do serviço, propiciando:

- Melhora significativa da qualidade operacional
- Otimização do uso de recursos
- Ampliação e eficiência dos controles internos
- Transparência e padronização de processos

- ↗ O novo regulamento administrativo também definiu, expressamente, os responsáveis pelas 3 linhas de defesa na gestão de riscos.
- ↗ Foi criada assessoria específica para apoiar o gerenciamento dos processos de eleições (Assessoria de Gestão de Eleições - ASGEL), possibilitando que a instituição amplie a gestão de riscos para os demais processos da instituição, sem prejuízo do seu negócio.
- ↗ Realização das Oficinas de Mapeamento de processos e gestão de riscos, aproveitando a demanda de várias unidades da Secretaria de Administração e Finanças (SAF).

Perspectivas Futuras



Tendo em vista a nova estrutura organizacional do TRE-MA, implantada pela Resolução n. 9882/21, inaugurou-se novo contexto favorável ao aprimoramento da gestão de riscos. Isso porque o novo regulamento prevê expressamente que todas as unidades administrativas têm como atribuição mapear e analisar os riscos dos processos críticos da unidade, adotando medidas preventivas, corretivas e proativas.

Além disso, o TRE-MA busca alcançar a plenitude do nível aprimorado no índice de maturidade global de gestão de riscos, que contempla:

Desafios Futuros

- Revisar as normas atinentes à Gestão de Riscos:
 - Atualizar as categorias de avaliação do risco
 - Definir o apetite a risco
- Atualizar o Plano de Comunicação da Gestão de Riscos e implementá-lo
- Atualizar a cadeia de valor e elaborar arquitetura de processos do TRE-MA
- Publicar a metodologia de processos atualizada
- Iniciar a análise dos riscos nas parcerias firmadas por este Tribunal
- Elaborar os Planos de Continuidade de Negócio por área
- Disseminar a cultura da Inovação
- Implantar a Gestão da Integridade, do Conhecimento e do Controle de Qualidade

Ambiente

- Liderança
- Políticas e Estratégias
- Pessoas

Parcerias

- Gestão de Riscos em Parcerias
- Planos e Medidas de Contingências

Processos

- Identificação e Análise de Riscos
- Avaliação e Resposta a Riscos
- Monitoramento e Comunicação

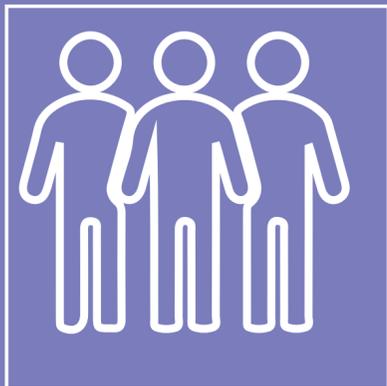
Resultados

- Melhoria dos Processos de Governança
- Resultados-chave da Gestão de Riscos



5

**Conformidade
e eficiência da
gestão**



Pessoas

Secretaria de Gestão de Pessoas

Conformidade legal: principais normas internas e mecanismos de controle adotados na gestão da folha de pagamentos e na gestão de pessoas

A Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) é a unidade que instrumentaliza e operacionaliza os mecanismos da governança e de gestão de pessoas do TRE-MA.

As principais normas são: as Lei 8.112/1990, que institui o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, e a 11.416/2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União.

A nível nacional a SGP segue as Resoluções do Conselho Nacional de Justiça, como a Resolução CNJ nº. 192/2014, que instituiu a Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário; A Resolução CNJ nº. 207/2015, que instituiu a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário; A Resolução CNJ nº. 219/2016, que dispõe sobre a distribuição de servidores, de cargos em comissão e de funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus. E a Resolução

CNJ nº. 240/2016, que instituiu a Política Nacional de Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário. Em todas elas, o CNJ determina aos Tribunais que promovam ações visando às suas implementações.

Ainda em nível nacional a SGP segue as orientações emanadas pelo Tribunal de Contas da União, como as constantes dos Acórdãos 3.023/2013, 358/2017, 588/2018 e 2699/2018, que recomendam a todos os Órgãos da Administração Pública Federal a adoção de medidas para promover maior comprometimento da alta administração com a eficiência, efetividade e transparência da gestão de pessoas, em busca de melhores resultados para a sociedade. A Secretaria obedece, ainda, normas gerais do Tribunal Superior Eleitoral.

Quanto aos normativos internos, a principal norma é a Política de Gestão de Pessoas do TRE-MA, regulamentada através da Resolução 9112/2017, com objetivo de alinhar as práticas de gestão de pessoas à missão, aos objetivos estratégicos e aos indicadores organizacionais.

A política traçou 7 (sete) linhas de ação, as quais representam os processos de trabalho da área de gestão de pessoas, direcionando as principais atividades e viabilizando a implantação das ações:

Gestão por competência

Desenvolvimento gerencial

Política de reconhecimento

Gestão do clima organizacional

Qualidade de vida;

Lotação e movimentação

Treinamento e capacitação

Além da Política, foi expedida a Portaria 980/2021, instituindo e compondo o Comitê Local de Gestão de Pessoas e o Comitê de Atenção Integral a Saúde de Magistrados e Servidores, visando criar estruturas de governança para assegurar que as decisões e as ações relativas à gestão de pessoas estejam alinhadas às necessidades da organização.

Mecanismos de controle adotados na gestão da folha de pagamento e na gestão de pessoas

As seções da Secretaria de Gestão de Pessoas alimentam, mensalmente, com informações relativas a pessoal o Sistema de Gestão de Recursos Humanos (SGRH) e sistemas correlatos, os quais refletem no módulo de Folha de Pagamento.

A Seção de Pagamento de Pessoal recebe das seções relatórios emitidos dos sistemas, os quais são formalizados em processo administrativo, tornando possível a comparação destas informações com o que está sendo pago em folha de pagamento.

O Processo Administrativo tramita pela Assessoria da Diretoria Geral, Coordenadoria de Orçamento e Finanças e, por fim, para a Seção de Contabilidade Analítica e Gerencial, sendo que estas fazem a conformidade antes do efetivo pagamento.

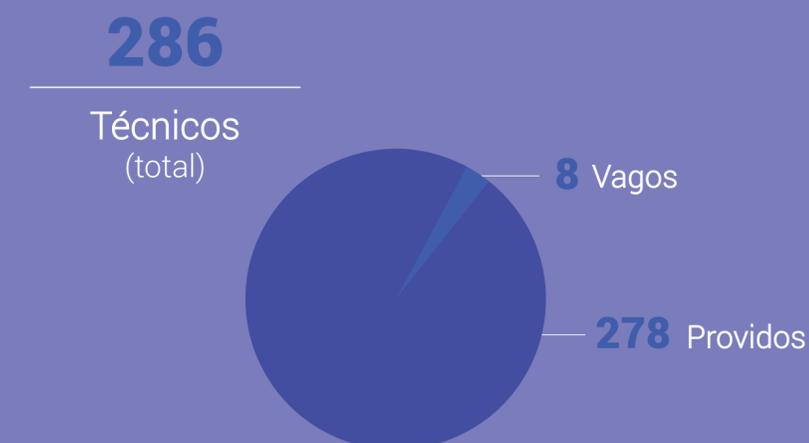
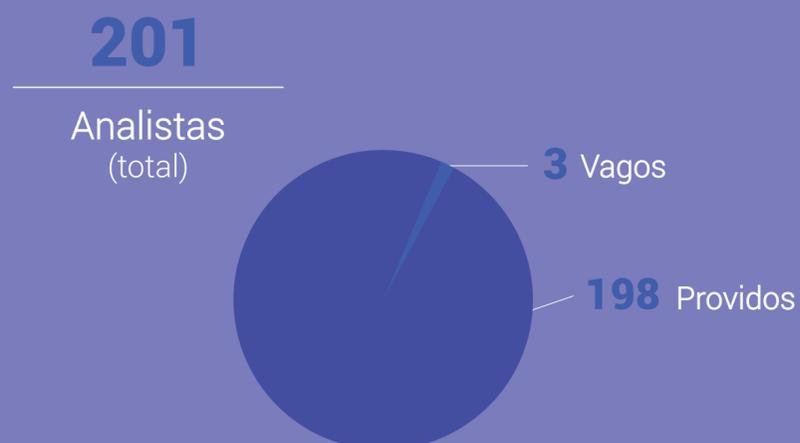
É encaminhado, mensalmente, à Secretaria de Orçamento e Finanças do TSE planilha contendo valores incluídos em folha de pagamento que não são rotineiros, com a devida justificativa. Além disso, o Tribunal de Contas da União e a Seção de Auditoria de Governança e Gestão de Pessoal realizam auditoria em folhas de pagamento.

Por meio do sistema SIGEPRO-PESSOAL, o TSE, visando acompanhar a execução orçamentária de pessoal, solicita, mensalmente, informações relativas à situação funcional dos servidores efetivos, sendo que estas informações também subsidiam o portal da transparência.

A Secretaria de Gestão de Pessoas conta também com diversos sistemas informatizados que representam mecanismos de controles na gestão de pessoas. Esses sistemas são disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral e os demais são aplicações próprias que servem para inserir todas as informações dos registros funcionais das autoridades, dos servidores e demais colaboradores, além de gerenciar outras informações que subsidiam as folhas de pagamento.

Avaliação da força de trabalho: distribuição por áreas e/ou subunidades ou unidades vinculadas; principais categorias.

O quadro de vagas do TRE-MA é composto por:



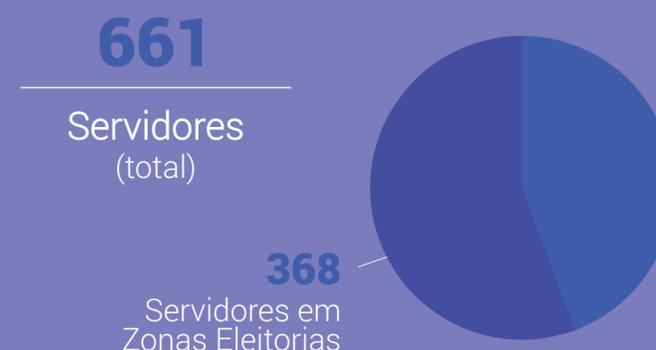
O TRE-MA, no ano de 2021, contou com:



Força efetiva de trabalho

A força de trabalho representa a concreta capacidade laboral de servidores em exercício no Tribunal, na condição de efetivo do próprio quadro do TRE-MA e de outros Órgãos – na qualidade de removido, licenciado, cedidos e requisitado, além dos servidores sem vínculo que exercem cargos comissionados.

Em 2021, o Tribunal dispôs da força de trabalho de:



Ocupação de cargos gerenciais

As funções comissionadas de natureza gerencial, bem como os cargos comissionados, são aquelas em que haja vínculo de subordinação e poder de decisão, exigindo-se do titular formação superior e participação em curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão.

No TRE-MA existem 202 cargos gerenciais, dentre os quais figuram todos os Cargos Comissionados e as Funções Comissionadas FC-5 e FC-6.

Em 2021, o Tribunal dispôs da força de trabalho de:

381

Com vínculo efetivo

Optante remuneração cargo efetivo

11

Sem vínculo efetivo

10

Vago

Cargos em Comissão

Denominação/Nível	Ocupados		Vagos	Total
	Com vínculo efetivo <small>Optante remuneração cargo efetivo</small>	Sem vínculo efetivo		
CJ-04	-	1	1	1
CJ-03	5	1	1	6
CJ-02	12	5	5	17
CJ-01	8	4	4	12
TOTAL CARGOS	25	11	11	36

Funções de Confiança

Denominação/Nível	Ocupados		Vagos	Total
	Com vínculo efetivo <small>Optante remuneração cargo efetivo</small>	Sem vínculo efetivo		
FC-06	159	-	-	159
FC-05	7	-	-	7
FC-04	14	-	-	14
FC-03	16	-	-	16
FC-02	5	-	-	5
FC-01	155	-	10	165
TOTAL FUNÇÕES	356	-	10	366

Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas, situação de servidores com condições de aposentadoria

O Recrutamento de servidores acontece por meio de concurso público. O último realizado aconteceu em 2015 e o prazo de vigência expirou em 21/12/2019. Foram nomeados 45 Analistas Judiciários e 57 Técnicos Judiciários. Apesar de expirado o concurso, foram nomeados 7 técnicos judiciários e 1 analista judiciário no ano de 2021, por aproveitamento de lista de candidatos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

A primeira alocação do servidor é escolhida em audiência pública para locais com lotações disponíveis, respeitando a ordem de classificação, exceto para cargos privativos da secretaria.

As movimentações internas acontecem de acordo com a necessidade da organização e, sempre que possível, por interesse do próprio servidor, respeitando seu perfil. A Gestão por competência em implantação visa subsidiar a administração nessa tomada de decisão.

Um representativo avanço no TRE-MA é o processo de recrutamento e seleção de servidores para formação de comissões e grupos de trabalho. As vagas são ofertadas por meio de sistema informatizado próprio e respeitando critérios de pontuação técnicos, transparentes e impessoais, dando ampla divulgação e acesso universal para que os interessados em concorrer.

No Tribunal existem 31 servidores que recebem o abono de permanência, que materializa a quantidade de servidores que se encontram em condição de aposentadoria.

A capacitação dos servidores é norteada pela Plano Anual de Capacitação (PAC), que, alinhado ao Plano de Gestão deste Tribunal, à Resolução TSE nº 22.572/2007 e ao orçamento disponível, consubstancia as necessidades apresentadas pelos gestores das Unidades no início de cada exercício. Esforços estão sendo envidados para que esse Levantamento de Necessidade de Capacitação seja substituído pela Gestão por Competência (GpC), ainda em fase de implementação, com previsão de término no decurso de 2022.

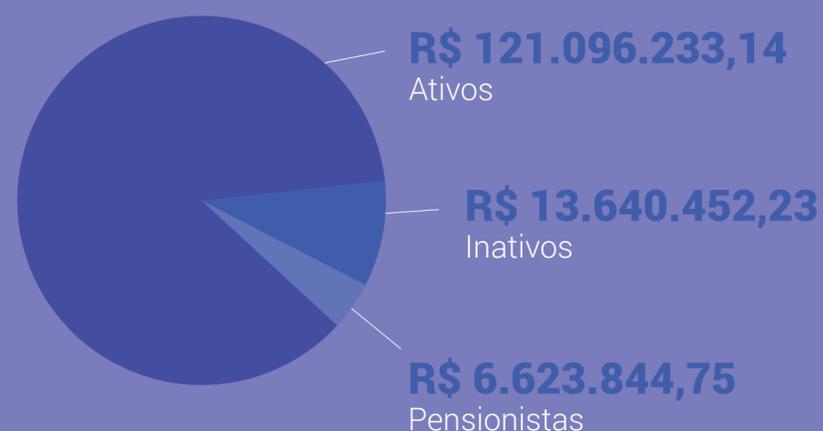
Dessa forma, a partir de julho de 2022, as necessidades serão apontadas pela GpC.

Medir o desempenho dos servidores ainda representa um desafio aos Órgãos Públicos. No TRE-MA não é diferente. Muito embora a implantação da GpC represente um avanço para o levantamento das necessidades de capacitação, a metodologia para medir desempenho precisa amadurecer para efetivamente se tornar uma ferramenta estratégica de valorização funcional.

O Tribunal realiza anualmente o Selo de Boas Práticas, que reconhece os servidores que melhor se destacaram com projetos e ações para o Tribunal. Além de certificação, recebem de premiação uma capacitação como forma de incentivo para melhoria contínua.

Detalhamento da despesa de pessoal (ativo, inativo e pensionista), evolução dos últimos anos e justificativa para o aumento/a diminuição.

A despesa mais representativa é com os ativos, justificada pela quantidade superior em comparação com os aposentados, que são apenas 47, e com os pensionistas, que são apenas 31, conforme o gráfico abaixo:



O aumento das despesas de pessoal nos últimos anos justifica-se pela implantação do Plano de Cargos e Salários (Lei13.317/16) cuja última parcela de implantação ocorreu em janeiro/2019, bem como do advento da Lei13.150/2015, que criou 38 novos cargos e mais 130 funções gratificadas, além de transformar outras 92 funções de nível FC1 em FC6.

As tabelas contendo informações sobre estruturas remuneratórias dos servidores efetivos e comissionados, assim como dos membros da magistratura, estão disponíveis no portal da transparência do TRE-MA, conforme discriminado abaixo:

Estrutura Remuneratória - Cargos Efetivos

Mais informações

[clique aqui](#)

Estrutura Remuneratória - Cargos em Comissão e Funções de Confiança

Mais informações

[clique aqui](#)

Estrutura Remuneratória - Membros da Magistratura

Mais informações

[clique aqui](#)

Estratégia de valorização por desempenho e levantamento de necessidades de treinamento; estratégias para alavancar o desempenho e a eficiência, sistemas/ferramentas de apoio, trabalho remoto, valorização do ambiente e das condições de trabalho, etc.

A capacitação dos servidores é norteada pela Plano Anual de Capacitação (PAC), que, alinhado ao Plano de Gestão deste Tribunal, à Resolução TSE nº 22.572/2007 e ao orçamento disponível, consubstancia as necessidades apresentadas pelos gestores das Unidades no início de cada exercício. Esforços estão sendo envidados para que esse Levantamento de Necessidade de Capacitação seja substituído pela Gestão por Competência (GpC), ainda em fase de implementação, com previsão de término até junho de 2022. Dessa forma, a partir de julho de 2022 as necessidades serão apontadas pela GpC.

Medir o desempenho dos servidores ainda representa um desafio aos Órgãos Públicos. No TRE-MA não é diferente. Muito embora a implantação da GpC represente um avanço para o levantamento das necessidades de capacitação, a metodologia para medir desempenho precisa amadurecer para efetivamente se tornar uma ferramenta estratégica de valorização funcional.

O Tribunal realiza anualmente o Selo de Boas Práticas, que reconhece os servidores que melhor se destacaram com projetos e ações para o Tribunal. Além de certificação, recebem de premiação uma capacitação como forma de incentivo para melhoria contínua.

Outro representativo avanço foi a instituição do programa de Reconhecimento dos servidores, através da Instrução Normativa 3 de 2021 e Portarias 759/21 (que estabelece as fontes de Reconhecimento do Programa) e 760/21 (que estabelece os incentivos institucionais do Programa).

A regulamentação preconiza como diretrizes promover a valorização, garantir ambiente de trabalho adequado e a qualidade de vida dos servidores, além de adotar a política de reconhecimento como umas das linhas de ação, com objetivo de incentivar o bom desempenho dos servidores, de modo a fomentar a cooperação e o desempenho coletivo e individual.

Alguns dos incentivos institucionais previstos na Portaria são: ausência ao serviço previamente compensada (APC); pontuação em processos seletivos realizados pelo Tribunal para ocupação de FC/CJ; ações educacionais; reembolso parcial para curso de idioma e curso de pós-graduação lato sensu.

Trabalho remoto e valorização do ambiente e das condições de trabalho

Desde o início da pandemia, o Tribunal adotou medidas preventivas para a redução dos riscos de contaminação com coronavírus com expedição de vários atos normativos.

Não só os servidores pertencentes ao grupo de risco permanecem afastados, mas de acordo com a situação epidemiológica do Estado, o Tribunal adota medidas para preservação da saúde dos servidores e institui o trabalho remoto.

Principais metas não alcançadas, principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios.

Outra importante evolução da SGP prevista para 2022 será alcançar um estágio mais maduro na sua concepção e nas práticas da Gestão de Pessoas por Competência (GpC).

A GpC é um sistema integrado de gestão de pessoas que considera que o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes dos colaboradores contribuem para alcançar os objetivos organizacionais. Portanto, faz-se necessário identificar, medir e desenvolver continuamente essas competências.

Em 2022 está previsto o Ciclo de Avaliação dos Gestores e Servidores do TRE-MA, que permitirá descobrir as lacunas de desenvolvimento (gaps) de cada servidor e traçar um

plano de desenvolvimento individual. Essa prática permitirá, em breve, que o Plano Anual de Capacitação (PAC) seja realizado com base nos resultados das avaliações e nos planos criados em conjunto com os gestores, otimizando, dessa forma, os recursos de capacitação.

Visando criar bases para um amadurecimento racional dos processos internos da Secretaria de Gestão de Pessoas os mesmos foram mapeados e redesenhados entre 2018 e 2020, e foram levados para apreciação superior em 2021, para validação e implementação até o primeiro semestre de 2022, em contraposição a uma excessiva burocracia existente, que não agrega valor, traz retrabalho e desperdício de recursos, afastando os gestores da sua principal missão de existir: gerir.

Outros importantes projetos estão previstos para acontecer em 2022, como criar o Plano Estratégico de Gestão de Pessoas e um Plano de Riscos para a Área.

Governança Pessoas: lista das ações realizadas (conforme levantamento de Governança 2021)

1124

Medidas para identificação e tratamento de conflito de interesses estão estabelecidas

Item	Subitem	Evidência Geral
	<p>A há obrigatoriedade de que membros de conselho ou colegiado superior, membros da alta administração e demais agentes públicos com atribuições para tomar ou influenciar decisões na organização (ex: assessores) manifestem e registrem situações que possam conduzir a conflito de interesses antes ou na ocasião da posse, investidura em função ou celebração de contrato de trabalho;</p>	<p>Mais informações clique aqui</p>
	<p>B há obrigatoriedade de que membros de conselho ou colegiado superior, membros da alta administração e demais agentes públicos com atribuições para tomar ou influenciar decisões na organização (ex: assessores) apresentem informações sobre alterações patrimoniais no decorrer do mandato ou gestão;</p>	<p>Mais informações clique aqui</p>
	<p>C há normativo(s) aplicável(eis) aos membros de conselho ou colegiado superior, membros da alta administração e demais agentes públicos com atribuições para tomar ou influenciar decisões na organização (ex: assessores) que aborda(m) o uso de informações privilegiadas - obtidas em função do exercício do cargo ou função - em benefício de interesses privados;</p>	
	<p>D há normativo(s) aplicável(eis) aos membros de conselho ou colegiado superior, membros da alta administração e demais agentes públicos com atribuições para tomar ou influenciar decisões na organização (ex: assessores) que aborda(m) o exercício de atividades privadas ou profissionais que possam gerar conflito de interesses ou impressão de conduta indevida durante o exercício do mandato ou gestão (p. ex. participação em eventos e seminários, propostas de trabalho, consultorias, negócios privados);</p>	<p>Mais informações clique aqui</p>
	<p>E há rotina estabelecida para identificar e tratar eventuais casos de conflitos de interesse (inclusive nepotismo) envolvendo membros de conselho ou colegiado superior, membros da alta administração e demais agentes públicos com atribuições para tomar ou influenciar decisões na organização (ex: assessores) (p. ex. rotinas de cruzamento de bases de dados de sócios de empresas contratadas e ocupantes de cargo ou função).</p>	<p>Mais informações clique aqui</p>

Governança Pessoas: lista das ações realizadas (conforme levantamento de Governança 2021)

Item	Subitem	Evidência Geral
1131 A escolha dos membros da alta administração é realizada com base em critérios e procedimentos definidos	A os perfis profissionais desejados para o exercício de cargos e funções na alta administração estão definidos;	
	B é verificado o cumprimento de critérios definidos, quando do ingresso de componente da alta administração;	
	C é verificado se há impedimentos legais decorrentes de sanções administrativas, cíveis, eleitorais ou penais, incluindo envolvimento em atos de corrupção, quando do ingresso de componente da alta administração (inclusive se a verificação é realizada por instâncias superiores);	
1133 As competências dos membros da alta administração são aprimoradas	A as formas de fomento ao desenvolvimento dos membros da alta administração são definidas;	
	B as competências dos membros da alta administração são desenvolvidas considerando as oportunidades de desenvolvimento identificadas.	
2132 A alta administração estabeleceu modelo de gestão de pessoas	A a alta administração segregou as funções relativas à área de gestão de pessoas;	<p>Mais informações clique aqui</p> <p>Mais informações clique aqui</p> <p>Mais informações clique aqui</p> <p>Mais informações clique aqui</p>
	B a alta administração recebe apoio de corpo colegiado (p.ex.: comitê composto por integrantes dos diversos setores da organização) formalmente responsável por auxiliá-la na tomada de decisões estratégicas relativas à gestão de pessoas;	
	C a alta administração definiu as responsabilidades dos envolvidos no processo de planejamento da força de trabalho;	
	D há objetivos, indicadores e metas para a gestão de pessoas;	
	E os objetivos, indicadores e metas para a gestão de pessoas são divulgados.	

Governança Pessoas: lista das ações realizadas (conforme levantamento de Governança 2021)

	Item	Subitem	Evidência Geral	
2152	A liderança monitora o desempenho da gestão de pessoas	A rotinas de monitoramento do desempenho da gestão de pessoas estão definidas;	Mais informações clique aqui	
		B há acompanhamento na execução dos planos vigentes quanto ao alcance das metas estabelecidas;	Mais informações clique aqui	
		C os indicadores de desempenho da gestão de pessoas estão implantados (há coleta e análise dos dados necessários à medição de desempenho);	Mais informações clique aqui	
		D relatórios de medição de desempenho da gestão de pessoas estão disponíveis à liderança.	Mais informações clique aqui	
4111	Definiram-se objetivos, indicadores e metas de desempenho para cada função (subsistema) de gestão de pessoas	A objetivos, indicadores e metas de desempenho para a função (subsistema) de recrutamento e seleção são definidos;	Mais informações clique aqui	
		B objetivos, indicadores e metas de desempenho para a função (subsistema) de capacitação são definidos;	Mais informações clique aqui	Mais informações clique aqui
		C objetivos, indicadores e metas de desempenho para a função (subsistema) de gestão da qualidade de vida e promoção da saúde são definidos	Mais informações clique aqui	Mais informações clique aqui
4112	Há plano(s) específico(s) para orientar a gestão de pessoas na organização	A o(s) plano(s) está(ão) alinhado(s) com o Plano Estratégico organizacional;	Mais informações clique aqui	Mais informações clique aqui
		B o(s) plano(s) orienta(m) a função (subsistema) de recrutamento e seleção;	Mais informações clique aqui	Mais informações clique aqui
		C o(s) plano(s) orienta(m) a função (subsistema) de capacitação;	Mais informações clique aqui	Mais informações clique aqui
		D o(s) plano(s) orienta(m) a função (subsistema) de gestão da qualidade de vida e promoção da saúde.	Mais informações clique aqui	Mais informações clique aqui

Governança Pessoas: lista das ações realizadas
(conforme levantamento de Governança 2021)

4113

A organização verifica se os gestores cumprem as políticas de gestão de pessoas

- A verifica o cumprimento da política de recrutamento e seleção;
- B verifica o cumprimento da política de capacitação;
- C verifica o cumprimento da política de gestão de desempenho;
- D verifica o cumprimento da política de gestão de benefícios;
- E verifica o cumprimento da política de gestão da qualidade de vida e promoção da saúde.

Mais informações
clique aqui

4121

Os perfis profissionais desejados para cada ocupação ou grupo de ocupações de gestão estão definidos e documentados

- A as responsabilidades e atribuições dos gestores da área finalística estão definidas, documentadas e publicadas;
- B as responsabilidades e atribuições dos gestores da área finalística são revisadas periodicamente e publicadas;
- C as responsabilidades e atribuições dos gestores da área administrativa estão definidas, documentadas e publicadas;
- D as responsabilidades e atribuições dos gestores da área administrativa são revisadas periodicamente e publicadas;
- E relacionou-se no perfil profissional, além de requerimentos de ordem legal, um conjunto de competências que os ocupantes dos cargos de gestão devem possuir;
- F a aderência entre os perfis profissionais definidos e as necessidades organizacionais é revisada periodicamente;
- G a organização utiliza mecanismos de transparência ativa para disponibilizar às partes interessadas internas e externas os perfis profissionais definidos para as ocupações de gestão.

Resolução nº 9.882/2021, regulamento interno Portaria TRE-MA n.º 1001/2021, requisitos de acesso.

Governança Pessoas: lista das ações realizadas (conforme levantamento de Governança 2021)

Item	Subitem	Evidência Geral
4122 Os perfis profissionais desejados para cada ocupação ou grupo de ocupações de colaboradores da organização estão definidos e documentados	A as responsabilidades e atribuições das ocupações, ou grupo de ocupações, da área finalística estão definidas, documentadas e publicadas;	<p>Mais informações <small>clique aqui</small></p> <p>Após a Edição da Resolução nº 9.882/2021, regulamento interno, as competências foram revisadas e contam no sistema de Gestão por competência.</p>
	B as responsabilidades e atribuições das ocupações, ou grupo de ocupações, da área finalística são revisadas periodicamente e publicadas;	
	C as responsabilidades e atribuições das ocupações ou grupo de ocupações da área administrativa estão definidas, documentadas e publicadas;	
	D as responsabilidades e atribuições das ocupações ou grupo de ocupações da área administrativa são revisadas periodicamente e publicadas;	
	E relacionou-se nos perfis profissionais, além de requerimentos de ordem legal, um conjunto de competências que o ocupante do cargo deve possuir;	
	F a organização utiliza mecanismos de transparência ativa para disponibilizar às partes interessadas internas e externas os perfis profissionais definidos.	
4123 Há definição do quantitativo necessário de pessoal por unidade organizacional ou por processo de trabalho	A há política de orientação para o dimensionamento da força de trabalho;	<p>Mais informações <small>clique aqui</small></p>
4124 Monitora-se um conjunto de indicadores relevantes sobre força de trabalho	A o monitoramento contempla a evolução do quadro de pessoal, com movimentações, ingressos, desligamentos, aposentadorias e a estimativa de aposentadoria, por cargo;	
	B o monitoramento contempla a quantidade de horas de treinamento por servidor durante determinado período de tempo (ano, mês, etc.);	
	C o monitoramento contempla: _____.	

Governança Pessoas: lista das ações realizadas
(conforme levantamento de Governança 2021)

Item	Subitem	Evidência Geral
<p>4131</p> <p>A escolha dos gestores ocorre segundo perfis profissionais previamente definidos e documentados</p>	<p>A</p> <p>avalia-se, previamente à nomeação/designação, se o gestor possui impedimentos legais decorrentes de sanções administrativas, cíveis, eleitorais ou penais, incluindo envolvimento em atos de corrupção;</p>	<p>Antes de tomar posse os servidores apresentam certidões negativas. Evidência Portaria TRE-MA n.º 1001/2021. Sempre que existe seleção, os procedimentos estão dispostos em Edital, conforme se observa na última seleção</p> <p>Mais informações clique aqui</p>
	<p>B</p> <p>os gestores da área de finalística são selecionados com base em perfil profissional, previamente, definido e documentado, e compatível com o cargo ou função para o qual tenha sido indicado;</p>	
	<p>C</p> <p>os gestores da área administrativa são selecionados consoante perfil profissional, previamente, definido e documentado, e compatível com o cargo ou função para o qual tenha sido indicado;</p>	
	<p>D</p> <p>são utilizadas ferramentas estruturadas para auxiliar a seleção dos ocupantes dos cargos/funções comissionados de gestão;</p>	
<p>4132</p> <p>Os métodos e critérios das seleções externas (p.ex. dos concursos públicos; colaboradores requisitados em seleções externas) são definidos com base nos perfis profissionais desejados definidos na prática “4120. Definir adequadamente, em termos qualitativos e quantitativos, a demanda por colaboradores e gestores”</p>	<p>Não há subquestões</p>	<p>As descrições (aspecto qualitativo) são descritas em normativos do TSE e os quantitativos nos editais.</p> <p>Mais informações clique aqui</p> <p>Mais informações clique aqui</p>

Governança Pessoas: lista das ações realizadas (conforme levantamento de Governança 2021)

Item	Subitem	Evidência Geral
4134 A organização aloca os colaboradores com base na comparação entre os perfis profissionais apresentados por eles e os perfis profissionais desejados (documentados) pelas unidades organizacionais	A as necessidades de pessoal das unidades organizacionais são avaliadas antes da alocação dos colaboradores;	Mais informações clique aqui
	B avalia-se, previamente à alocação, o perfil profissional do futuro colaborador;	Mais informações clique aqui
	C são avaliados, antes da realização de movimentações internas, o perfil profissional dos colaboradores e as necessidades da unidade organizacional;	Mais informações clique aqui
4141 Há uma política, ou programa, de sucessão	Não há subquestões	Mais informações clique aqui
4151 As lacunas de competências dos colaboradores e gestores da organização são identificadas e documentadas	A as lacunas de competências pessoais (transversais, comuns a todos os colaboradores) da organização são identificadas e documentadas;	Mais informações clique aqui
	B as lacunas de competências de liderança e gestão necessárias para a atuação dos gestores da organização são identificadas e documentadas;	Mais informações clique aqui
	C as lacunas de competências técnicas da área finalística necessárias para a atuação dos colaboradores da organização são identificadas e documentadas;	Mais informações clique aqui
	D as lacunas de competências técnicas da área administrativa necessárias para a atuação dos colaboradores da organização são identificadas e documentadas.	Mais informações clique aqui
4152 Há ações de desenvolvimento de liderança para os colaboradores que assumem funções gerenciais	Não há subquestões	Mais informações clique aqui clique aqui clique aqui

Governança Pessoas: lista das ações realizadas (conforme levantamento de Governança 2021)

Item	Subitem	Evidência Geral
4153 A organização avalia as ações educacionais realizadas, com o objetivo de promover melhorias em ações educacionais futuras	A é avaliada a satisfação dos participantes com ações educacionais realizadas (nível 1 – reação);	Avaliações são realizadas após cada ação de capacitação
4161 O ambiente de trabalho organizacional é avaliado	<p>A realiza-se pesquisa de clima organizacional, qualidade de vida ou de satisfação com o trabalho;</p> <p>B as pesquisas incluem a opinião dos colaboradores com a participação na formulação estratégica e no planejamento da organização;</p> <p>C as pesquisas incluem a opinião dos colaboradores sobre a chefia;</p> <p>D as pesquisas incluem a opinião dos colaboradores sobre os benefícios oferecidos;</p> <p>E as pesquisas incluem a opinião dos colaboradores sobre as condições físicas de trabalho;</p> <p>F as pesquisas incluem a opinião dos colaboradores sobre o reconhecimento do trabalho realizado;</p> <p>G as pesquisas incluem a opinião dos colaboradores sobre as características das tarefas realizadas;</p> <p>H as avaliações incluem: _____.</p>	<p>Mais informações clique aqui</p>
4162 A organização oferece aos colaboradores condições mais flexíveis e estimulantes para realização de trabalho, com vistas ao aumento do desempenho	<p>A essas condições incluem flexibilidade no cumprimento da jornada de trabalho, segundo as características da organização e de cada ocupação;</p> <p>B essas condições incluem maior autonomia para executar suas tarefas, segundo as características de cada ocupação;</p> <p>C essas condições incluem incentivos para a capacitação contínua (p. ex. bolsas de estudo, incentivos para obtenção de certificação, flexibilização da jornada de trabalho para estudo);</p> <p>D essas condições incluem a adoção de ambientes físicos acessíveis e inclusivos para colaboradores com deficiência;</p> <p>E essas condições incluem: _____.</p>	<p>Mais informações clique aqui</p> <p>Mais informações clique aqui</p> <p>Mais informações clique aqui</p> <p>Mais informações clique aqui</p>

Governança Pessoas: lista das ações realizadas (conforme levantamento de Governança 2021)

Item	Subitem	Evidência Geral
4163 Há programa(s) de qualidade de vida no trabalho	A o programa abrange ações que visem a prevenção, detecção precoce e tratamento de doenças relacionadas ao trabalho;	<p>O Programa acontece, mesmo não estabelecido em normas. São várias ações, assim como existe pesquisa da saúde dos servidores.</p> <p>Até 30/04/2022 será instituída uma Instrução Normativa de Qualidade de Vida.</p> <p>Mais informações clique aqui</p>
	B o programa abrange ações de saúde com o objetivo de avaliar o estado da saúde física do colaborador para o exercício de suas atividades laborais;	
	C o programa abrange ações de saúde com o objetivo de avaliar o estado de saúde mental do colaborador para o exercício de suas atividades laborais;	
	D o programa abrange ações com o objetivo de intervir no processo de adoecimento do colaborador, tanto no aspecto individual quanto nas relações coletivas no ambiente de trabalho;	
	E a organização avalia os resultados obtidos com o programa de qualidade de vida no trabalho;	
4164 Há programa de reconhecimento de colaboradores e equipes	A há normativo sobre os procedimentos e regras das práticas de reconhecimento;	<p>Mais informações clique aqui</p> <p>Programa de reconhecimento de melhores práticas reconhece as equipes</p>
	B os colaboradores são reconhecidos com fundamento no desempenho obtido em suas atividades laborais;	
	C o programa abrange o reconhecimento de desempenho de equipes;	
	D o programa abrange ações de reconhecimento social;	
	E o programa abrange: _____.	
4171 A organização estabelece metas de desempenho individuais e/ou de equipes vinculadas aos planos organizacionais	Não há subquestões	<p>Mais informações clique aqui</p> <p>Mais informações clique aqui</p>

Governança Pessoas: lista das ações realizadas (conforme levantamento de Governança 2021)

Item	Subitem	Evidência Geral
4172 A organização realiza, formalmente, avaliação de desempenho individual, com atribuição de nota ou conceito, tendo como critério de avaliação o alcance das metas previstas	A há normativo que trata da avaliação de desempenho dos colaboradores e gestores;	Mais informações clique aqui
	B a avaliação abrange o desempenho de todos os gestores da área finalística;	Mais informações clique aqui
	C a avaliação abrange o desempenho de todos os gestores da área administrativa;	Mais informações clique aqui
	D a avaliação abrange o desempenho de todos os colaboradores da área finalística;	
	E a avaliação abrange o desempenho de todos os colaboradores da área administrativa.	
4173 Os avaliadores informam aos colaboradores avaliados, antes do ciclo avaliativo, os critérios que serão utilizados para a avaliação de desempenho	Não há subquestões	Mais informações clique aqui Mais informações clique aqui Mais informações clique aqui
4175 Os avaliadores identificam e documentam as necessidades individuais de capacitação durante o processo de avaliação de desempenho dos seus subordinados	Não há subquestões	Mais informações clique aqui Mais informações clique aqui

Governança Pessoas: lista das ações realizadas
(conforme levantamento de Governança 2021)

Item	Subitem	Evidência Geral
4321 A organização possui mecanismos para desenvolver a capacidade dos gestores da área de contratações	A os perfis profissionais desejados para as ocupações de gestão da área de contratações estão definidos e documentados;	Mais informações clique aqui
	B a escolha dos gestores da área de contratações ocorre segundo perfis profissionais, previamente definidos e documentados;	Mais informações clique aqui
	C há critérios definidos e documentados para avaliação de desempenho dos gestores da área de contratações;	Mais informações clique aqui
4322 A organização possui mecanismos para desenvolver a capacidade dos colaboradores da área de contratações	A os perfis profissionais desejados para os colaboradores da área de contratações estão definidos e documentados;	Mais informações clique aqui
	B a organização aloca os colaboradores da área de contratações com base na comparação entre os perfis profissionais apresentados por eles e os perfis profissionais desejados (documentados);	Mais informações clique aqui
	C há política de capacitação ou uma parte específica no plano de capacitação da organização para os colaboradores que integram a área de contratações;	Mais informações clique aqui
	D os colaboradores da área de contratações (p.ex. pregoeiros, membros de comissão de licitação, fiscais de contratos, gestores de contratos) recebem treinamento específico antes de assumirem o encargo pela primeira vez.	Mais informações clique aqui



Tecnologia da Informação

Conformidade legal

Para assegurar a conformidade legal da gestão de Tecnologia da Informação, o TRE-MA observa e aplica as regras e diretrizes estabelecidas pelo TSE, CNJ e demais órgãos de controle externo.

Modelo de governança de TI

O Modelo de Governança de Tecnologia da Informação do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão está alinhado à Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), instituída pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, por meio da resolução nº 370/2021. O órgão conta com Comitê de Gestão de TIC, ativo e atuante, tendo realizado reuniões mensais no ano de 2021, sendo esta periodicidade modificada para quinzenal a partir de 2022, através da Resolução 9.906/2021. Através da Resolução 9.910/2021, foi, ainda, reestruturado o Comitê de Governança de TIC, visando uma atuação mais direcionada à área de TIC.

Modelo de Governança de Tecnologia da Informação do TRE-MA



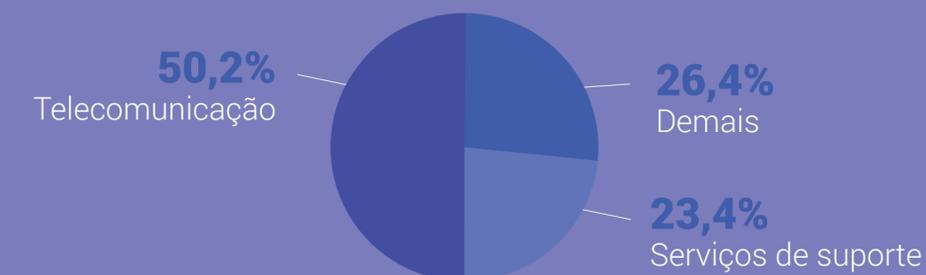
Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário

Montante de recursos aplicados em TI

O ano de 2021 afetado com a 2ª onda da pandemia foi desafiador para o funcionamento do órgão e conseqüentemente para aplicação dos recursos. Em relação a 2021, o montante de recursos aplicado foi de R\$ 5.302.039,62, graças à concessão de crédito adicional pelo TSE. Dessa forma já foi possível algum investimento na área de segurança cibernética, bem como equipamentos para viabilizar que maior número de servidores possa desenvolver suas atividades remotamente. Os principais gastos de custeio estão relacionados a serviços de telecomunicações e suporte de infraestrutura/usuário, representando respectivamente 50,2% e 23,4% do total.

5.302.039,62

Recursos aplicados



Grupo de natureza de despesa	Despesas Empenhadas		Despesas Pagas		Restos a Pagar	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Investimento	0,63	2,46	5,92	0,90	0,55	0,41
Custeio	5,93	5,22	5,38	4,4	0,75	2,87
Total	6,56	7,68	11,3	5,3	1,3	3,28

Contratações mais relevantes de recursos de TI.

As contratações mais relevantes com empresas privadas foram direcionadas à aquisição de equipamentos, ferramentas para atendimento à Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário e atendimento a requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados, assim como a melhoria do serviço de comunicação de dados.

Assim, as Zonas Eleitorais foram contempladas com o novo serviço de comunicação de dados, mais veloz que o existente anteriormente (novo backbone secundário). Com a continuidade da pandemia de COVID-19, o TRE se preparou para atender um maior número de servidores em trabalho remoto com a aquisição de 130 notebooks de alto desempenho para viabilizar o regime de teletrabalho e demandas relativas às Eleições de 2022.

Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor

Das iniciativas que compõem o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC para o sexênio 2021-2026, 71 (setenta e uma) tinham a conclusão prevista para 2021. Destas, 33 foram efetivamente finalizadas, 19 estão em andamento e outras 18 tiveram seus prazos repactuados.

As principais iniciativas executadas em 2021 foram:

- Instituição da Política de Backup e Restore;
- Mapeamento e formalização dos processos:
 - Planejamento de TIC;
 - Realização de eleições parametrizadas;
 - Manutenção e conservação dos kits biométricos;
 - Gerenciamento de liberação e implantação, Problemas, Mudanças, Disponibilidade e Capacidade, Catálogo de Serviços de TIC e Capacitação;
 - Realização de Cópias de Segurança (backup) e de Restauração (restore) de Dados;
- Definição dos serviços essenciais do negócio e de TIC;
- Definição de Regras de utilização de correio eletrônico;
- Saneamento da base de dados do Datajud.

Cinco principais sistemas entregues:

Valor	Archivematica/RDC-Arq	AudiTSE
Sistema de Meritocracia	Sistema de Preservação Digital da Memória	Sistema de Auditoria
Atena/Datajud	Sistemas de Pessoal	
Atualização do sistema e Saneamento da Base de Dados	Atualização para o e-Social dos sistemas de Juízes, Promotores, Servidores e Estagiários	

Resultados que impactaram na cadeia de valor do Órgão

A área de TI possui 13 indicadores estratégicos que influenciam nos resultados da cadeia de valor do Tribunal, enquadradas dentro das atividades de suporte aos processos do órgão e que foram avaliados em 2021. O resultado destes indicadores em 2021 foram:

Indicador	Tipo	Meta 2021	Valor
i33 iGov TIC	Quanto maior, melhor	75%	66,61%
i34 Índice de disponibilidade de serviços essenciais de TIC	Quanto maior, melhor	98,99%	99,78%
i35 Índice de Satisfação dos Usuários com o Suporte de TIC	Quanto maior, melhor	80%	92,72%
i36 Índice de não atendimento às demandas por soluções de software	Quanto menor, melhor	32%	22,66%
i37 Índice de Disponibilidade da Rede de Comunicação com as Unidades Eleitorais	Quanto maior, melhor	95,99%	87,71%
i38 Índice de satisfação dos usuários com sistemas desenvolvidos pelo TRE-MA	Quanto maior, melhor	94,99%	99,64%
i39 Índice de Serviços Disponibilizados em Nuvem	Quanto maior, melhor	1	0
i42 Quantidade de soluções de TI compartilhadas com outros órgãos	Quanto maior, melhor	3	4
i43 Índice de Adesão à LGPD	Quanto maior, melhor	25%	26,92%
i45 Quantidade de ações de divulgação de Segurança cibernética	Quanto maior, melhor	24	2
i40 Índice de Serviços Digitais	Quanto maior, melhor	Não definida	71,43%
i41 Índice de Execução do Plano de Transformação Digital	Quanto maior, melhor	N/A	-
i44 Índice de Serviços essenciais com Gestão de Risco	Quanto maior, melhor	N/A	-

 Atingiu a meta

 Não atingiu a meta

 Não mensurado

Principais metas não alcançadas, principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios.

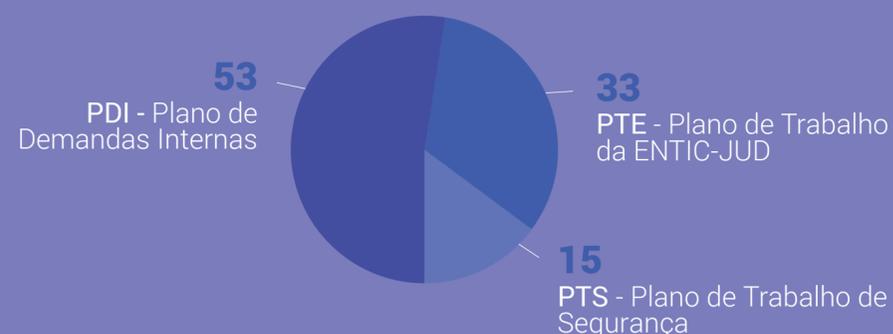
Metas não alcançadas:

- **i33 - iGov TIC:** A nova Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação, estabelecida pelo CNJ através da Resolução 370/2021 trouxe novos temas, como a Segurança Cibernética e Transformação Digital, com reflexos no novo questionário de avaliação que apresentou novos desafios. Por isso não foi possível alcançar a meta que tinha sido estabelecida com base nos critérios anteriores. Mesmo assim demos um salto na posição relativa dos Tribunais Eleitorais, passando da penúltima posição para a 15ª.
- **i37 - Índice de Disponibilidade da Rede de Comunicação com as Unidades Eleitorais:** A nova empresa contratada para prestação de serviços de comunicação para o TRE-MA não cumpriu prazos estabelecidos em contrato para instalação dos novos links, deixando algumas Zonas Eleitorais sem comunicação por vários dias, fato que se refletiu nesse indicador.
- **i39 - Índice de Serviços Disponibilizados em Nuvem:** A contratação do Serviço de Correio em Nuvem, prevista para 2021, que estava sendo conduzida de forma compartilhada pelo TRE-PA não foi concluída por questões internas daquele Regional.
- **i45 - Quantidade de ações de divulgação de Segurança cibernética:** A administração, com apoio da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, desenvolveu várias ações de divulgação de temas relacionados à segurança da informação, dentre as quais destacamos: criação do Portal de Segurança da Informação e 1º ciclo de palestras “Momentos de Segurança”. Em novembro do ano passado, a reestruturação organizacional implementada no Tribunal dotou essa secretaria de uma área exclusiva para tratar de segurança cibernética, bem como, um setor ligado à Diretoria Geral, para conduzir, no nível estratégico, as questões relacionadas à segurança da informação. Tal medida está totalmente aderente às recomendações da Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do CNJ e da Justiça Eleitoral.

Ações previstas para 2022 - 2026

Para o restante do sexênio 2021-2026 ainda constam previstas 101 ações para a STIC, sendo estas divididas em 3 planos principais: 53 ações no Plano de Demandas Internas (PDI), 33 ações no Plano de Trabalho da ENTIC-JUD (PTE) e 15 ações no Plano de Trabalho de Segurança (PTS). Estas ações visam o atendimento das Estratégias Nacionais de TIC e de Segurança Cibernética, além de estarem alinhadas aos objetivos da instituição.

Vislumbramos como principal desafio para área de TIC para os próximos exercícios: o atendimento das ações no eixo de Segurança Cibernética, através do cumprimento da ENSEC-PJ, ENSEC-JE e PSI-T-SE, constantes no PTS; as ações da nova ENTIC-JUD, constantes no PTE e a elaboração e cumprimento do novo Plano de Transformação Digital que será apresentado na primeira reunião de 2022 do Comitê de Governança de TIC e incorporado ao PDTIC.



Governança TI: lista das ações realizadas (conforme levantamento de Governança 2021) e iGovTIC - CNJ

- Mapeamento dos processos:
 - Gerenciamento de mudanças de TIC
 - Planejamento Estratégico e tático operacional de TIC
 - Gerenciamento de liberação e implantação de TIC

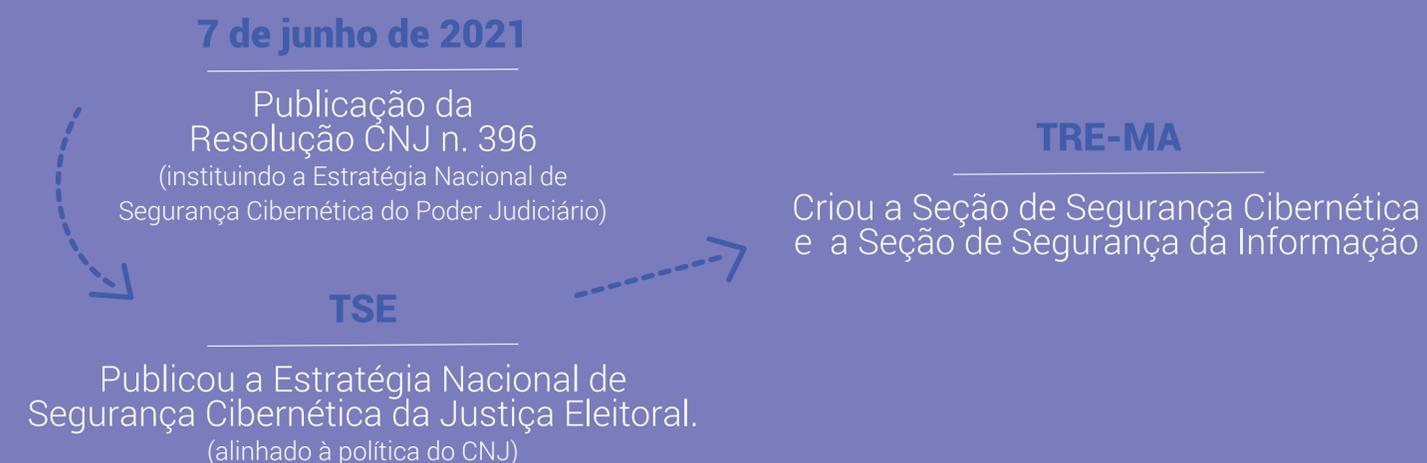
Gerenciamento de problemas de TIC
Cópias de Segurança (backup) e de Restauração (restore) de Dados
Gerenciamento das Capacitações de TIC
Gerenciamento do Catálogo de Serviços de TIC
Gerenciamento de Disponibilidade e Capacidade de TIC

- Comitê de Gestão de TIC ativo, com reuniões ordinárias mensais e reuniões de análise da estratégia de TIC bimestrais.
- Criação de estruturas organizacionais para Segurança Cibernética, Segurança da Informação e Governança de TIC
- Instituição da Política de Gestão de Pessoas de TIC
- Definição dos Sistemas de Informação Estratégicos e Serviços Essenciais de TIC

Segurança da Informação

O ano de 2021 foi marcado por questionamentos, com grande repercussão na mídia nacional, relacionados à segurança das eleições no Brasil. Paralelamente houve um crescimento exponencial de ataques cibernéticos a instituições públicas e privadas, com alguns casos bastante impactantes, como o ataque sofrido pelo Superior Tribunal de Justiça.

Nesse cenário, a segurança cibernética passou a ser estratégica para os órgãos do Poder Judiciário brasileiro, e em especial para a Justiça Eleitoral.





Licitações e Contratos

Conformidade legal

O Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, conta com a Assessoria Jurídica que integra a sua estrutura e de acordo com as competências estabelecidas na Resolução 9882/2021 (Regulamento Interno), garantindo a conformidade das licitações e contratos com as normas vigentes, bem como atuando na segunda linha de defesa da gestão de riscos.

Detalhamento do Funcionamento Administrativo

TIPOS DE SERVIÇOS CONTRATADOS	Valor R\$
Apoio Administrativo	2.357.810,12
Energia Elétrica	2.295.739,88
Locação de Imóveis	1.800.286,34
Manutenção Predial	1.689.387,06
Vigilância	1.421.796,89
Limpeza e conservação	1.420.481,24
Estagiários	953.661,15
Vigilância eletrônica	382.522,90
Manutenção de veículos	378.541,29
Telefonia fixa	194.871,18
Serviços de Logística	94.253,59
Manut. de máq. e equip.	102.027,19
Água e esgoto	115.488,13
Outros serviços e materiais	1.016.790,22
Total	14.223.657,18



Contratações mais relevantes

Serviços de solução de comunicação de dados para interligação da sede do TRE-MA e as Zonas Eleitorais do Estado

Nº DO CONTRATO	04/2021
VALOR EST. ANUAL	2.544.500,00
Empresa Contratada	Fortel Fortaleza Com. Ltda
Justificativa	Garantir a comunicação entre o TRE-MA e as Zonas Eleitorais, promovendo a comunicação ágil e segura dos sistemas eleitorais.
Objetivo Estratégico	Melhoria da infraestrutura de TIC.

Reforma do Fórum Eleitoral de São Luís (5ª Etapa)

Nº DO CONTRATO	25/2021
VALOR EST. ANUAL	1.187.407,47
Empresa Contratada	EMOE Engenharia Ltda.
Justificativa	Garantir a infraestrutura física apropriada às atividades administrativas do Fórum Eleitoral de São Luís. Objetivo Estratégico:
Objetivo Estratégico	Aperfeiçoamento da Gestão de Custos

Serviços continuados de gestão de frota de veículos.

Nº DO CONTRATO	12/2021
VALOR EST. ANUAL	1.089.989,83
Empresa Contratada	Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.
Justificativa	Realizar a gestão eficaz do abastecimento e da manutenção da frota de veículos do TRE-MA, através de verificação eletrônica de dados que possibilite o acompanhamento das operações.
Objetivo Estratégico	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e Financeira.

Serviços auxiliar de apoio a conservação de urnas eletrônicas.

Nº DO CONTRATO	03/2021
VALOR EST. ANUAL	440.258,40
Empresa Contratada	Glória Transporte e Serviços Ltda.
Justificativa	Garantir o adequado funcionamento das urnas eletrônicas.
Objetivo Estratégico	Fortalecimento da Segurança do Processo Eleitoral.

Serviços comuns de engenharia de manutenção predial do Fórum Eleitoral de Pedreiras.

Nº DO CONTRATO	10/2021
VALOR EST. ANUAL	294.492,06
Empresa Contratada	Versal Construções e Consultoria Ltda.
Justificativa	Necessidade de garantir estrutura física adequada aos serviços eleitorais.
Objetivo Estratégico	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira.

Serviços comuns de engenharia de manutenção predial do Fórum Eleitoral de Lago da Pedra.

Nº DO CONTRATO	13/2021
VALOR EST. ANUAL	163.200,00
Empresa Contratada	H2N Engenharia Ltda.
Justificativa	Necessidade de garantir estrutura física adequada aos serviços eleitorais.
Objetivo Estratégico	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira.

Serviços comuns de engenharia de manutenção predial do Fórum Eleitoral de Vargem Grande.

Nº DO CONTRATO	14/2021
VALOR EST. ANUAL	134.800,00
Empresa Contratada	EP Engenharia e Construções Eireli
Justificativa	Necessidade de garantir estrutura física adequada aos serviços eleitorais.
Objetivo Estratégico	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira.

Aquisição de 130 (cento e trinta) notebooks.

Nº DO CONTRATO	19/2021
VALOR EST. ANUAL	971.045,40
Empresa Contratada	Limit Tecnologia da Informação Ltda.
Justificativa	Proporcionar adequado aparelhamento de equipamentos de TIC, com o objetivo atender as necessidades dos servidores que desempenham atividades em teletrabalho, bem como atender aos ambientes em que são realizadas as sessões plenárias.
Objetivo Estratégico	Melhoria da infraestrutura de TIC.

Serviços comuns de engenharia de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças e instalação de aparelhos de ar condicionado.

Nº DO CONTRATO	02/2021
VALOR EST. ANUAL	900.000,00
Empresa Contratada	A. Cantanhede Serviços de Refrigeração e Ar Condicionado Eireli- EPP.
Justificativa	Manter os aparelhos de ar condicionado em condições satisfatórias de uso, bem como atender as demandas de instalações dos aparelhos.
Objetivo Estratégico	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira.

Prestação de serviços eventuais de manutenção predial nas edificações utilizadas pela Justiça Eleitoral.

Nº DO CONTRATO	01/2021
VALOR EST. ANUAL	602.300,00
Empresa Contratada	Versal Construção e Consultoria Ltda.
Justificativa	Atender as necessidades contínuas de manutenção das instalações ocupadas pela Justiça Eleitoral.
Objetivo Estratégico	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira.

Destacam-se também as contratações relativas ao funcionamento administrativo do TRE/MA, especialmente os serviços de apoio técnico administrativo, vigilância, limpeza, telefonia, comunicação, condução de veículos e serviços postais

Processos de contratações em 2021

87

Contratações Diretas

Principais tipos das contratações diretas

Assinatura de ferramentas eletrônicas;
Serviços postais dos correios;
Cursos e treinamentos;
Fornecimento de água e serviços e esgoto ;
Fornecimento de Energia Elétrica;
Licenças de softwares;
Locação de Imóveis;
Locação de equipamentos;
Aquisição de materiais odontológicos; e
Serviços de chaveiro.

Justificativas

Entre as contratações diretas, destacam-se a contratação da subscrição por 12 meses da solução OTRS On-Premise Gold, serviços postais sob o regime de monopólio e não exclusivos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, com fundamento no art. 25, incisos I, e no art. 24, inciso VIII, da lei 8.666/93.

Aquisição de materiais odontológicos, serviços de recuperação de bens móveis, serviços de chaveiro, fornecimento de carimbos e água potável com fundamento no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93,

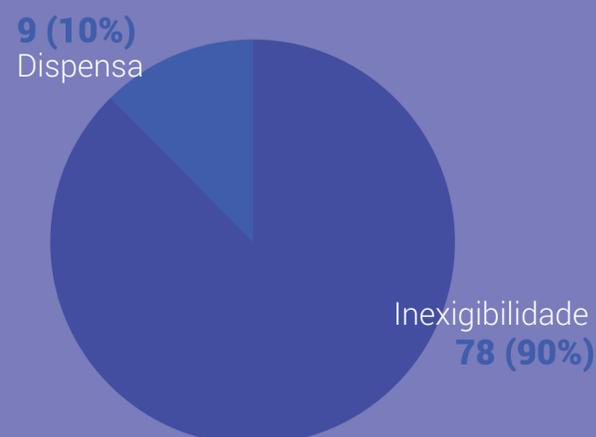
Destacam-se também as contratações de fornecedoras de energia elétrica e água, justificadas pelo fornecimento exclusivo, locação de imóveis com fundamento no art. 24, X, da Lei 8.666/93 e inscrição de servidores em cursos e treinamentos, com base no art. 25, II c/c o art. 13 da Lei 8.666/93.

50

Pregões Eletrônicos

1

Tomada de Preços



Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

As contratações e aquisições realizadas pelo Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão adotam critérios de sustentabilidade em consonância com a Instrução Normativa de nº 05/2017- TRE/MA, observando os seguintes itens.

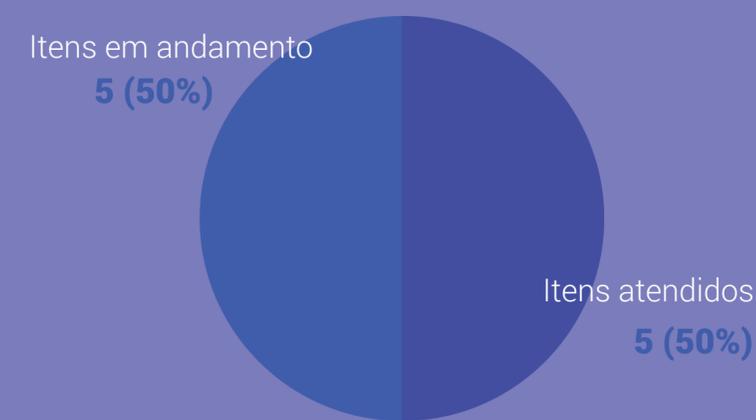
- 1** Rastreabilidade e origem dos insumos de madeira como itens de papelaria e mobiliário, a partir de fontes de manejo sustentável;
- 2** Eficiência energética e nível de emissão de poluentes de máquinas e aparelhos consumidores de energia, veículos e prédios públicos observados os normativos legais existentes;
- 3** Eficácia e segurança dos produtos usados na limpeza e conservação de ambientes;
- 4** Emprego da logística reversa na destinação final de suprimentos de impressão, pilhas e baterias, pneus, lâmpadas, óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens, bem como produtos eletrônicos e seus componentes, de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- 5** Prioridade para bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, reciclável, atóxico ou biodegradável, nos termos estabelecidos na legislação vigente, normas técnicas brasileiras ou regulamentos pertinentes; e
- 6** As especificações e demais exigências do projeto básico ou executivo, para contratação de obras e serviços de engenharia, devem ser elaborados visando à economia na manutenção e na operacionalização da edificação, à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental e aos critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente aceitáveis.

Governança das Contratações

O TRE-MA vem realizando com foco nos levantamentos de governança e gestão que o Tribunal de Contas da União- TCU, aplica sistematicamente para conhecer melhor a situação da governança no setor público, a adoção da boa prática de garantir o efetivo cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo referido órgão de controle.

O principal desafio é a melhoria contínua do índice de governança e gestão das contratações (iGovContrat), bem como o índice de capacidade em gestão de contratações (iGestContrat), constantes do levantamento da autoavaliação de governança do TCU.

Através do indicador estratégico Índice de Governança das Contratações, são estabelecidas as metas para cumprimento das ações de melhoria com base nos itens em que o resultado da autoavaliação do TCU não tiveram classificação satisfatória.



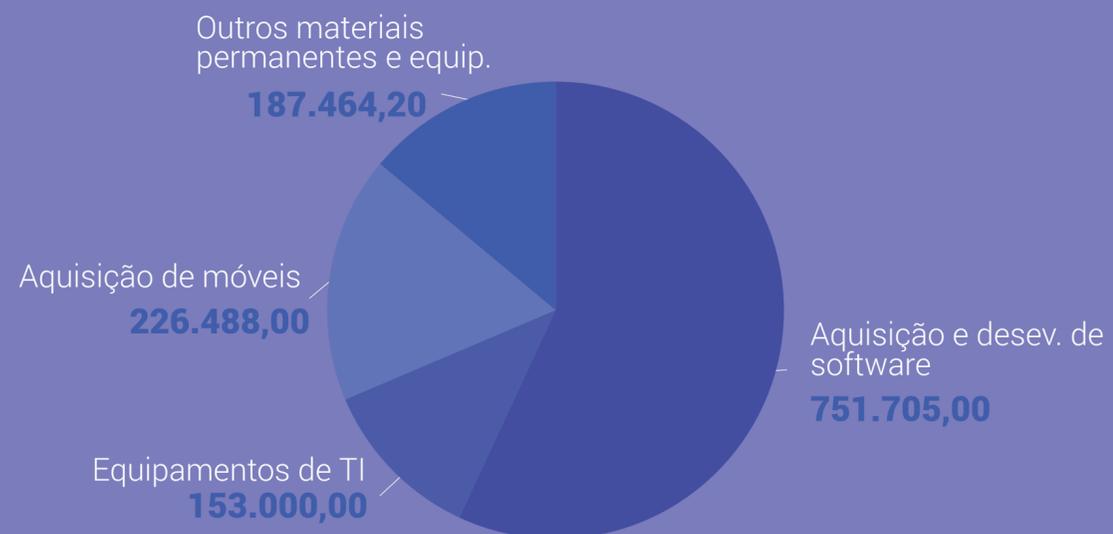


Gestão Patrimonial

Conformidade legal

O TRE-MA, através da Seção de Gestão de Patrimônio- SEGEP, responsável pela gestão patrimonial apresenta conformidade legal de acordo com a legislação que regem a gestão patrimonial na Administração Pública.

Investimentos em capital



Fonte: SIAFI

Locação de imóveis

Não foram realizadas locação de imóveis no exercício 2021.

Fonte: Seção de Contratações e Aquisições

Desfazimento de ativos

Através do processo digital SEI 0002442-04.2021.6.27.8000, foi realizada em a doação de 254 (duzentos e cinquenta e quatro) bens considerados antieconômicos e inservíveis.

Fonte: Seção de Gestão de Patrimônio

Desafios e ações futuras

O principal desafio é promover a eficiência na utilização dos espaços físicos com segurança e integração para os servidores e cidadãos que são atendidos pela Justiça Eleitoral do Maranhão, priorizando a modernização no atendimento ao público.

Por orientação do Tribunal Superior Eleitoral atendendo aos princípios da efetividade e economicidade a ocupação imobiliária na Justiça Eleitoral deve ser priorizado o modelo de ocupação que ocorre por meio da cessão de uso de bens públicos, através de instrumento de cooperação entre órgãos ou entidades, bem como verificada a existência dessa forma de cooperação junto ao Tribunal de Justiça para cessão de parte do espaço do foro para uso da Justiça Eleitoral.



Gestão Orçamentária e Financeira

Orçamento total aprovado 2021

$$\begin{array}{l} \blacksquare \text{ R\$ 213.171.613,00} \\ \text{LOA} \\ \text{2021+Acréscimos} \\ \text{(créditos adicionais recebi-} \\ \text{dos + provisões recebidas)} \end{array} + \begin{array}{l} \blacksquare \text{ R\$ 4.605.335,00} \\ \text{Decrécimos} \\ \text{(créditos adicionais recebi-} \\ \text{dos + provisões recebidas)} \end{array} = \begin{array}{l} \blacksquare \text{ R\$ 208.566.296,00} \\ \text{Dotação Atualizada} \\ \text{(créditos adicionais recebi-} \\ \text{dos + provisões recebidas)} \end{array}$$

Execução do orçamento 2021

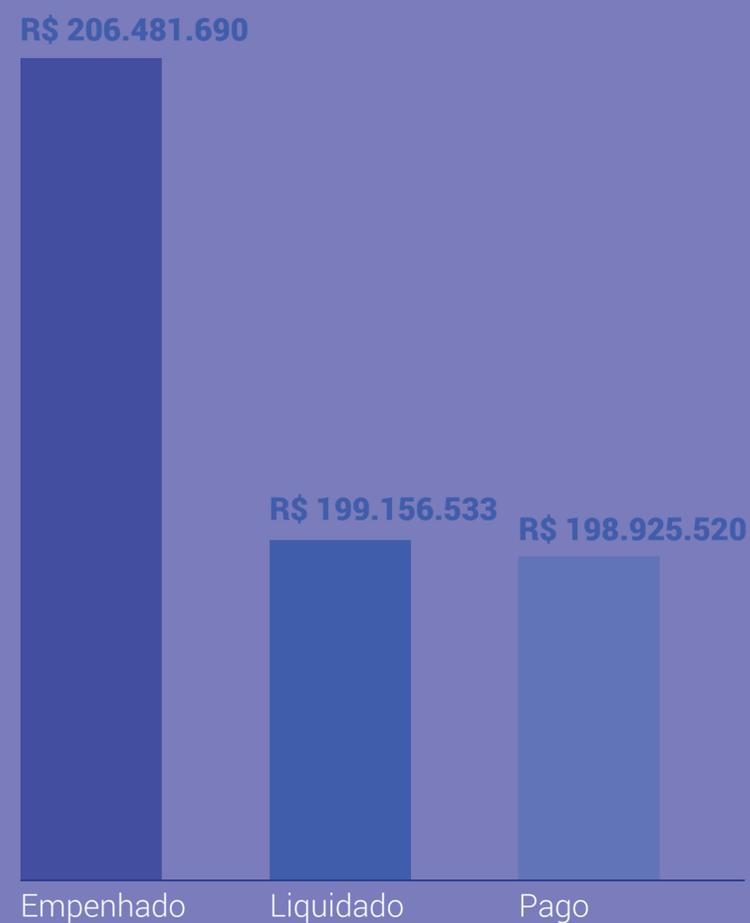
Empenhado	Liquidado	Pago
R\$ 206.481.690,00 (99,00%)	R\$ 199.156.533,00 (95,49%)	R\$ 198.925.520,00 (95,38%)

O orçamento total aprovado em 2021 para o TRE-MA, no valor de R\$ 213.171.631,00, foi o 12º maior, dentre os Tribunais Regionais Eleitorais do País. Inicialmente, recebemos o orçamento de R\$ 205.571.245,00, mas nas fazes de alteração de créditos adicionais, foi oportuno suplementar, remanejar e devolver recursos durante todo o exercício. Recebemos suplementação no montante de R\$ 6.824.649,00, sendo R\$ 4.008.482,00 para despesas com Pessoal e Encargos e R\$2.816.167,00, para despesas com investimento. Em contrapartida, foi devolvido ao TSE o valor de R\$ 4.605.335,00, sendo os maiores impactos o valor de R\$ 3.139.407,00 referente a despesas de "Custeios" e R\$ 935.848,00 referente a Aposentadorias e pensões civis da união

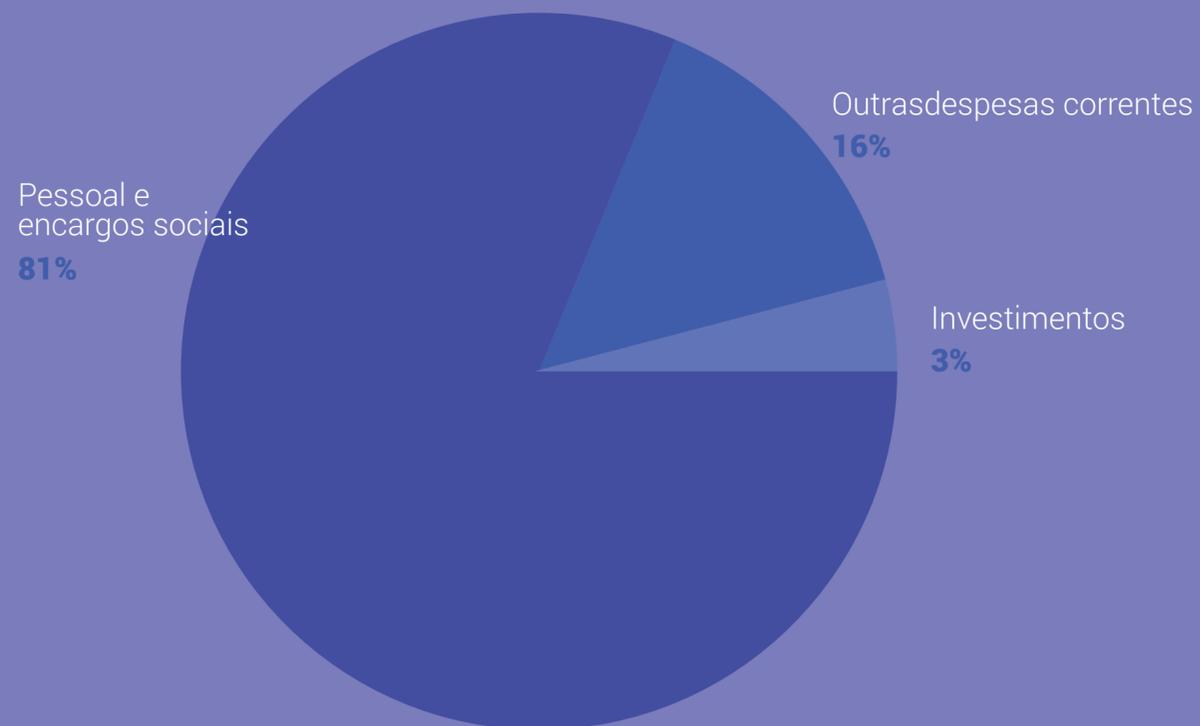
No exercício de 2021 não sofremos nenhum contingenciamento orçamentário (limitação de empenho), determinado pelo Governo federal.

Perfil do gasto do Órgão em 2021

Execução do Orçamento



Distribuição das despesas empenhadas



Despesas do TRE-MA por grupo

Evolução dos últimos anos

Grupo de despesa	2021				2020				2019			
	Dotação atualizada	Empenho	Liquidado	Pago	Dotação atualizada	Empenho	Liquidado	Pago	Dotação atualizada	Empenho	Liquidado	Pago
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	168.882.978,00	167.470.115,40	166.645.780,81	166.645.780,81	177.582.285,81	176.938.864,95	174.458.489,92	174.458.329,28	168.173.529,97	165.693.060,73	165.585.772,14	165.585.772,14
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	34.012.548,26	33.554.392,46	30.605.652,41	30.582.965,37	53.402.633,84	51.040.294,92	45.021.975,39	44.607.235,97	39.469.924,00	38.229.269,55	35.310.020,15	35.285.732,80
INVESTIMENTOS	5.670.770,00	5.457.182,43	1.905.100,18	1.696.773,45	3.618.174,00	2.795.138,34	380.390,11	380.390,11	8.783.935,00	8.674.279,75	2.835.479,82	2.835.479,82
TOTAIS	208.566.296,26	206.481.690,29	199.156.533,40	198.925.519,63	234.603.093,65	230.774.298,21	219.860.855,42	219.445.955,36	216.427.388,97	212.596.610,03	203.731.272,11	203.706.984,76



A partir da Emenda Constitucional n.º 95, também conhecida como a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos, promulgada em dezembro/2016, as despesas e investimentos públicos ficaram limitadas aos mesmos valores gastos no ano anterior, corrigidos pela inflação[4][5] medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O quadro acima, demonstra a evolução da dotação orçamentária recebida, nos últimos três anos, pelo TRE/MA e podemos perceber que não houve nenhum grande incremento de recursos no exercício de 2021.

O orçamento aprovado de 2020 foi maior devido ao incremento das despesas para realização das Eleições Municipais.

O Tribunal Superior Eleitoral, nosso órgão responsável pela distribuição de limites orçamentários para todos os regionais eleitorais, só tem permitido novos incrementos para ampliações e reformas dos imóveis pertencentes a Justiça Eleitoral, mas as demais despesas têm que obedecer a EC95/2016, principalmente as despesas com Pessoal, que não obteve nenhum reajuste nos últimos anos.

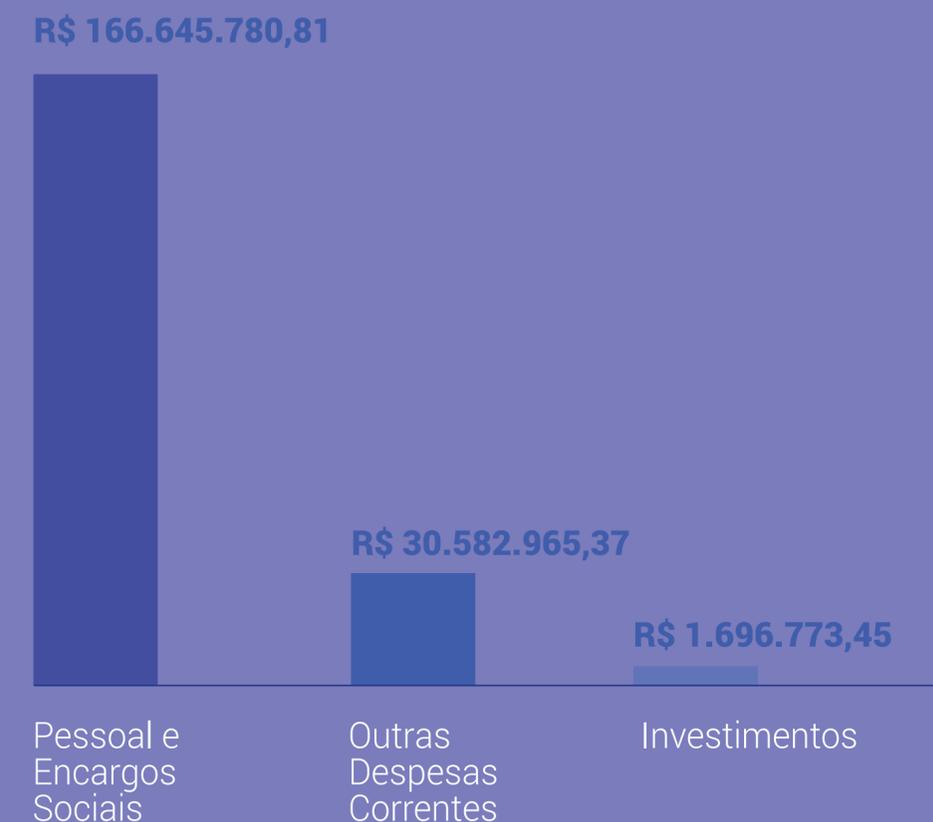
Execução por Grupo e Elemento de Despesa

Grupo 1 - Pessoal e Encargos Sociais

Elemento de Despesa	Empenhado	Liquidado	Pago
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	122.313.286,08	122.313.286,08	122.313.286,08
OBRIGACOES PATRONAIS	21.393.940,69	21.393.940,69	21.393.940,69
APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	13.326.499,14	13.326.499,14	13.326.499,14
DEMAIS ELEMENTOS	10.436.389,49	9.612.054,90	9.612.054,90
TOTAIS	167.470.115,40	166.645.780,81	166.645.780,81

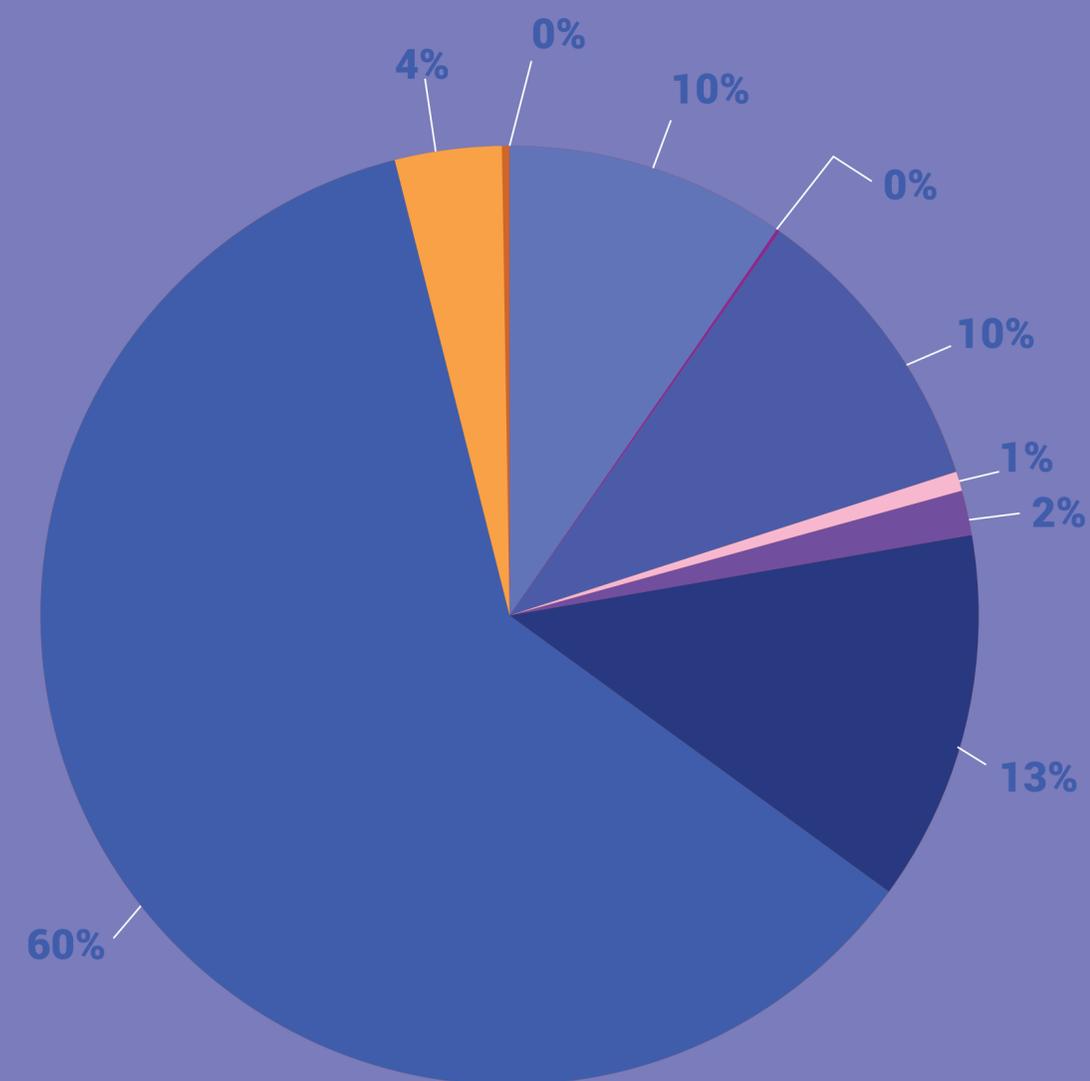
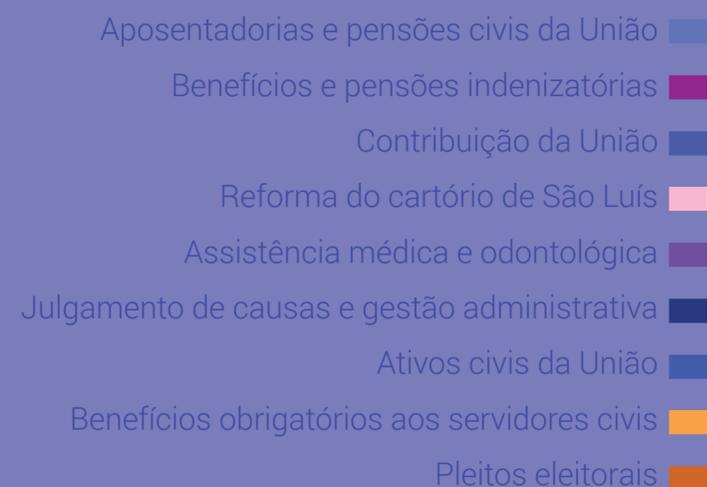
Grupo 2 - Outras Despesas Correntes

Elemento de Despesa	Empenhado	Liquidado	Pago
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	8.565.657,68	7.442.339,02	7.442.339,02
AUXILIO-ALIMENTACAO	6.068.404,19	6.068.404,19	6.068.404,19
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	6.369.218,41	5.626.768,41	5.622.187,69
DEMAIS ELEMENTOS	12.551.112,18	11.468.140,79	11.450.034,47
TOTAIS	33.554.392,46	30.605.652,41	30.582.965,37



Despesas por ação orçamentária

Ação Governo	Dotação atualizada (incluídas provisões e destaques)	Empenhado
APOSENTADORIAS E PENSÕES CIVIS DA UNIÃO	20.381.275,00	19.965.775,20
BENEFÍCIOS E PENSÕES INDENIZATÓRIAS	13.206,00	13.200,00
CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO	22.036.176,00	21.055.824,08
REFORMA DE CARTÓRIO DE SÃO LUÍS - MA	1.356.929,00	1.187.407,47
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA	3.465.188,00	3.432.601,94
JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA	26.760.963,50	26.558.048,48
ATIVOS CIVIS DA UNIAO	126.144.265,00	126.129.544,39
BENEFÍCIOS OBRIGATÓRIOS AOS SERVIDORES CIVIS	7.642.046,00	7.465.959,43
PLEITOS ELEITORAIS	766.247,76	673.329,30
TOTAIS	208.566.296,26	206.481.690,29

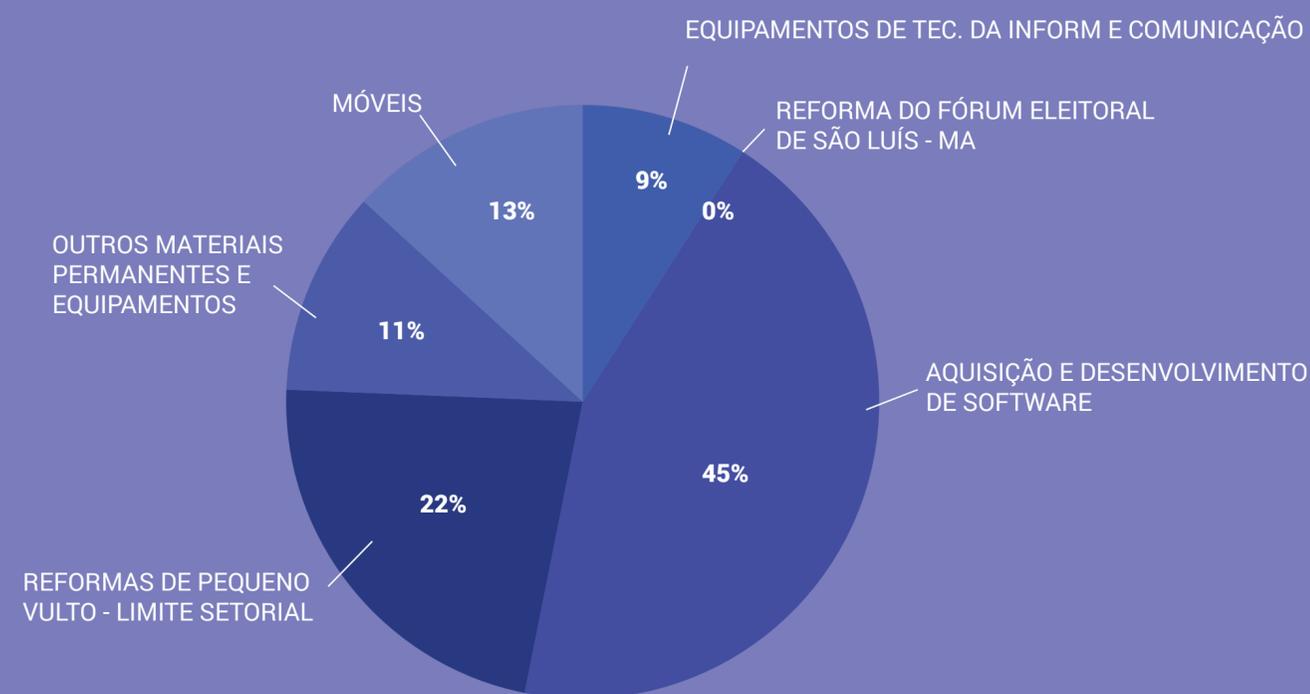


Valores pagos em 2021

Custeio (Julgamento e Causas e Gestão Administrativa e Pleitos)



Investimentos



Despesas de pessoal

PESSOAL - FOLHA DE SERVIDORES	152.532.110,10	93%
GRATIF. ELEIT. JUÍZES TITULARES	5.756.624,08	3%
GRATIF. ELEIT. PROMOTORES TITULARES	3.739.483,44	2%
GRATIF. ELEIT. PROMOTORES SUBSTITUTOS	2.793.152,48	2%
GRATIF. ELEIT. JUIZES SUBSTITUTOS	672.402,63	0%
SESSÕES ORDINARIAS - JUÍZES TITULARES	552.174,67	0%
SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO - SERV. ZONAS ELEITORAIS	301.052,57	0%
SESSÕES ORDINÁRIAS - JUIZES SUBSTITUTOS	187.241,12	0%
SESSÕES ORDINÁRIAS - PROC. TITULARES	90.428,95	0%
SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO SERV. SECRETARIAS	17.919,16	0%
SESSÕES ORDINÁRIAS - PROC. SUBSTITUTOS	3.191,61	0%

Evolução das despesas por finalidade

Detalhamento das maiores despesas correntes de 2021

Grupo despesa	Tipo de despesa (plano interno)	2021		
		EMPENHADAS	LIQUIDADAS	PAGAS
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	6.074.911,08	6.074.911,08	6.074.911,08
	ASSIST. MED. ODONT. - REEMB. ASSIST. MÉDICA	3.432.601,94	3.432.601,94	3.432.601,94
	APOIO ADMIN, TÉCNICO E OPERACIONAL	2.795.386,64	2.357.810,12	2.357.810,12
	COMUNICAÇÃO E REDES DE DADOS	2.728.180,63	2.602.712,99	2.601.673,03
	ENERGIA ELÉTRICA	2.658.240,26	2.295.739,88	2.295.739,88
	MANUTENÇÃO PREDIAL	2.001.766,02	1.689.387,06	1.689.387,06
	LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	1.967.256,69	1.800.286,34	1.800.286,34
	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	1.597.972,41	1.422.994,77	1.420.481,24
	VIGILÂNCIA OSTENSIVA	1.567.693,66	1.423.333,69	
	ASSIST. PRÉ-ESCOLAR NORMAL	1.308.807,66	1.308.807,66	1.308.807,66
	ESTAGIÁRIOS	1.096.820,07	953.661,15	953.661,15
	APOIO TÉCNICO E OPERACIONAL DE TIC	1.065.391,12	934.510,03	934.510,03
	MATERIAIS DE CONS. PARA SERV. AUXILIARES	724.071,22	589.244,64	576.344,46
	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	676.583,97	676.583,97	676.583,97
	DEMAIS ITENS	3.858.709,09	3.043.067,09	3.038.370,52

Grupo despesa	Tipo de despesa (plano interno)	2021		
		EMPENHADAS	LIQUIDADAS	PAGAS
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	PESSOAL - FOLHA DE SERVIDORES	153.356.444,69	152.532.110,10	152.532.110,10
	GRATIF. ELEIT. JUÍZES TITULARES	5.756.624,08	5.756.624,08	5.756.624,08
	GRATIF. ELEIT. PROMOTORES TITULARES	3.739.483,44	3.739.483,44	3.739.483,44
	GRATIF. ELEIT. PROMOTORES SUBSTITUTOS	2.793.152,48	2.793.152,48	2.793.152,48
	GRATIF. ELEIT. JUIZES SUBSTITUTOS	672.402,63	672.402,63	672.402,63
	SESSÕES ORDINARIAS - JUÍZES TITULARES	552.174,67	552.174,67	552.174,67
	SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO - SERV. ZONAS ELEITORAIS	301.052,57	301.052,57	301.052,57
	SESSÕES ORDINÁRIAS - JUIZES SUBSTITUTOS	187.241,12	187.241,12	187.241,12
	SESSÕES ORDINÁRIAS - PROC. TITULARES	90.428,95	90.428,95	90.428,95
	SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO SERV. SECRETARIAS	17.919,16	17.919,16	17.919,16
	SESSÕES ORDINÁRIAS - PROC. SUBSTITUTOS	3.191,61	3.191,61	3.191,61

Grupo despesa	Tipo de despesa (plano interno)	2021		
		EMPENHADAS	LIQUIDADAS	PAGAS
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	EQUIPAMENTOS DE TEC. DA INFORM E COMUNICAÇÃO	1.613.113,40	360.095,00	153.000,00
	REFORMA DO FÓRUM ELEITORAL DE SÃO LUÍS - MA	1.187.407,47		
	AQUISIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	842.705,00	751.705,00	751.705,00
	REFORMAS DE PEQUENO VULTO - LIMITE SETORIAL	678.876,29	378.116,25	378.116,25
	OUTROS MATERIAIS PERMANENTES E EQUIPAMENTOS	606.932,27	188.695,93	187.464,20
	MÓVEIS	528.148,00	226.488,00	226.488,00

Despesas por modalidade de contratação

Todas - exceto despesas de pessoal, benefícios e diárias

MODALIDADE DA LICITAÇÃO	LIQUIDADAS	PAGAS
TOMADA DE PRECO	1.187.407,47	
DISPENSA DE LICITACAO	2.066.169,26	1.845.340,06
INEXIGIBILIDADE	3.958.253,19	3.389.499,21
NAO SE APLICA	244.934,66	244.934,66
SUPRIMENTO DE FUNDOS	7.656,00	7.656,00
PREGAO	20.253.944,00	15.499.098,58
Total	27.718.364,58	20.986.528,51

Despesas de pessoal

MODALIDADE DA LICITAÇÃO	LIQUIDADAS	PAGAS
NAO SE APLICA	167.470.115,40	166.645.780,81
Total	167.470.115,40	166.645.780,81

Despesas com benefícios

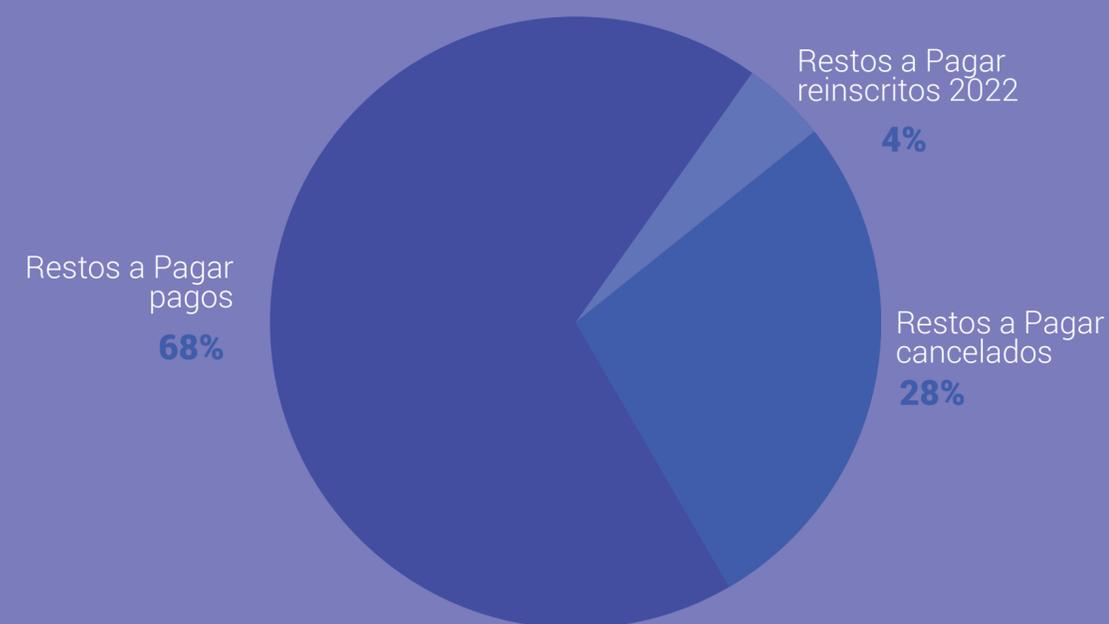
MODALIDADE DA LICITAÇÃO	LIQUIDADAS	PAGAS
NAO SE APLICA	10.898.561,37	10.898.561,37
Total	10.898.561,37	10.898.561,37

Despesas com diárias

MODALIDADE DA LICITAÇÃO	LIQUIDADAS	PAGAS
NAO SE APLICA	394.648,94	394.648,94
Total	394.648,94	394.648,94

Execução de Restos a Pagar

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	ANO DE EMISSÃO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS	RESTOS A PAGAR CANCELADOS	RESTOS A PAGAR PAGOS	RESTOS A PAGAR REINSCRITOS 2022
REFORMA DO FÓRUM ELEITORAL DE SÃO LUÍS	2018	82.865,41	69.054,51	13.810,90	
	2020	1.399.750,33	5.282,11	1.394.468,22	
JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA	2018	95.254,75	95.205,93		48,85
	2019	451.533,99	438.004,86	13.529,13	
	2020	4.367.368,49	539.047,91	3.281.220,68	390.295,10
ATIVOS CIVIS DA UNIÃO	2020	2.413.732,69	1.446.551,28	967.181,41	
PLEITOS ELEITORAIS	2019	41.730,30	41.730,30		
	2020	2.995.957,10	508.372,33	2.421.116,73	66.444,10
IMPLANTACAO DO SISTEMA DE AUTOMACAO DE IDENTIFICACAO DO ELEITOR - BIOMETRIA	2019	51.735,93	51.735,93		
	2020	151.534,24	151.534,24		
Total		12.051.463,23	3.346.519,40	8.091.327,07	456.788,05



Indicadores de apoio à execução

Indicador	Periodicidade	Desempenho janeiro - agosto	Desempenho janeiro - dezembro	Metas - 2021
Indicador de aderência ao planejamento	Anual	71,5%	66,7%	85,0%
Indicador de perdas OCC	Anual	24,7%	4,3%	6,0%
Indicador de valores pagos	Quadrimestral	44,3%	87,5%	80,0%

De forma geral, considerando o contexto e as circunstâncias enfrentadas pelo País, devido a pandemia do COVID-19, podemos afirmar que a execução física e orçamentária das ações sob a responsabilidade do Tribunal Regional Eleitoral de Maranhão ocorreu com o melhor aproveitamento possível dos recursos disponibilizados pela União.

Os indicadores orçamentários adotados por este Tribunal, estão de acordo com a metodologia elaborada pela SOF/TSE:

O indicador de “aderência ao planejamento” refere-se ao controle de distribuição do orçamento de acordo com a proposta orçamentária aprovada, porém a pandemia provocou a necessidade de readequar despesas, alterar nosso planejamento inicial, como por exemplo, a redução de gastos com diárias e passagens e realocação para aquisição de equipamentos de informática, como notebooks, para atender a demanda do teletrabalho.

O maior objetivo dessa Administração, em 2021, era otimizar os recursos orçamentários disponíveis, para não ocorrer “perdas orçamentárias” e reduzir a inscrição de empenhos “em restos a pagar”. Com esse fim, foi intituída a Comissão de Acompanhamento e Providências Relativas aos Processos de Licitações e Contratos com vistas a imprimir celeridade em suas tramitações visando à integral execução do orçamento do presente exercício, com a participação do Presidente deste Côrte, Diretor-Geral, Secretários e Coordenadores, que, através de reuniões quinzenais, avaliavam o andamento dos processos de contratações e pagamentos, bem como das providências tomadas para otimizar o desempenho orçamentário e financeiro.

Essa metodologia resultou uma melhoria nos dois indicadores: Indicador de “perdas orçamentárias”, que atingiu o percentual de 4,3% , menor do que a meta estipulada (quanto menor, melhor); e o Indicador de valores pagos, com o percentual de 87,5%, superando a meta proposta. Esse resultados são os melhores da execução orçamentária deste Tribunal, dos últimos três anos.

Inovações, desafios e ações futuras

DESAFIOS

Aprimorar a gestão orçamentária e financeira no âmbito do TRE – MA

Reduzir ao mínimo, o percentual de “perdas orçamentárias e de despesas inscritas “em restos a pagar”

Manter em bom funcionamento toda a estrutura da Secretaria e de todas as zonas eleitorais do estado, a despeito do cenário econômico desfavorável e das restrições financeiras advindas do limite do teto de gastos

INOVAÇÕES

Criação da Comissão de Acompanhamento e Providências Relativas aos Processos de Licitações e Contratos com vistas a imprimir celeridade em suas tramitações visando à integral execução do orçamento do presente exercício

AÇÕES FUTURAS

Promover melhorias nos processos de contratação de bens e serviços

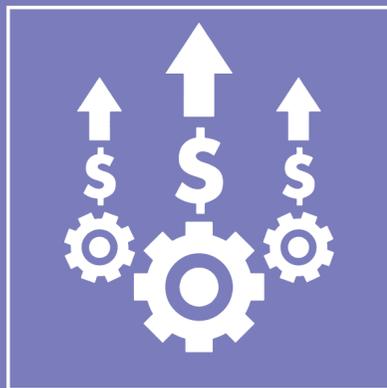
Dar continuidade às atividades de racionalização das despesas contínuas do Tribunal

Atualizar o Sistema ACOR - Sistema de Acompanhamento Orçamentário

Conhecer e aplicar “boas práticas” dentre os Tribunais Eleitorais e do TSE, na área de economicidade orçamentária

Divulgar os resultados alcançados com as medidas de racionalização das práticas implementadas

Conscientizar todos os gestores da necessidade de melhoria da gestão orçamentária e financeira da sua unidade



Gestão de Custos

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, em desenvolvimento desde o ano de 2015 e regulamentada por meio da Resolução nº 23.504, de 19 de dezembro de 2016, do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, foi elaborada de modo a atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistemática de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Órgão.

Previsto no §3º do art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000, o tema também é abordado na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, que determina a cada ano que se propicie o controle de custos dos programas de governo. Na LDO para 2021, Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, o dispositivo é apresentado no inciso II do art. 17, e parágrafo único do mesmo art. 17.

A inclusão das informações de custos no Relatório Integrado de Gestão ocorre desde a publicação da Portaria nº 90/2014 do Tribunal de Contas da União – TCU. A partir de então e até a elaboração do relatório com os dados do exercício financeiro de 2017, foram prestadas informações sobre o estágio de desenvolvimento da sistemática de custos, com destaque para os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, entre eles a Justiça Eleitoral, além do Ministério Público da União e

de órgãos integrantes do Poder Executivo que não utilizam a ferramenta de apuração de custos implementada pela Portaria nº 157/2011 da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, denominada “Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC”. A partir do relatório relativo ao exercício financeiro de 2018, o TCU passou a solicitar não mais o estágio de desenvolvimento, mas os dados apurados dos custos.

Nesse contexto, a Justiça Eleitoral desenvolveu uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia objetiva adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em mais de 2.300 municípios e de possuir quase 3.000 imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática de custos que permitisse a comparação dos custos entre as diversas regiões do país, de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade, no intuito de se alcançar a manutenção de uma base de dados sólida, que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca pela eficiência e melhoria da qualidade dos gastos.

Dessa forma, além de atender à demanda legal, a sistemática de custos da Justiça Eleitoral busca contribuir para uma melhor alocação dos recursos públicos, dotando os Tribunais Eleitorais de mais uma ferramenta na busca por uma melhoria contínua da qualidade do gasto público. Dado que a falta de informações de qualidade é um dos maiores desafios para os gestores públicos, a sistemática de custos pretende auxiliar no atendimento dessa necessidade, usando as informações do passado para permitir planejar um futuro

mais próspero e alinhado com os objetivos estratégicos da instituição.

Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido sistema informatizado próprio, denominado “Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos – SIGEC”, no qual são fornecidas as informações de custos, obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, de captação de dados realizada junto aos Tribunais Eleitorais.

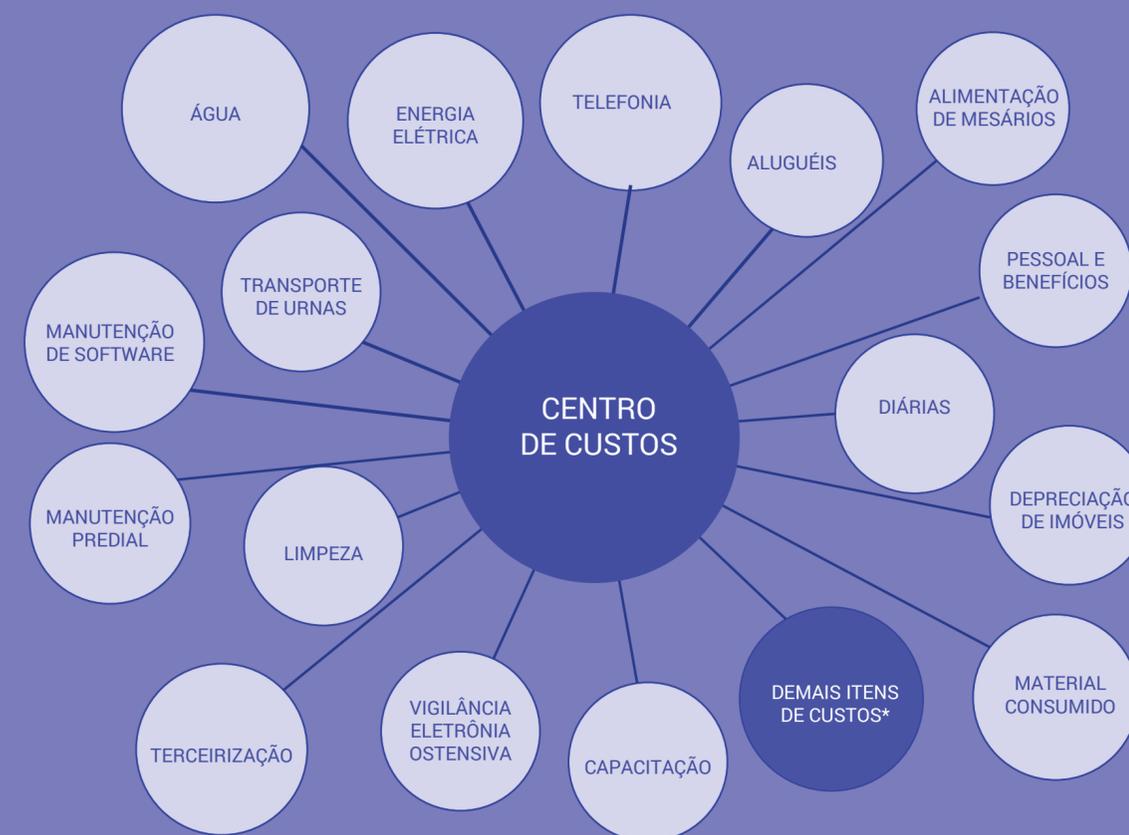
A apuração é iniciada com uma coleta dos dados dos imóveis em utilização pela Justiça Eleitoral. A partir dos dados desses imóveis, são gerados os centros de custos, que têm os valores de seus itens de custos preenchidos (manualmente ou por integração de sistemas) pelos Tribunais Eleitorais. Após esse preenchimento, as informações são consolidadas pelo TSE, por meio da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade – SOF/TSE, Unidade Setorial da Justiça Eleitoral, e são calculados os valores das atividades desenvolvidas no Órgão.

O fluxo do processo ocorre da seguinte maneira:



Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações. São eles: “Itens de Custos” e “Atividades/Serviços”.

No eixo dos “Itens de Custos”, procura-se responder à questão “Com o quê?”, e apresenta a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.



*Atualmente são 45 itens de custos

No eixo das “Atividades/Serviços”, procura-se responder à questão “Para quê?”, e apresenta o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade mediante os recursos utilizados



*Pode-se ter até 10 ATIVIDADES/SERVIÇOS, pois algumas, como os Plebiscitos, por exemplo, ocorrem apenas esporadicamente.

Em relação à apuração de custos referente ao exercício financeiro de 2021, foi aplicada a metodologia de custos da Justiça Eleitoral em todas as suas unidades, obtendo os dados relacionados aos 45 itens de custos atualmente passíveis de apuração. Feita a apuração dos custos, pode-se apresentar as informações dos centros de custos de diversas formas, para melhor retratar a atuação dessa Justiça Especializada. Entre elas, destaca-se o recorte dos 10 maiores itens de custo, o agrupamento dos itens de custo em grandes temas, os custos por atividades/serviços e a classificação dos custos por atendimento ao público e funcionamento da secretaria.

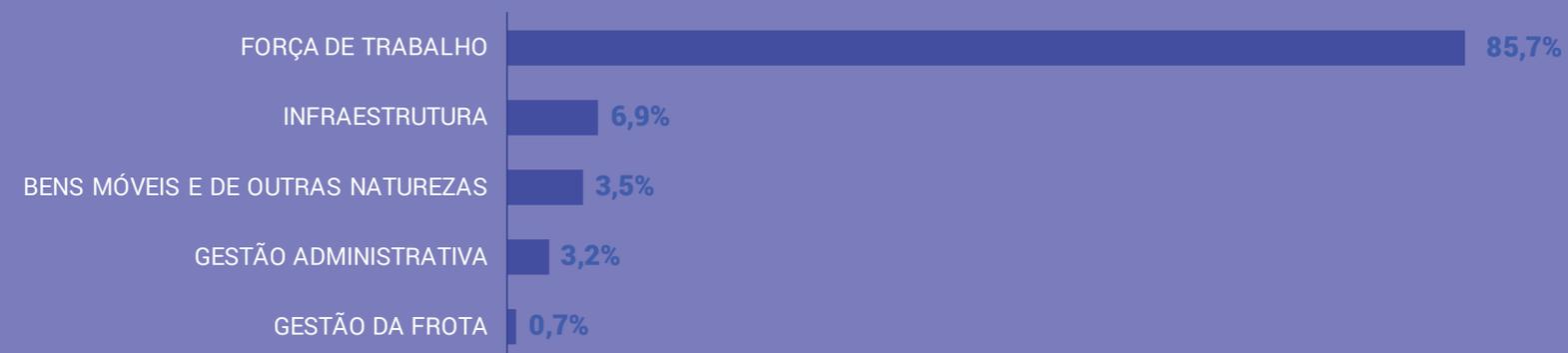
Relativamente aos custos apurados do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão no exercício de 2021, os 10 maiores itens de custo são os demonstrados no gráfico a seguir:

10 maiores itens de custos (em R\$ mil)



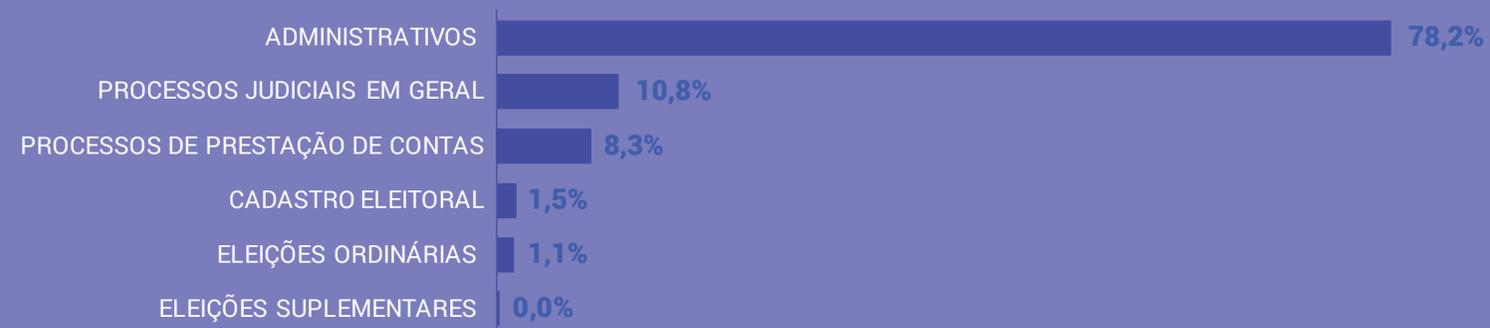
Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, temos a seguinte distribuição:

Custos por Subgrupos (em %)



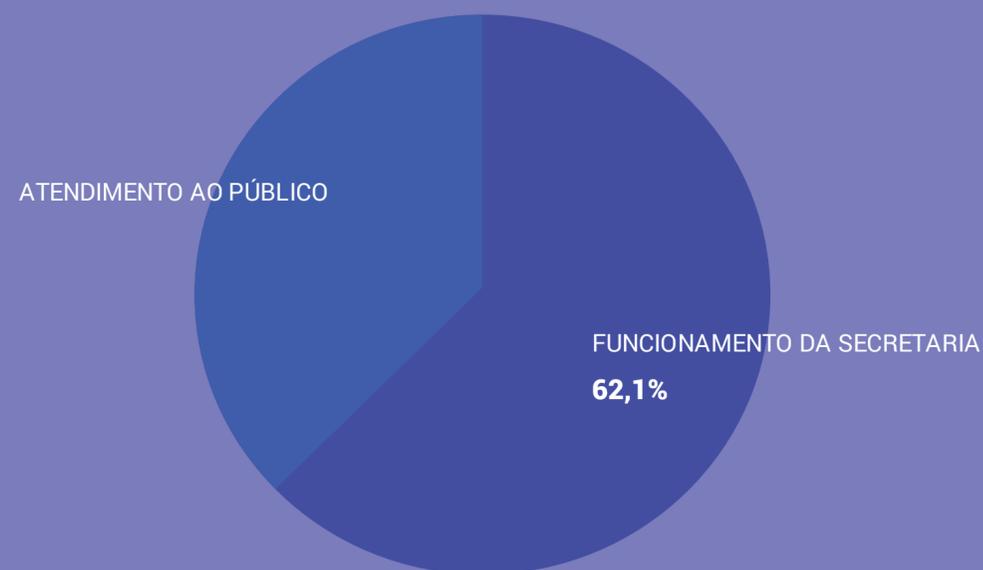
Os dados das Atividades/Serviços estão representados abaixo:

Custos por Atividades/ Serviços (em %)



Quanto à distribuição dos custos entre o Atendimento ao Público e o Funcionamento da Secretaria, tem-se o gráfico seguinte:

Funcionamento da Secretaria x Atendimento ao Público (em %)



Por fim, cumpre ressaltar que as informações de custos estão em constante aprimoramento e amadurecimento, em que a incorporação de novas técnicas e ferramentas busca contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes não apenas aos órgãos de controle, mas também aos gestores e ao público em geral.



Auditorias Internas

Auditoria Interna em 2021:

1ª. Concluiu a Auditoria Financeira Integrada com Conformidade nas contas de 2020, sendo emitido o Relatório de Auditoria n.º 01/2021, em atendimento ao disposto no art. 13, §2º, da IN TCU 84/2020, com as seguintes recomendações constante do SEI n.º 0012120-77.2020.6.27.8000:

“ a) Realize ajuste contábil para correção da distorção de valor de R\$ 699.240,20 de despesa de depreciação não registrados no saldo inicial na conta contábil 12311.05.03 – Veículos de tração mecânica no exercício de 2020 e implemente melhorias nos procedimentos de prevenção, detecção e correção tempestiva dos controles internos da entidade. ”

 **Resposta da Administração: implementada**

“ b) Realize ajuste contábil para correção da distorção de valor R\$ 474.426,62 de despesa de depreciação de bens móveis registrada em duplicidade na contábil 33311.01.00 e implemente melhorias nos procedimentos de prevenção, detecção e correção tempestiva dos controles internos da entidade. ”

 **Resposta da Administração: implementada**

“ c) Realize ajuste contábil para correção da distorção de classificação de R\$ 2.507.241,90 na conta de edifícios 12321.02.02 e implemente melhorias nos procedimentos de prevenção, detecção e correção tempestiva dos controles internos da entidade. ”

 **Resposta da Administração: implementada**

“ d) Estabeleça procedimentos de controle interno contábeis para assegurar que as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis sejam elaboradas de acordo com as exigências básicas de estrutura e conteúdo estabelecidas no MCASP, Parte V, e na NBC TSP 11. ”

 **Resposta da Administração: em implementação, tenho em vista um Plano de Ação.**

“ e) Elabore mecanismos de controles, tal como orientações, manuais, guias e instruções que sejam capazes de implantar controle internos de avaliação inicial dos terrenos, depreciações e reavaliação patrimonial dos bens imóveis do TRE-MA não cadastrados na Secretaria de Patrimônio Público da União – SPU. ”

 **Resposta da Administração: em implementação, tenho em vista um Plano de Ação.**

“ f) Implemente melhorias nos procedimentos de prevenção, detecção e correção tempestiva dos controles internos da entidade a fim de evitar falhas no registro patrimonial dos bens móveis adquiridos pelo TRE-MA. ”

 **Resposta da Administração: em implementação, tenho em vista um Plano de Ação.**

2ª. Iniciou a Auditoria Financeira Integrada com Conformidade nas contas de 2021, com o TSE e demais TREs (SEI n.º 0003992-61.2021.6.27.8000).

O relatório de auditoria e a certificação só serão emitidos no exercício de 2022.

3ª. Realizou a Auditoria Integrada no Processo de Gestão de Infraestrutura de TIC, com enfoque na gestão de ativos, com o TSE e demais TREs (SEI n.º 0001959-08.2020.6.27.8000). As recomendações foram:

“ 3.1 Apresente o mapeamento do processo de registro e/ou descarte de ativos de TIC (hardware e software) que foi realizado. (A1) ”

 **Respostas da Área Auditada: implementada**

“ 3.2 Inicie procedimento para aperfeiçoamento da normatização acerca da gestão de ativos de TIC, que deverá estar consonante à política de segurança da informação da Justiça Eleitoral e conter, entre outros assuntos, regulamentação acerca dos seguintes temas: a) critérios de inservibilidade, procedimentos técnicos de desfazimento e caracterização da ausência de interesse no uso dos ativos (A2); b) critérios para definição das partes interessadas no que se refere aos ativos de TIC (A4); c) procedimentos de inutilização dos dados armazenados nos storages (A5); d) procedimentos de backup dos dados contidos nos storages (A6); e) descarte/desinstalação de software e de descontinuidade do uso de licenças de software (A8). ”

A2.  Respostas da Área Auditada: implementada

A4.  Respostas da Área Auditada: em implementação, segundo o Plano de Ação

A5.  Respostas da Área Auditada: implementada

A6.  Respostas da Área Auditada: em implementação, segundo o Plano de Ação

A8.  Respostas da Área Auditada: implementada

“ 3.3 Avalie meios para implementação de mecanismos automatizados para evitar registros de ativos de TIC em duplicidade ou distorcidos. (A3) ”

 Respostas da Área Auditada: em implementação, de acordo com o Plano de Ação (id 1421776)

“ 3.4 Promova os competentes registros de licença de software, de forma que tais registros tenham dados completos, confiáveis, suficientes e, se possível, centralizados em fonte única, a fim de permitir um melhor controle do ciclo de vida do ativo de software. (A7) ”

 Respostas da Área Auditada: em implementação, de acordo com o Plano de Ação (id 1421776)

SEI 2768.61.2021 (ids. 1407770, item 27, 1420184, item 28, 1446510, item 25 (cancelado), 1455201, item 26).

SEI 3962-96.2021 (ids, 1460696 (Portaria aprovando o Plano de Contratações), 1504720, item 25, 1529819, item 25, 1454338 (Parecer Estudos Técnicos Preliminares) e 1460730 (despacho).

4ª. Realizou a Ação Coordenada de Auditoria em Acessibilidade Digital do Poder Judiciário, tendo à frente o CNJ (SEI n.º 0005863-02.2021.6.27.8000), tendo sido emitidas as Recomendações infra:

“ 4.1 Inexistência de alternativa de acesso ao conteúdo multimídia em linguagem acessível em manifestações públicas disponibilizadas no YouTube (A1) ”

 Resposta da Administração: já executado

“ 4.2 Inexistência de descrição ou descrição imprecisa das imagens que apresentam conteúdo (A2) ”

 Resposta da Administração: aguardando definição do TSE

“ 4.3 Ausência do item “Alto contraste” na barra fixada no topo de cada página (A3) ”

 Resposta da Administração: aguardando definição do TSE

“ 4.4 A avaliação da deficiência de servidores não é realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar (A4) ”

 Resposta da Administração: foi elaborado um Plano de ação para 2022

“ 4.5 Inexistência de cadastro de magistrados e auxiliares (estagiários, terceirizados e aprendizes) com deficiência (A5)

 Resposta da Administração: foi elaborado um Plano de ação para 2022

“ 4.6 Atualização do cadastro dos profissionais com deficiência, integrantes dos quadros de pessoal e auxiliar ocorre de forma irregular (A6); ”

 **Resposta da Administração: foi elaborado um Plano de ação para 2022**

“ 4.7 A capacitação nos temas relativos a acolhimento, direitos, atendimento e cotidiano de pessoas com deficiência não compõem o programa de desenvolvimento de líderes do órgão (A7) ”

 **Resposta da Administração: foi elaborado um Plano de ação para 2022 e 2023**

“ 4.8 A norma que trata do programa de acessibilidade no âmbito da Justiça Eleitoral do Maranhão está desatualizada (A8) ”

 **Resposta da Administração: foi elaborado um Plano de ação para 2022**

5ª. Realizou a Auditoria na Tomada de Contas Especial relativa às irregularidades na construção do Fórum Eleitoral de São Luís (MA) – (SEI n.º 0002597-41.2020.6.27.8000).

No Relatório de Auditoria evidenciou-se a regularidade da 2ª Tomada de Contas Especial (TCE), pois os atos nela dispostos observaram os princípios da administração pública.



6

**Relacionamento
com a sociedade**



Principais canais de comunicação



www.tre-ma.jus.br



@tremaranhao



@TRE_MA



TRE-MA - Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão



Av. Senador Vitorino Freire, s/n - Areinha



Funcionamento: 13h às 19h



(98) 2107- 8888

Ouvidoria

Site

<http://www.tre-ma.jus.br/o-tre/ouvidoria/ouvidoriaformulario-de-registro-de-manifestacao>

Email

ouvidoria@tre-ma.jus.br

Ligação gratuita

0800 098 5000

Carta

Avenida Senador Vitorino Freire, Areinha, São Luís - MA, CEP 65010-917

Pessoalmente

Agende uma visita através dos nossos telefones e compareça no endereço abaixo:
Av. Senador Vitorino Freire, bairro Areinha, São Luís - MA

Horário de funcionamento

8h às 18h



COMUNICAÇÃO COM A IMPRENSA

Mailing - Entrevistas - Entrevistas coletivas

Sala de imprensa - Site - Whatsapp

Email - Telefone - Celular institucional

Cartas de Serviço ao Cidadão

<http://www.tre-ma.jus.br/eleitor/cartas-de-servicos>

Zonas Eleitorais

<http://www.tre-ma.jus.br/o-tre/zonas-eleitorais>



Ouvidoria

Ações implementadas/deliberações/propostas/tratativas

Participamos de 6 reuniões virtuais do Colégio de Ouvidores (e-COJE), nas quais foram tratados assuntos de interesse das Ouvidorias Eleitorais, tais como estratégias de implantação da Lei 13.709/2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados), aperfeiçoamento do atendimento remoto em tempos de pandemia, etc.

Participamos do 13º Encontro do Colégio de Ouvidores da Justiça Eleitoral, em Belo Horizonte-MG, onde foram debatidos assuntos como:

Inclusão

Atendimento a pessoas com transtornos mentais

Combate ao assédio e preconceito

Preparação para as eleições 2022

Atendimento humanizado

Enfrentamento à desinformação

Na mesma ocasião, o servidor Fagianni Miranda, Chefe da Ouvidoria, foi agraciado com a Medalha do Mérito do Colégio de Ouvidores *“como reconhecimento público da Justiça Eleitoral Brasileira por seus relevantes serviços prestados a este Colégio de Ouvidores, às Ouvidorias Eleitorais e ao Poder Judiciário”*.

Participamos de reunião nacional presidida pelo Exmo Sr Min. Luís Roberto Barro-

so, Presidente do e. TSE, onde foram tratados assuntos de grande relevância para as Ouvidorias: enfrentamento à questão das fake news (desinformação), normas gerais sobre o recebimento e acompanhamento de denúncias, inclusive anônimas, e de outros tipos de comunicações de irregularidades; definições sobre os tipos de manifestações que não devem ser tratadas e boas práticas em Ouvidoria.

Participamos remotamente do evento comemorativo aos 10 anos de criação do COJE (Colégio de Ouvidores da Justiça Eleitoral), que ocorreu no TRE-MS e contou com a participação do Exmo Sr Ministro do STF, Dias Toffoli, e o Exmo Sr Ministro do STJ, Reynaldo Soares da Fonseca.

Participamos do grupo de estudos sobre a uniformização estrutural nacional das Ouvidorias Eleitorais, patrocinado pelo COJE.

Participamos da Mesa Redonda Linguagem Cidadã em Foco, organizada pelo TRE-PE, onde foi discutida a implantação da linguagem cidadã no âmbito das Ouvidorias Eleitorais, a importância da participação social no aprimoramento da gestão pública, e a importância da linguagem cidadã para a promoção e garantia dos direitos individuais.

Participamos do I Encontro Nacional de Ouvidorias Públicas em Curitiba-PR, onde foram debatidos temas relacionados a liderança, gestão pública, inovação, defesa do usuário, LGPD, comunicação não-violenta, produtividade em trabalho remoto, linguagem cidadã, mediação, relação da Ouvidoria com a sociedade, fundamentos da Ouvidoria, etc.

Participamos de reunião virtual do COJE, na qual houve palestra do Ministro Ouvidor do Superior Tribunal Militar, o General de Exército Odilon Sampaio Benzi e do Ministro da CGU Wagner de Campos Rosário, onde foram tratados temas relevantes para as Ouvidorias como segurança e proteção de dados, temas relativos à LGPD, etc.

Participamos do Seminário Estratégias de implantação da LGPD nos Tribunais, organizado pelo TRE-PA

Participamos do Seminário Virtual de Prevenção e Posvenção ao Suicídio, organizado pela Defensoria Pública do Estado do Piauí.

Participamos do Seminário – Proteção de Dados: a LGPD e seus impactos na Justiça Eleitoral e na Administração Pública, organizado pela EJE do TSE.

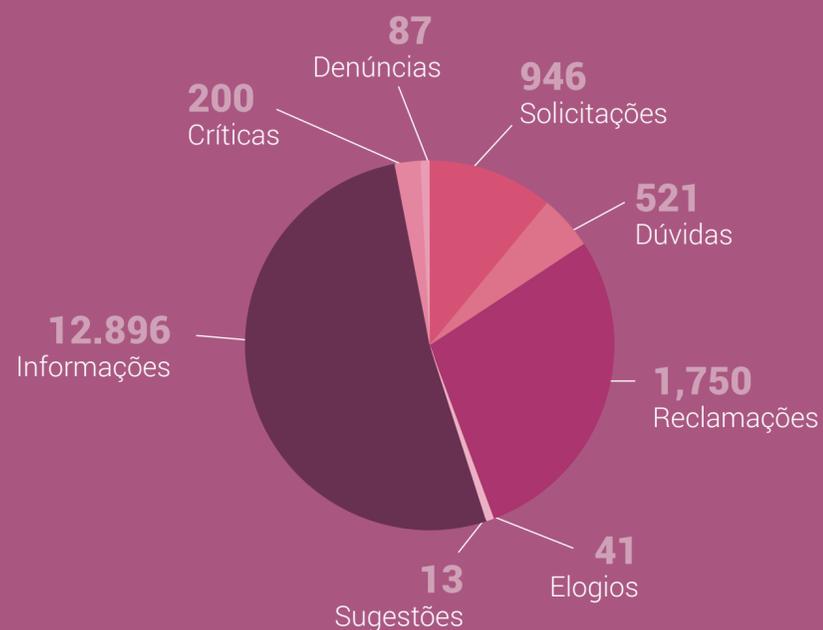
A Ouvidoria Eleitoral em números

Principais meios de comunicação

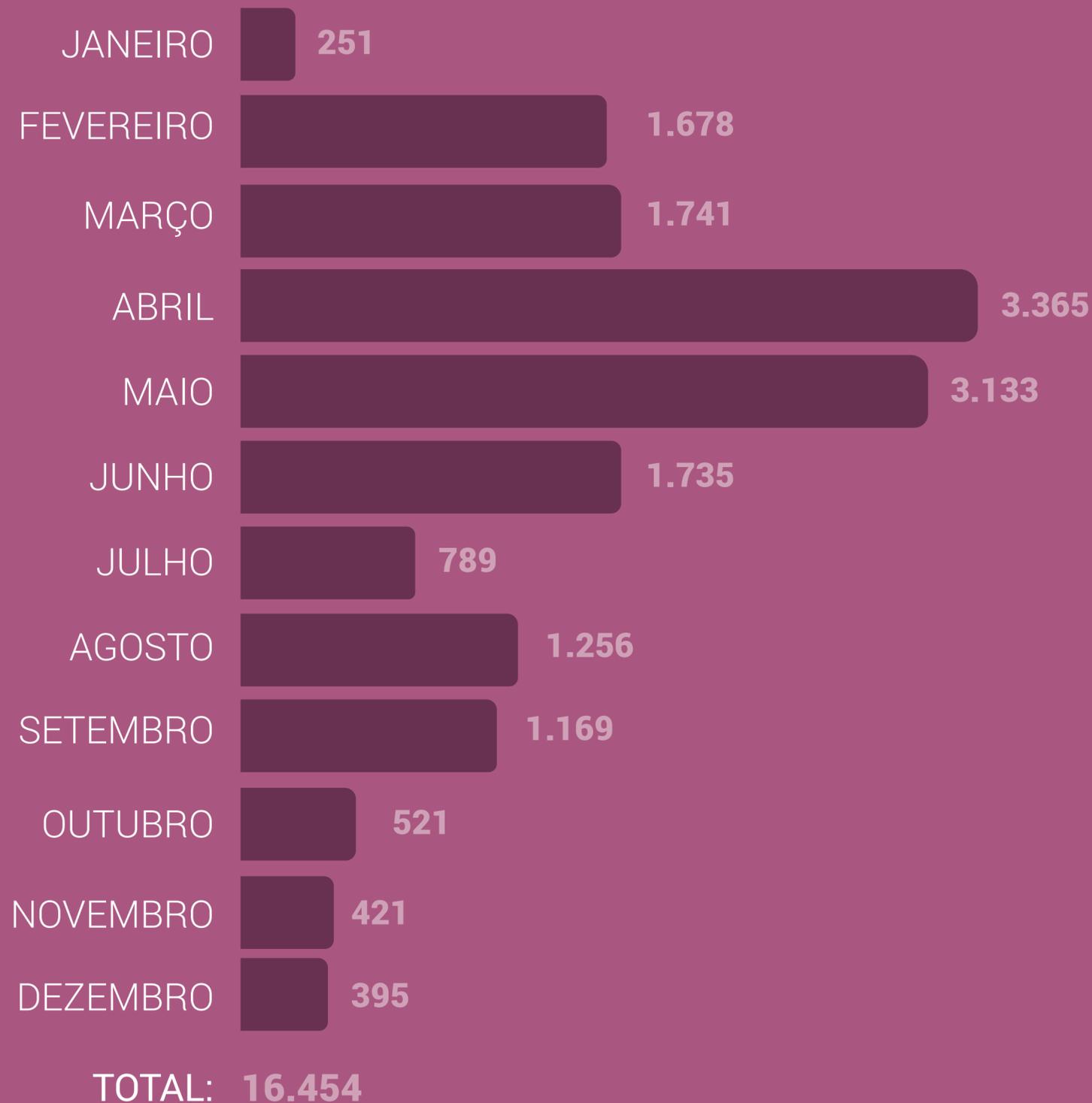


Obs: o formulário eletrônico foi restabelecido, após ter sido substituído pelo e-mail durante o início da pandemia de COVID-19.

Manifestações por tipo



Atendimentos por mês em 2021





Educação Política

Elaboração de cartilha sobre a urna eletrônica

No eixo de cidadania e em atenção à meta específica do CNJ, a Unidade elaborou a cartilha ilustrada “a urna eletrônica em uma trajetória de conquistas”, no formato de história em quadrinhos, com a finalidade de auxiliar a Justiça Eleitoral Maranhense no combate à desinformação e disseminação de notícias falsas.

Voltado à sociedade, em particular aos adolescentes e jovens, o material em linguagem clara e acessível, discorre sobre todo o caminho percorrido até o dia da votação, bem como os mecanismos de segurança, que são adotados para proteger o sistema eletrônico de votação e a evolução alcançada dentro do processo democrático para garantir Eleições legítimas.

O material que fará parte do programa em comemoração aos 90 anos da Justiça Eleitoral, será lançado em 2022 na estréia das ações de celebração.

Incentivo à campanha nacional do jovem eleitor

Com o propósito de estimular o alistamento eleitoral de jovens de 16 e 17 anos a tirar o primeiro título de eleitor foram desenvolvidos CARDS, pela EJE com a Coordenadoria de Imprensa e Comunicação Institucional (COIMC) do tribunal, com vistas à operacionalização do cadastro, tanto via Título Net, que é uma ferramenta criada para facilitar os requerimentos virtuais, quanto presencial.

As peças publicitárias foram preparadas em aditamento à Campanha Nacional do TSE “Bora Votar!”, com o intuito de despertar a efetiva participação do segmento no futuro político do país e divulgadas nas redes sociais do TRE-MA.

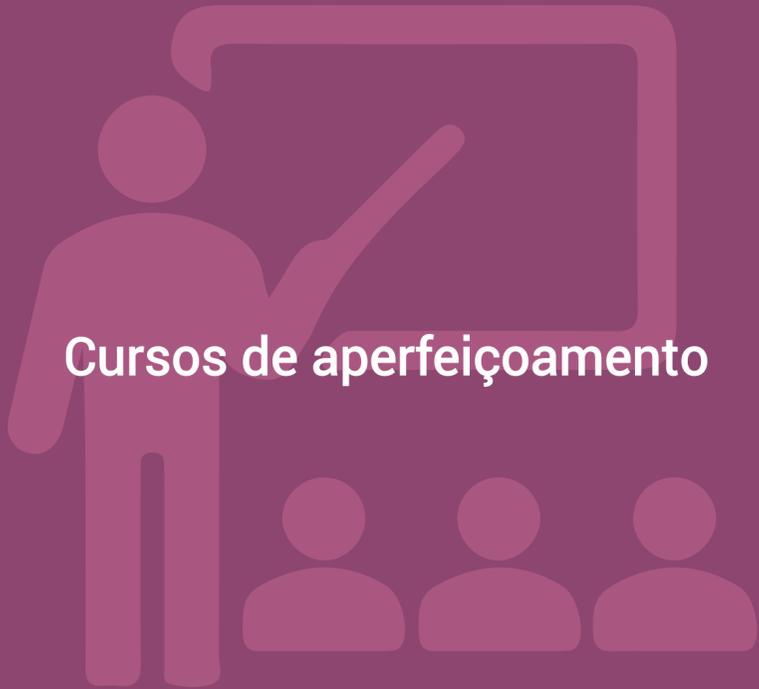
Realização do XVII encontro nacional do CODEJE

O TRE-MA, por sua Escola Eleitoral, sediou, na cidade de São Luís, o XVII Encontro de Dirigentes das Escolas Judiciárias Eleitorais – CODEJE, com o tema: “O enfrentamento à desinformação nas Eleições 2022”, ocasião em que estiveram reunidos dirigentes de EJE e assessores de Comunicação de todo país, com o fito de debater e refletir sobre o tema, tendo em vista o fortalecimento da Justiça Eleitoral.

Dentre os assuntos abordados durante o evento, a relevância da implantação de Projeto Político Pedagógico nas EJES, as medidas adotadas pelo TSE acerca da desinformação eleitoral (Programa Permanente) e as Missões executadas pelo Observatório Transparência Eleitoral Brasil (Credenciada pelo TSE via ACORDO-TSE nº 70/2020).

Realizados semestralmente, os encontros entre as Escolas Eleitorais proporcionam a integração e possibilitam o compartilhamento de experiências e ações.

O CODEJE foi criado em julho de 2013 e tem por objetivo representar as Escolas perante as instituições permanentes, a começar pelo TSE.



Cursos de aperfeiçoamento

■ **Curso em EAD "Novas Competências Penais e Sentença Condenatória Penal Eleitoral"** de 20 h/a, com 40 vagas, que teve por público-alvo os(as) juízes(as) eleitorais, extensivo a(o)s servidores(as), realizado no período de 16 a 27.8.

Capacitação credenciada junto à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), que pode ser aproveitada pelo segmento para promoção na carreira e vitaliciamento, tratou de temas como: as competências previstas na legislação, notadamente para análise de crimes conexos; as peculiaridades do processo penal eleitoral e as modificações introduzidas pela Lei nº 13.964/19; e a dosimetria da pena eleitoral.

■ **Curso "Fake News, Redes Sociais e Eleições"** na modalidade EAD + aulas síncronas, de 20 h/a, com 40 vagas, que teve por público alvo juízas e juízes eleitorais, extensivo a(o)s servidores(as).

Credenciado junto à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), a ação educativa pode, ser aproveitada pelo segmento para promoção na carreira e vitaliciamento.

O estudo temático buscou preparar os cursistas para lidar com o enfrentamento da desinformação no contexto eleitoral, nesse sentido foram previstas as seguintes atividades avaliativas: a elaboração de um texto analítico sobre o assunto e alternativamente plano de ação ou projeto institucional, a fim de demonstrar as boas práticas, ações e programas, que o agente tenha desenvolvido no ambiente de trabalho para o combate ao problema.

Local: Ambiente Virtual de Aprendizagem do Moodle da EJE/TSE

■ **Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Eleitoral Encerramento da 3ª turma.**

No dia 03 de dezembro de 2021 ocorreu no auditório Ernani Santos, a solenidade de encerramento da III Turma de Pós Graduação em Direito Eleitoral. O curso, que teve início em agosto de 2019, promovido pela Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), em convênio de cooperação técnica com a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) formou 38 alunos dos 50 aprovados para fazer a especialização. A última disciplina do curso - "Ações Impugnatórias no Direito Eleitoral", foi dada em agosto de 2020 e após esse período foram abertos prazos para os depósitos dos Trabalhos de Conclusão de Curso e, em seguida, programadas as defesas dos discentes, sendo a final realizada em 02 de setembro de 2021.

Ao todo 13 disciplinas compuseram a matriz curricular do Curso de 390 h/a, contando, ainda, com aulas extras, que se constituíram em atividades complementares, com o objetivo de ampliar o processo de conhecimento e a formação acadêmica dos alunos na área eleitoral.

Eventos Jurídicos

Webinário – “A participação da mulher brasileira nos espaços de poder político - 89 anos da conquista do sufrágio feminino”.

Evento realizado em 24.02.2021, em comemoração ao aniversário histórico do voto feminino no Brasil, reuniu autoridades e especialistas com o objetivo de refletir e dialogar sobre os desafios enfrentados pelas mulheres nas esferas de poder, destacou a importância da representatividade e a igualdade de gênero como estratégia de desenvolvimento econômico, social e humano.

Público-alvo: juízes eleitorais, membros do Ministério Público, integrantes de carreiras jurídicas, advogados, servidores públicos, representantes de partidos políticos, gestores públicos, imprensa, professores, pesquisadores e estudantes universitários.

Lançamento do Livro “Direito Eleitoral e Democracia: estudos em homenagem ao Desembargador Cleones Carvalho Cunha”

A EJE promoveu a Cerimônia de Lançamento de obra coletiva referenciada ao Dês. Cleones Carvalho Cunha, que se deu em 10.03.2021. O livro reuniu artigos e resenhas com reflexões de especialistas sobre o Direito Eleitoral e suas relações com o Direito Constitucional e a Teoria do Estado.

Participaram da composição da obra cerca de 60 autores, que foi prefaciada pela Ministra Nancy Andrighi do STJ.

2º Congresso Nacional de Direito Eleitoral, 25 de outubro de 2021.

Conduzido sob cinco eixos: Estado democrático de direito; Inclusão social; Segurança do processo eletrônico de votação; Combate à desinformação; Cidadania e desenvolvimento econômico.

Em formato virtual, o evento abordou importantes questões e temáticas com o propósito de orientar e qualificar os diversos atores do processo democrático sobre as regras, objeto de alteração, aplicáveis às Eleições de 2022.

Reuniu palestrantes de renome nacional e regional com expertise na área eleitoral, cumprindo no quadro da sua programação com a paridade de gênero e a pluralidade racial dentre os(as) seus(suas) palestrantes, expositores(as) e painelistas.

Público-alvo: juízes eleitorais, membros do Ministério Público, integrantes de carreiras jurídicas, advogados, servidores públicos, representantes de partidos políticos, gestores públicos, imprensa, professores, pesquisadores e estudantes universitários.

Ações futuras EJE 2022.

■ **Comemoração dos 90 anos da JE**

A EJE-MA em consórcio com outras unidades administrativas do TRE-MA dará apoio aos trabalhos de organização da Solenidade de Abertura da programação local, que terá início no dia 24 de fevereiro.

Dando prosseguimento às ações, no período de 01/02/2022 a 31/05/2022, a EJE-MA, em parceria com a SEASE, coordenará a realização de palestras de conscientização sobre a segurança da urna eletrônica e a importância do voto nas escolas públicas e privadas.

■ **Plano Nacional de Capacitação para as Eleições 2022**

No XVII Encontro Nacional do CODEJE, a EJE-TSE, em parceria com as demais EJES, entre as quais a EJE-MA, tratou em reunião dos Coordenadores sobre o planejamento nacional de capacitação em 2022, para o primeiro semestre, sob organização da primeira, contendo 9 (nove) módulos. Para tanto, ressaltou-se a necessidade de os Regionais, por suas EJES, estarem preparados para indicar tutores, que deverão participar de curso de formação específico, designação interna que fará a EJE-MA no período preconizado.

Cursos previstos:

- Direito Digital e Mídias Sociais
- Desinformação e Segurança da Urna
- Registro de Candidatura
- Ações Eleitorais
- Propaganda Eleitoral e Poder de Polícia
- Inelegibilidade
- Participação das Minorias
- Prestação de Contas (anuais e de campanha)
- Direito Penal Eleitoral



Audiências e Consultas Públicas

30.03.2021

Planejamento Estratégico
2021 – 2026: fase de
pesquisas

Mais informações

[clique aqui](#)

05.04.2021

Pesquisa para o público
externo - Planejamento
Estratégico 2021 – 2026

Mais informações

[clique aqui](#)

19.10.2021

Consulta pública do CNJ
sobre Metas do Judiciário
para 2022

Mais informações

[clique aqui](#)



Cultura e memória

Através da Resolução nº 9.026, de 14 de dezembro de 2016, inaugurado pelo Presidente Desembargador Lourival Serejo, o Centro de Memória do Tribunal Regional Eleitoral está localizado no térreo do prédio Sede do Tribunal Regional Eleitoral, que fica na Avenida Vitorino Freire, s/n, bairro da Areinha, São Luís, cuja finalidade é recuperar, organizar e divulgar informações sobre a Justiça Cidadã.

Como nos demais Estados da Federação, no Maranhão a história do TRE confunde-se com a própria política da cidadania local se fez presente por meio da atuação deste Tribunal, que, ao longo dos anos procurou desenvolver ações em prol de uma cultura de valorização e preservação dos documentos relevantes.

Entre outras atribuições, destacam-se, por ser de importância relevante, a partir do contato com essas informações históricas, a difusão, a compreensão e a importância do papel da Justiça no processo eleitoral.

Em 14 de dezembro de 2018 foi inaugurada o Portal da Memória no mandato do Presidente Desembargador Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe.

No intuito de preservar e divulgar a Memória Institucional, as sucessivas presidências desta Casa Eleitoral encontraram no reconhecimento da cultura de conservação histórica a ideia de que a valorização do passado representa verdadeiro modelo de gestão estratégica, sendo esta, doravante, uma das principais metas da Corte Eleitoral maranhense.

Mais informações

[clique aqui](#)

